

**INSTITUTO DE ALTOS ESTUDOS MILITARES
CURSO DE ESTADO MAIOR**

2002 - 2004



TRABALHO INDIVIDUAL DE LONGA DURAÇÃO

DOCUMENTO DE TRABALHO

O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A FREQUÊNCIA DO CURSO NO IAEM SENDO DA RESPONSABILIDADE DO SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DO EXÉRCITO PORTUGUÊS.

O TERRORISMO E A MANOBRA SUBVERSIVA À ESCALA INTERNACIONAL. MEDIDAS DE SEGURANÇA A IMPLEMENTAR PELOS ESTADOS.

*Pedro Alexandre A. Faria Ribeiro
Maj Inf*

*O Terrorismo e a Manobra Subversiva à Escala
Internacional. Medidas de Segurança a Implementar
pelos Estados.*

Instituto de Altos Estudos Militares

Lisboa, 14 de Novembro de 2003

Resumo

Durante o período da guerra-fria, o estudo da guerra, parece ter mantido uma relação mais próxima com os padrões convencionais. Este facto terá tido uma influência significativa no desenvolvimento de doutrinas, bem como dos sistemas de forças adoptados pela maioria dos países. Os atentados do 11 de Setembro de 2001, despertaram-nos para uma outra tipologia de conflitos, os conflitos assimétricos.

No desenvolvimento deste trabalho, o fenómeno do terrorismo é situado como um instrumento privilegiado, ao dispor de uma estratégia indirecta. Neste quadro, poder-se-á na verdade colocar à consideração, se o terrorismo constitui uma forma de agressão ou de guerra.

Após enquadrar o objecto em estudo, é realizada uma análise comparativa entre a doutrina nacional da guerra subversiva e a “guerra assimétrica”, entendendo esta, como a que se trava no plano global, que se associa ao fenómeno do terrorismo transnacional, praticado por grupos com motivações sociais, e que argumentam motivações religiosas enformadoras de um projecto político.

Em resultado da reflexão desenvolvida, constata-se que as diferenças essenciais entre a guerra subversiva e aquela a que se associa ao actual fenómeno do terrorismo, se situam ao nível do espaço de actuação (espaço limitado/espaço amplo), e do tipo de organização utilizada pelo adversário (hierárquica/em rede). A proximidade entre as duas realidades, permite concluir que a manobra da contra-subversão, ajuda a esboçar uma outra que responda às actuais preocupações decorrentes do terrorismo.

Assim, sobretudo com base na doutrina da manobra contra-subversiva, considera-se a manobra global contra o terrorismo transnacional, o resultado da integração das manobras ou acções parcelares, seguintes:

- as acções especiais;
- as acções gerais;
- as acções de manobra interna;
- as acções de manobra externa.

Por fim, com o auxílio de um quadro, visualiza-se uma possível concretização desta estratégia de resposta, através da identificação de algumas medidas de carácter genérico a implementar pelos estados, e que se apresentam como proposta resultante da investigação desenvolvida.

Dedicatória

Desejo dedicar este trabalho, a toda uma geração de portugueses, sempre generosos, que sofreram na carne e no espírito as consequências de uma guerra em África, a milhares de quilómetros do continente, durante treze anos (1961-1974).

Houve de facto uma estratégia global, que permitiu manter o conflito a uma escala reduzida, sem grandes custos, dadas as nossas limitações em homens e meios, e que foi meritoriamente conseguida pelas Forças Armadas Portuguesas.

Lamentavelmente, as vitórias e sucessos militares portugueses, arduamente conseguidos, têm merecido pouca atenção da parte de todos nós.

Os ensinamentos da guerra e a doutrina desenvolvida na altura, constituem património nacional de inegável valor, e mantêm uma acuidade interessante nos tempos que hoje vivemos.

Aos meus pais, também protagonistas dessa geração, que como muitos outros, souberam manter a esperança num Portugal ainda melhor.

Agradecimentos

Desejo render os mais sinceros agradecimentos a todas as pessoas, família, camaradas e amigos que me apoiaram na elaboração deste trabalho.

Aos Ex Srs:

Eng Ângelo Correia pela entrevista e apoio prestado,
TGen Pinto Ramalho, pela entrevista e prestimoso apoio,
MGen Lemos Pires, pela entrevista, elementos dispensados, e prestimoso apoio,
CorT Vaz Antunes pelos elementos dispensados,
TCor Inf Mendes Ferrão pelos elementos dispensados,
TCor Cav Silva Ferreira pelos elementos dispensados,
TCor Tm Pimenta Couto, na qualidade de camarada e professor orientador,
Maj Inf Bastos, na qualidade de camarada e professor orientador.

Abreviaturas

CEM	Curso de Estado-maior
Cmd	Comando
EM	Estado-Maior
EMGFA	Estado-maior General das Forças Armadas
ETA	Pátria Basca e Liberdade
EUA	Estados-Unidos-América
FA	Forças Armadas
FAP	Força Aérea Portuguesa
FEsp	Forças Especiais
FOE	Forças de Operações Especiais
FM	Forças Militares
FS	Forças de Segurança
GDH	Grupo Data-Hora
HUMINT	Human Intelligence
IAEM	Instituto de Altos Estudos Militares
IRA	Exército Republicano Irlandês
MDN	Ministério da Defesa Nacional
ME	Manual Escolar
NBQ	Nuclear, biológico e químico.
NEP	Normas de Execução Permanente
OCS	Órgãos de Comunicação Social
OI	Organizações Internacionais
OLP	Organização para a Libertação da Palestina
ONU	Organização das Nações Unidas
ORC	Operações de Resposta a Crises
OSCE	Organização para a Segurança e Cooperação na Europa
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PALOP	Países Amigos de Língua Oficial portuguesa
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
PC	Posto de Comando
PESD	Política Europeia de Segurança e Defesa

PNAP	Programa Nacional de Acção Psicológica
RU	Reino Unido
TILD	Trabalho Individual de Longa Duração
TN	Território Nacional
TO	Teatro de Operações
UE	União Europeia
UEO	União Europeia Ocidental
KWP	Partido dos Trabalhadores do Curdistão

INDICE

INTRODUÇÃO	1
1. Definição do Objectivo	1
2. Importância do Estudo	2
3. Delimitação do Estudo	2
4. Definição de Termos (Corpo de Conceitos)	2
5. Metodologia	5
6. Organização e Conteúdo do Estudo	6
I. DO TERRORISMO AO TERRORISMO TRANSNACIONAL	7
I.1. Enquadramento	7
I.2. Caracterização Adoptada	10
I.3. A Estratégia Indirecta e a Guerra Subversiva	15
I.4. Dissimetria – Uma Nova Ameaça?	20
II. A GUERRA E A MANOBRA SUBVERSIVA	23
II.1. Definição de Guerra Subversiva	23
II.2. Caracterização da Guerra Subversiva	24
II.3. O Ritmo da Manobra Subversiva	25
III. A GUERRA ASSIMETRICA	28
III.1. As Assimetrias e Dissimetrias	28
III.2. Os Objectivos	29
III.3. Análise Comparativa com a Guerra Subversiva	30
III.3.1. Análise Comparativa de alguns Elementos Caracterizadores	30
III.3.2. Análise Comparativa com as Fases da Manobra Subversiva	33
IV. A CONTRA-SUBVERSÃO	39
IV.1. Características estratégicas	39
IV.2. Objectivos	39
IV.3. Processos e Técnicas	41
IV.4. A Manobra da Contra-Subversão	42
V. O COMBATE À GUERRA ASSIMÉTRICA	43
V.1. A Prevenção	43
V.2. A Resposta no Âmbito da Estratégia	44
VI. CONCLUSÕES	49
VII. PROPOSTAS	53

BIBLIOGRAFIA	56
INDICE DE ANEXOS	61

INTRODUÇÃO

Como outras formas de violência, o terrorismo é difícil de controlar, sendo em última instância imprevisível. Todavia, existe uma certa margem de previsibilidade, de racionalidade, de cálculo estratégico que pode jogar a seu favor, fazendo uso dos efeitos que a violência ou a sua ameaça de emprego podem produzir.

Ao nível da decisão, as estratégias que poderão vir a ser identificadas, podem servir entre outros actores, estados, grupos clandestinos ou movimentos de massas. O terrorismo é, nesta perspectiva, um produto de cálculo estratégico que joga com a relação de forças e a liberdade de acção que os actores dispõem no momento.

Ditar juízos de valor de um pretensão carácter puramente psicopata, fanático ou criminoso, não parece que auxilie os estados a encontrar as anti e contra-medidas necessárias.

Não obstante outras interpretações, o que pode contribuir para distinguir o terrorismo é sobretudo o poder psicológico e simbólico da acção, bem como a sua natureza política. Um só acto de violência pode impressionar milhões de indivíduos, sendo os custos e os riscos dessa acção extremamente reduzidos se comparados com a guerra convencional.

O terrorismo por si só, não parece ter força senão para alcançar pequenas vitórias táticas. A ameaça, ao nível da estratégia, surge quando este passa a servir as intenções de actores que pretendem conquistar e exercer “poder”, no actual sistema político internacional.

1. Definição do Objectivo

Seria ousadia da nossa parte pretender reunir neste trabalho uma base doutrinária que enquadrasse o fenómeno actual do terrorismo transnacional. Aliás a própria definição de terrorismo não é consensual.

Assim, tentamos situar o fenómeno do terrorismo como um instrumento privilegiado, ao dispor de uma estratégia indirecta. Com esta intenção, o recurso à doutrina da guerra subversiva constitui um auxílio importante no desenvolvimento dos estudos.

Entender o terrorismo transnacional, objecto deste trabalho, como uma forma de agressão ou de guerra, que permita esboçar uma estratégia de resposta e um quadro de medidas de segurança a implementar pelos estados, é o objectivo do presente estudo.

2. Importância do Estudo

Este trabalho para além de se apoiar na doutrina da guerra subversiva aplicada nas campanhas de África, que constitui património nacional de valor indiscutível, permitirá também, sensibilizar para o tratamento do tema, tendo em vista contribuir para a elaboração de uma doutrina que possibilite entender o actual fenómeno do terrorismo, facilitando a formulação de uma resposta ao nível da estratégia.

3. Delimitação do Estudo

O presente estudo, pretende:

- situar o actual fenómeno do terrorismo transnacional;
- encontrar uma racionalidade, que do ponto de vista da estratégia seja possível enquadrar o actual fenómeno do terrorismo transnacional, apoiando-nos na doutrina da guerra subversiva;
- com o auxílio da doutrina da manobra contra-subversiva, esboçar uma manobra global para combate ao actual fenómeno do terrorismo, e;
- com base na manobra estratégica encontrada para o combate ao actual terrorismo transnacional, traçar algumas medidas de carácter genérico a implementar pelos estados.

Com esta orientação, o presente trabalho limita-se a reflectir acerca do actual fenómeno do terrorismo, em paralelo com a doutrina nacional da guerra subversiva, com a finalidade de traçar um esboço de uma manobra global que responda à actual ameaça.

4. Definição de Termos (Corpo de Conceitos)

Estado – É uma sociedade organizada, de forma soberana, num território bem definido, gerida por um governo próprio, destinado a satisfazer as necessidades dos indivíduos e grupos que a compõe e que, em regra, evidenciam padrões culturais comuns, governo esse que detém o monopólio da força física. (Elementos de Estratégia – Vol I – pg 19 - Gen Cabral Couto).

Nação – Comunidade humana ligada por laços culturais como a língua, a religião os costumes, um passado histórico comum e um sentimento de identidade própria, laços estes que poderão coexistir em parte ou na totalidade. (Brig François Martins).

Estado -Nação – Nações que conseguiram assumir-se como unidades políticas independentes e soberanas, e daí a designação de Estado – Nação. (Elementos de Estratégia – Vol I – pg 19 - Gen Cabral Couto).

Poder – É a capacidade de um actor político impor a sua vontade a outro actor político, mediante a suposição de sanções eficazes nos casos de uma não-aceitação dessa vontade. (Elementos de Estratégia – Vol I – pg 40 - Gen Cabral Couto).

Política – Actividade dos órgãos do Estado cujo objectivo directo e imediato é a conservação da sociedade política e a definição e prossecução do interesse geral segundo o que as circunstâncias aconselharem ou exigirem. (Marcelo Caetano).

Guerra – Violência organizada entre grupos políticos, em que o recurso à luta armada constitui, pelo menos, uma possibilidade potencial, visando um determinado fim político, dirigida contra as fontes de poder do adversário e desenvolvendo-se segundo um jogo contínuo de probabilidades e azares. (Elementos de Estratégia – Vol I – pg 148 - Gen Cabral Couto).

Estratégia – Ciência e arte de desenvolver e utilizar as forças morais e materiais de uma unidade política ou coligação, a fim de se atingirem objectivos políticos que suscitem, ou podem suscitar, a hostilidade de uma vontade política. (Elementos de Estratégia – Vol I – pg 209 - Gen Cabral Couto).

Estratégia Total Indirecta – É a que inspira os conflitos nos quais se procura a decisão, não através das forças militares como vector principal, mas sim recorrendo fundamentalmente às outras formas de coacção. (Elementos de Estratégia – Vol I – pg 233- Gen Cabral Couto).

Estratégia Operacional – Trata de concepção e execução da manobra estratégica ao nível dos grandes subordinados (caso, na estratégia militar, dos responsáveis pelos teatros de guerra e teatros de operações). Alguns autores referem-na como “Arte Operacional” (Elementos de Estratégia – Vol I – pg 231 - Gen Cabral Couto).

Conflito Assimétrico – Quando o confronto decorre entre contendores desiguais, recorrendo o “fraco” à exploração das vulnerabilidades do “forte” através de processos e meios diferentes. (Artigo em depósito no Jornal do Exército - guerras e GUERRAS. 2003 – TCor Inf Lemos Pires e TCor Cav Silva Ferreira).

Terrorismo – *“The unlawful use or threatened use of force or violence against individuals or property in an attempt to coerce or intimidate governments or societies to achieve political, religious or ideological objectives.”* (NATO Allied Administrative Publication 6, 2002). (Uso ilegal ou ameaça de uso da força ou violência, contra indivíduos ou propriedades, na tentativa de coagir ou intimidar governos ou sociedades a fim de alcançar objectivos:

- políticos;
- religiosos, ou
- ideológicos. Definição NATO, acordada. Presente na *NATO Allied Administrative Publication 6, 2002, in Coutering Terrorism – UK Approach to the Military Contribution*)¹

Subversão – Toda a acção deliberada levada a efeito por qualquer movimento ou organização, recorrendo a formas de actuação extra legais, com o objectivo de destruir ou corroer o poder estabelecido e, em regra, a ordem político-social existente. (Elementos de Estratégia – Vol II – pg 212 - Gen Cabral Couto).

Guerra Subversiva – Luta conduzida no interior de um território, por parte da população, ajudada e reforçada ou não do exterior, contra a autoridade de direito ou de facto, com o fim de lhe retirar o controlo desse território ou, pelo menos, de paralisar a sua acção. É uma luta prolongada, conduzida metodicamente, de forma a obterem-se objectivos intermédios específicos que levam, finalmente, à conquista do poder. (Elementos de Estratégia – Vol I – pg 158 - Gen Cabral Couto).

Terrorismo Transnacional – Fenómeno terrorista em que os actos terroristas são levados a cabo por agentes não-estatais. (Elementos de Estratégia – Vol II– pg 245 - Gen Cabral Couto).

Terrorismo Internacional – Fenómeno terrorista em que os actos terroristas são realizados por indivíduos ou grupos controlados por Estados soberanos. (Elementos de Estratégia – Vol II – pg 245 - Gen Cabral Couto)

Anti-Terrorismo - Conjunto de medidas sociais e políticas, a implementar no quadro da política interna e externa de cada estado, que visam atacar a razão de fundo do fenómeno terrorista. (Entrevista a Lemos Pires – 2003).

Contra – Terrorismo - Acções de combate propriamente ditas de natureza ofensiva e defensiva, alicerçadas por uma rede de informações capaz de fazer face ao fenómeno, pelos tratados internacionais, e pela capacidade operacional que os estados desenvolverem, numa perspectiva de actuação interna e externa. (Entrevista a Lemos Pires – 2003).

¹ Tradução da nossa responsabilidade.

Neo - jihad - É uma nova interpretação do Corão que permite a prática do terrorismo. A *jihad* islâmica tradicional permite travar guerra contra os não crentes, mas proíbe completamente o combate com emboscadas (*ambush fighting*), isto é também (proíbe) o terrorismo”².

Umma - Comunidade dos crentes (da religião Islâmica) no espaço nacional ou, mais rigorosamente, parte de uma “umma”, entendida como comunidade global dos crentes, existente no espaço regional/nacional.³

Califado - Império universal dos crentes do islamismo.⁴

5. Metodologia

O nosso percurso metodológico iniciou-se efectuando uma pesquisa bibliográfica e documental sobre o tema em questão, nomeadamente autores nacionais, franceses, brasileiros e doutrina Inglesa.

Definimos em seguida a questão central que guiou a nossa investigação. Seguimos sobretudo uma metodologia baseada no estudo da doutrina da guerra subversiva e das obras e elementos que enquadram o terrorismo actual, de forma a atingirmos o nosso objectivo. Como complemento deste instrumento de investigação, efectuámos entrevistas a algumas entidades, cujo trabalho constitui referência académica.

Definimos como questão central: **”Que aspectos patentes na doutrina nacional da guerra subversiva, podem ser relacionáveis com o actual fenómeno do terrorismo, de modo a encontrar uma racionalidade, que do ponto de vista da estratégia, permita encontrar uma resposta para o combate ao terrorismo transnacional?”**.

Foram levantadas hipóteses orientadoras do estudo, com base na percepção pessoal de que:

- Da comparação das duas realidades estudadas (terrorismo transnacional e guerra subversiva), existem aspectos que se relacionam.

- Pelo recurso à doutrina da manobra subversiva e contra subversiva, é possível encontrar uma resposta que do ponto de vista estratégico, faça face ao actual fenómeno do terrorismo transnacional.

- Encontrada uma estratégia de resposta, é possível deduzir um conjunto de medidas de segurança genéricas a implementar pelos estados.

² SANTOS, Gen Loureiro dos, *A Idade Imperial – Nova Era – Reflexões sobre Estratégia. III*, Lisboa 2003, pg. 92.

³ SANTOS, Gen Loureiro dos, *A Idade Imperial – Nova Era – Reflexões sobre Estratégia. III*, Lisboa 2003, pg. 92.

⁴ Ibidem.

6. Organização e Conteúdo do Estudo

O presente trabalho está organizado em introdução, cinco capítulos e conclusões.

Após a introdução, dedicamos um capítulo à caracterização do terrorismo actual, com a finalidade de o situar conceptualmente e lançar as bases de partida para o desenvolvimento do raciocínio

No segundo capítulo identificámos alguns aspectos relativos à subversão que, na nossa opinião, mereciam maior destaque. Esta sistematização auxiliou a visualização do terrorismo transnacional, como uma forma de agressão ou guerra.

No terceiro capítulo desenvolvemos esta sugestão sistematizando-se num quadro, as principais diferenças entre a guerra subversiva e aquela que associamos ao actual fenómeno do terrorismo.

Após a sistematização e reflexões desenvolvidas, o quarto capítulo identificou alguns dos aspectos mais relevantes da manobra contra-subversiva, com o objectivo de que no quinto capítulo fosse possível esboçar uma estratégia de resposta ao actual fenómeno do terrorismo transnacional.

Terminámos o estudo com a apresentação das conclusões que entendemos serem adequadas e ajustadas ao estudo.

A metodologia permitiu encontrar algumas medidas de carácter genérico a implementar pelos estados, no âmbito do combate ao terrorismo transnacional e que se apresentam em anexo, como parte das propostas resultantes do trabalho desenvolvido.

I. DO TERRORISMO AO TERRORISMO TRANSNACIONAL

Os acontecimentos do 11 de Setembro, segundo o Gen Loureiro dos Santos na obra, “*A Idade Imperial – Nova Era – Reflexões sobre Estratégia III*”, de 2003, constituem um marco, e abrem a nova “Idade” em que vivemos.

Segundo Ignacio Ramonet na obra que dirigiu, “*O Império Contra o Iraque*” de 2003, o 11 de Setembro de 2001 marcou uma viragem na definição da estratégia dos EUA, com o desenvolvimento, a pretexto do combate ao terrorismo, da teoria da guerra preventiva, que já havia sido elaborada há vários anos pela direita republicana deste país.

O terrorismo não é de hoje, a sua definição não é consensual, contudo nunca se assistiu no mundo ocidental a tantos debates sobre a forma de o combater.

Caracterizar o terrorismo e a sua organização, torna-se bastante difícil, não só devido ao secretismo dos seus agentes e da acção que desenvolvem, como também pela crescente internacionalização do fenómeno, com toda a sua diversidade de apoios e interesses, tornando-o de difícil localização e definição.

Da investigação realizada, a diversidade de tipologias e definições é vasta, contudo o auxílio do General Lemos Pires, na entrevista que nos concedeu⁵, permitiu-nos à partida, identificar duas realidades que no seu entendimento devem ser colocadas em devido destaque:

- A primeira é a de que o caminho do terrorismo é marcado pela violência e sofrimento;
- A segunda é o facto de os meios tecnológicos sofisticados, estarem hoje ao alcance do terrorista com uma apreciável margem de liberdade de acção.

Podemos chegar ainda a uma terceira realidade: é que, por razões de segurança pessoal ou colectiva, soberania ou independência nacional, ideologias ou alianças, temos de combater o terrorismo, o que significa impedir a sua acção e efeitos.

I.1. Enquadramento

Ao longo da história existiram sempre atentados terroristas. Na maioria das situações, assumiam um papel de natureza secundária, apoiando acções violentas principais, conduzidas por forças militares. Os responsáveis pelo terrorismo fugiam às regras, que de um modo geral as sociedades diziam respeitar, contudo, responsáveis institucionais e políticos recorriam ao método, com alguma frequência, mas sempre escondendo serem os seus autores. Segundo Loureiro dos Santos, na obra já citada, o terrorismo actual assume o papel primacial como

⁵ Anexo A – Entrevista ao Sr Major General Lemos Pires.

processo de combate e é enquadrado pelas seguintes tipologias:

“Segundo o Council on Foreign Relations, na tipologia do terrorismo, encontram-se: os terroristas nacionalistas, cujos grupos terroristas mais conhecidos são a ETA (Pátria Basca e Liberdade), o IRA (Exército Republicano Irlandês) e o KWP (Partido dos Trabalhadores do Curdistão);

e os religiosos – perto de metade dos 56 grupos terroristas internacionais em actividade eram religiosos –, como o Al-Qaeda, o Hamas (sunita palestino), o Hezbollah (xiita libanês) e o Aum Shirikyo (culto do dia do juízo final, japonês).

Para o Departamento de Estado dos EUA, os estados que apadrinham actividades terroristas ou apoiam grupos terroristas (sponsor states) são Cuba, o Iraque (já não, como entidade estatal), Líbia, Coreia do Norte, Sudão e Síria, com o Irão em lugar de destaque.

Para o mesmo departamento, os paraísos para o terrorismo (heavens for terrorism), são estados onde os terroristas têm condições para estacionar, ou em grupos organizados ou por elementos individuais. Presentemente, são classificados com esta tarjeta os seguintes estados: Afeganistão (antes da intervenção Norte Americana em 2002), Colômbia, Geórgia, Indonésia, Líbano, Autoridade Palestiniana, Filipinas, Somália e Iémen.”⁶

Loureiro dos Santos refere ainda que, se a motivação do terrorismo é apenas a ideológica, sem ligações a motivações religiosas, considera-se “*Terrorismo de Esquerda*”, “*Terrorismo de Direita*” e “*Anarquistas*”.

Em anexo, apresentamos uma lista das organizações terroristas à escala mundial, de acordo com o levantamento do Gabinete Coordenador do Contra-terrorismo dos EUA, de 21 de Maio 2002.⁷

O terrorismo sempre se manifestou de forma secundária e com menos expressão, no conjunto das estratégias adoptadas num conflito, em que predominava o terrorismo nacionalista. Para Loureiro dos Santos, o seu objectivo seria a alteração da natureza do poder político de um estado soberano num determinado território, ou então tinha por finalidade a criação de um novo estado soberano (ou a restauração de um estado que perdera a soberania), através da secessão. Embora a História tenha assistido à actuação de actores que praticavam actos terroristas à margem do estado (por razões escatológicas – religiosas e ideológicas com alcance universal e, criminosas), esta tipologia terá sido mais rara.

⁶ SANTOS, Gen Loureiro dos, *A Idade Imperial – Nova Era – Reflexões sobre Estratégia. III*, Lisboa 2003 pg. 91.

⁷ Anexo B – Organizações Terroristas.

Loureiro dos Santos, conclui que o terrorismo era uma actividade violenta que fazia parte dos conflitos clausewitzianos⁸, estes eram praticamente os únicos existentes. Os actores que os promoviam tinham responsabilidades estatais ou aspiravam a tê-las.

Mais recentemente, o terrorismo como processo de actuação prioritário para colocar em causa os estados laicos islâmicos passou a ser intensamente praticado, naquilo a que Bassam Tibi⁹, segundo Loureiro dos Santos, designa por *neo-jihad*, que é muito diferente da *jihad* islâmica tradicional. “*Neo-jihad é uma nova interpretação do Corão que permite a prática do terrorismo. A jihad islâmica tradicional permite travar guerra contra os não crentes, mas proíbe completamente o combate com emboscadas (ambush fighting), isto é também (proíbe) o terrorismo*”¹⁰.

Por outro lado, a *neo-jihad* globalizou-se, e dos novos elementos que podem ajudar a entender o actual fenómeno do terrorismo (transnacional), Loureiro dos Santos referencia quatro:

1) “*A ausência da relação directa com o estado, nos seus objectivos e bases de sustentação, mas utilizando os terrorismos nacionalistas como manobras componentes da sua actuação;*

2) *O uso de uma lógica, aparentemente irracional, de base religiosa, mas eminentemente de cariz política e racional;*

3) *Relações com os efeitos resultantes da globalização e exploração do ambiente e meios por ela proporcionados, em termos operacionais e organizativos;*

4) *O emprego de instrumentos de actuação tipificadores dos conflitos assimétricos (guerra do fraco contra o forte) e, neste contexto, recurso ao fenómeno do martírio, a que conduz a exacerbação religiosa;”*¹¹

Após os atentados do 11 de Setembro, parece assim, ter surgido um novo tipo de guerra. De forma a melhor entender esta sugestão, importará assentar numa caracterização para o terrorismo que permita construir o nosso raciocínio. Caracterizar e não definir, porque a segunda é complexa e pouco consensual, mais importante que a definição será entender o fenómeno.

⁸ Conflitos no âmbito da concepção clássica da guerra, reduzindo esta a uma luta militar entre estados.

⁹ BASSAM TIBI nasceu em Damasco. É especialista em islamismo e professa a religião islâmica. Director e Professor de Relações Internacionais na Universidade de Gotingen, na Alemanha. É autor de vários trabalhos publicados em Inglês, entre os quais, “Arab Nationalism” (1966), “Conflict and War in the Middle East” (1997), e “The Crisis of modern Islam (1988).

¹⁰ SANTOS, Gen Loureiro dos, *A Idade Imperial – Nova Era – Reflexões sobre Estratégia. III*, Lisboa 2003, pg. 92.

¹¹ *Ibidem*.

I.2. Caracterização Adoptada

O primeiro aspecto característico do terrorismo é a natureza política dos seus objectivos que, no entanto, podem ser variados. Consideremos, nesta análise a sistematização de autoria de Lemos Pires:

“- *Terrorismo repressivo ou de Estado, em que o autor é o próprio poder estabelecido, actuando através de polícias políticas ou outros agentes;*

- *Terrorismo revolucionário ou anti-estatal, com objectivos, proclamando a mudança de tipo de sociedade e das suas estruturas e instituições com vista à instauração de um regime novo, supostamente favorável às classes dominadas;*

- *Terrorismo libertador ou patriótico, com objectivo de libertação do tirano, usurpador ou ocupante estrangeiro. Inclui os objectivos independentistas, separatistas, descolonizadores, de resistência, etc.”¹²*

Em resultado da entrevista realizada ao autor, tentemos actualizar esta caracterização;

- Terrorismo Internacional, ocorrido no período da guerra-fria, em particular nos anos 1970/1985, os chamados “*anos de ouro do terrorismo*”¹³, especialmente orientado contra os países ocidentais, chegou a constituir-se numa estratégia indirecta do bloco de Leste contra o do Ocidente, situação que levou alguns autores a interpretar o fenómeno como uma verdadeira guerra, a *Terceira Guerra Mundial*.

O desaparecimento ou pelo menos a inibição dos estados padrinhos, que promoviam e apoiavam as organizações terroristas e das suas acções retiravam dividendos políticos ou outros, levou ao estertor deste tipo de terrorismo, esgotando-se quase na totalidade, logo após a queda do muro de Berlim.

Por outro lado, as ligações cada vez mais frequentes de organizações terroristas com grupos de criminalidade, o acesso a agentes químicos e biológicos, e a meios nucleares, com efeitos de destruição maciça, fez com que novos grupos, indivíduos ou iniciativas, em nome de razões sociais, políticas e ideológicas, levassem a cabo atentados em países, tais como os EUA e o Japão, em atitudes arrojadas, cada vez mais irresponsáveis e injustificáveis politicamente. Os meios colocados à sua disposição, elevaram o patamar das possíveis consequências para níveis que superaram as expectativas dos mais pessimistas.

Com o ataque terrorista do 11 de Setembro, o mundo percebeu, estupefacto, que algo de

¹² PIRES, Maj Gen Lemos, *O Vector Internacional do Terrorismo* in Nação e Defesa N°30, IDN, Lisboa 1984, pg 5.

¹³ Artº Opinião do Gen Lemos Pires, no Jornal de Noticias de 09Ago1995.

novo e terrível estava a acontecer. A novidade, para além dos meios utilizados, foram os elevados níveis de destruição, o significado e importância dos alvos, a percepção da existência de uma rede terrorista transnacional, e ainda a angústia perante a dura realidade das consequências imediatas e potenciais.

É o Terrorismo Transnacional dos nossos dias. Este tipo de terrorismo tem vindo a ser praticado no plano global, por um actor não estatal, sem uma relação directa com o estado nos seus objectivos e bases de sustentação.

Utiliza uma lógica aparentemente irracional, de base religiosa mas eminentemente de cariz política e racional.

Detém relações e efeitos resultantes da globalização e explora o ambiente e meios por ela proporcionados, quer no plano operacional quer organizativo.

Emprega instrumentos de actuação tipificadores dos conflitos assimétricos e, neste contexto recorre ao fenómeno do martírio, a que conduz à exacerbação religiosa.

De uma forma simples e objectiva, procurou-se assim, enquadrar o mais recente tipo de terrorismo. Tentemos visualizar e entender o fenómeno, cuja estreita ligação ao fundamentalismo islâmico parece indiscutível.

Esta tipologia do fenómeno terrorista, relaciona-se com o objectivo dos movimentos de contestação política existentes nos estados nacionais islâmicos que colocaram em causa a sua existência. Amadurecidos logo após o desmoronamento da ordem colonial, estes movimentos, apresentaram-se na comunidade internacional, como alternativa ao estado laico de modelo ocidental, imposto pelo Ocidente, recorrendo à religião como ideologia política. O seu objectivo é tomar o poder. A religião deixou de constituir um conjunto de princípios e práticas que ligam o homem à divindade, para assumir a função de programa e bandeira política e até, o argumento que justifica o emprego de todos os métodos, inclusive o terrorismo. A este propósito, citamos o Engº Ângelo Correia, que por ocasião da entrevista que nos concedeu, referiu que *“contrariamente ao mundo ocidental, a civilização islâmica, não separa o sagrado do profano”*.

Corroborando estas afirmações, Loureiro dos Santos diz que:

“Com base na ideologia política do fundamentalismo islâmico, estamos a assistir à constituição de verdadeiros componentes regionais ou nacionais da “umma” (comunidade dos crentes no espaço nacional ou, mais rigorosamente, parte de uma “umma”, entendida como comunidade global dos crentes, existente no espaço regional/nacional), que tenha tomado para si o encargo de constituir um novo estado, a que os crentes pertencerão, sobre

as ruínas do estado laico que destruirão. Ou então instalá-lo em território islâmico ocupado por infiéis, a libertar. E organizá-lo segundo a sua interpretação radical do Islão. O terrorismo é a sua principal estratégia.”¹⁴

As correntes migratórias intensas dos países muçulmanos, para o Ocidente, tanto para os EUA como para a Europa, deram origem a uma diáspora cultural, com várias origens, mas toda ela enquadrada por uma moldura islâmica, que em contacto com as culturas da civilização ocidental, foi por elas profundamente influenciada.

Estes emigrantes vivendo em países europeus e norte-americanos, têm toda uma educação e vivência ocidental, frequentam algumas das melhores universidades ocidentais, utilizam todos os instrumentos que o pós-modernismo lhes propicia, entre os quais a internet, e viajam facilmente entre as várias capitais, aproveitando as comunicações e os meios de mobilidade proporcionados pela globalização.

A maioria destas comunidades, em grande parte de nível médio ou superior, perfeitamente integradas nos hábitos do cidadão ocidental, aceitou com facilidade os novos padrões culturais. Contudo uma minoria, entrou em confronto intelectual com o Ocidente, passou a condená-lo e a odiá-lo, embora por ele tivesse sido irresistivelmente atraída. Os que integram esta minoria entendem que a situação actual é injusta, e aspiram a modificá-la, para o que consideram absolutamente necessário a concretização de um projecto político que o permita. Encontram na religião islâmica a base mais apropriada para o justificar e materializar, ou seja, na sua maioria procuram na religião o sustento ideológico do seu projecto político, que encontram, através de uma interpretação radical dos preceitos do Corão. De acordo com esta interpretação,

” estaremos em presença de uma nova umma que, a despeito de estar centrada nos territórios da diáspora, pretende constituir um germe impulsionador da verdadeira umma, como comunidade universal dos crentes. É uma umma transnacional, a “ umma imaginaria” ou “ umma virtual”, tal como Olivier Roi¹⁵, lhe chama, que utiliza os meios mais avançados para se relacionar, entre os quais a internet.”¹⁶

É como se deixasse de existir a “terra do islão”, isto é, todo o planeta passou a ser a terra do islão.

Estas minorias alimentam-se da ambição do regresso ao “califado” (império universal dos crentes), da humilhação que advém do seu sentimento de desenraizados, de não pertença a

¹⁴ SANTOS, Gen Loureiro dos, *A Idade Imperial – Nova Era – Reflexões sobre Estratégia. III*, Lisboa 2003, pg. 94.

¹⁵ “L’Islam Mondialisé”, por Olivier ROI. Paris, Editions du Seuil, 2002.

¹⁶ SANTOS, Gen Loureiro dos, *A Idade Imperial – Nova Era – Reflexões sobre Estratégia. III*, Lisboa 2003, pg. 96.

uma cultura bem definida e a um lugar bem concreto, bem como do espectáculo televisivo a que assistem diariamente, sobre os fracassos de muitos dos seus “irmãos” muçulmanos. Estes permanecem nos países que deveriam ser ou pertencer à terra do Islão tradicional, ou em muitos guetos das grandes urbes do ocidente, que parece-lhes, não conseguem libertar-se da subjugação e da exploração a que estão sujeitos.

A ordem internacional em que se inscreve esta situação, e que estas minorias consideram intolerável, assenta na organização política do planeta tendo por base os estados-nação, a partir dos quais se gerou, o “*sistema imperial*”¹⁷ em que vivemos, cujo vértice é materializado pelos EUA.

O combate alicerça-se num projecto político cujo objectivo é a destruição do estado laico, imposto e/ou sustentado pelo Ocidente, que é eleito como o culpado de todos os males. Por essa razão, é profunda e persistentemente odiado.

Esta interpretação da actualidade, reforça a nossa convicção de que toda a acção terrorista é política e contém uma maior ou menor parcela internacional e/ou transnacional.

A sistematização apresentada no início deste capítulo, na qual nos foi possível enquadrar o fenómeno actual do terrorismo transnacional, não é rígida. Em muitos casos as motivações entrelaçam-se entre si e com os seus objectivos. Do estudo efectuado, foi possível visualizar o fenómeno terrorista à escala mundial, bem como a sua sobreposição com o factor religião e com os actores promotores do terrorismo. A classificação aplicada para cada movimento deve ser entendida de acordo com a tipologia dominante, não devendo ser encarada de forma rígida.¹⁸

Tudo o que afirmámos, permite constatar que existe uma marca política que envolve o acto terrorista, diferenciando-o do crime comum. Esta característica materializa-se na existência de uma luta contra um poder político ou, talvez melhor pelas motivações vincadamente políticas dos seus agentes.

Tendo por objectivo uma caracterização abrangente do fenómeno, abordemos outros elementos indispensáveis à sua compreensão.

O terrorista tanto pode ser um psicopata como um fanático ou um anarquista ou mesmo, simplesmente, um criminoso comum. As razões que levam homens e mulheres a enfileirar grupos terroristas podem ser as mais diversas e até relativamente afastadas do objectivo político.

¹⁷ A partir da visão do Gen L. Santos em, *A Idade Imperial – Nova Era – Reflexões sobre Estratégia. III.*

¹⁸ Anexo C – Fenómeno Terrorista à Escala Mundial.

Anexo D – Fenómeno Terrorista à Escala Mundial – Religião.

Anexo E – Fenómeno Terrorista à Escala Mundial – Estados Promotores do Terrorismo.

No entanto, a prossecução desse objectivo pode servir aos seus ideais ou, no mínimo, como escape de frustrações. Daí que o recrutamento seja relativamente variado e fácil, sendo comum encontrarem-se, no mesmo grupo, elementos de diferentes nacionalidades, mesmo que o objectivo político tenha característica nacional. Esta constitui a razão pela qual ao actual fenómeno do terrorismo transnacional, podemos associar um outro, a criminalidade transnacional que o financia na maioria dos casos. A visualização do fenómeno à escala mundial sobreposta aos países produtores de droga, constitui matéria de algum interesse, que juntamos em anexo¹⁹.

Quanto à organização terrorista, as características mais salientes são o anonimato, a reduzida dimensão e a orgânica celular, todas por razões operacionais e de segurança. Relativamente ao secretismo, Lemos Pires, distingue a organização terrorista e o movimento político que impulsiona ou encabeça, o qual, muitas vezes, age de forma aberta no quadro internacional, contrariamente ao grupo terrorista que, a todo o custo, mantém o segredo da sua existência.

De referir, ainda, o factor psicológico envolvente: o terror propaga-se na razão directa do conhecimento dos factos pela população e com uma intensidade proporcional à violência do acto e à repercussão que lhe for facilitada pela comunicação social. Este clima psicológico de terror é de tal modo essencial para o terrorismo que pode constituir por si próprio um objectivo intermédio, justificando acções exclusivamente levadas a efeito por razões de propaganda.

Quanto aos meios, a não limitação da moral, das fronteiras e do recrutamento de agentes, vem juntar-se o vector tecnológico que permite uma inimaginável capacidade de acção dos movimentos terroristas.

Quanto ao grau transnacional e internacional do terrorismo, quando se trata de movimentos terroristas cujo objectivo não possui uma relação directa com os estados, embora o seu projecto político abranja vários estados, (como é o caso do fundamentalismo islâmico), então, o carácter transnacional é gerado, à partida pela própria finalidade. O carácter internacional, aparece em movimentos com objectivos claramente definidos, como por exemplo a OLP (Organização para a Libertação da Palestina), na qual o grau de internacionalização é bem patente, embora derivando de razões geográficas, de uma estratégia de acção, e ainda do interesse de outros actores, pertencentes ao actual sistema político internacional.

De acordo com as opiniões dos autores entretanto citados e da nossa reflexão sobre a

¹⁹ Anexo F – Fenómeno Terrorista à Escala Mundial – Droga.

temática, poderíamos caracterizar o terrorismo como:

Conjunto de acções violentas ou a ameaça do seu uso, empreendidas por grupos ou organizações pouco numerosas, agindo em segredo, tendo em vista criar um clima de terror para atingir objectivos políticos e ideológicos, podendo recorrer a uma lógica aparentemente irracional de base religiosa, mas eminentemente de cariz política e racional.

Para o efeito, procura o seguinte:

- **explorar os efeitos resultantes da globalização e do ambiente e meios por ela proporcionados, em termos operacionais e organizativos;**
- **manter ou não ausência de uma relação directa com o estado, nos seus objectivos e bases de sustentação;**
- **empregar instrumentos de actuação tipificadores dos conflitos assimétricos (guerra do fraco contra o forte) e, neste contexto, podendo recorrer ao fenómeno do martírio, a que conduz a exacerbação religiosa;**
- **no caso do terrorismo transnacional, utilizar os terrorismos nacionalistas como manobras componentes da sua actuação.**

I.3. A Estratégia Indirecta e a Guerra Subversiva

O General Cabral Couto, à data da publicação de “Elementos de Estratégia – Vol I - 1988”, referia que o conceito de estratégia indirecta, era na sua sistematização intelectual, de aquisição relativamente recente, acompanhando a evolução sofrida pelo próprio conceito de estratégia. O seu sistematizador, segundo o mesmo autor, foi o Gen Beaufre que, numa imagem feliz, diz que:

“estratégia, como a música, possuiu um modo maior e um modo menor. Conforme se maximiza ou se minimiza o emprego efectivo da força militar, assim os jogos de combinação são diferentes. Cada medida a tomar, cada episódio e uma operação, pode ser executado num modo maior – recurso recorrente à força militar, procurando uma solução pelo esmagamento – caracteriza o estilo directo. Mais discreto e hábil, o modo menor representa o estilo indirecto.”²⁰

A distinção entre estes dois estilos de acção estratégica não será contudo rigorosa, já que na prática nenhum dos estilos será puro. O que servirá para caracterizar o estilo de acção é sobretudo, o carácter que é dominante.

²⁰ COUTO, Gen Cabral, *Elementos de Estratégia – Vol I –IAEM*, Lisboa 1988, pg 366.

A ideia básica do estilo indirecto é, como se deduz, a seguinte: “*alcançar o sucesso, se possível sem recurso à prova de força militar decisiva; caso seja necessário recorrer a esta, fazê-lo só depois de um prévio enfraquecimento do inimigo.*”²¹

A estratégia intervém em toda uma gama de acções destinadas a, em permanência, proporcionar a uma unidade política as melhores condições de segurança, isto é, acções que permitem enfrentar, da forma mais adequada, as ameaças e as hipóteses de guerras admitidas. Por conseguinte, a estratégia, numa acepção mais geral, terá como objecto a utilização da força entre vontades políticas. A força – instrumento de coacção – é o conceito polarizador da estratégia.

A estratégia total indirecta é a que inspira os conflitos nos quais se procura a decisão, não através de forças militares como vector principal, mas sim recorrendo fundamentalmente a outras formas de coacção, ou ainda, caso se recorra à força das armas, que a decisão militar seja obtida com um custo mínimo.

O recurso à violência na busca pelo poder, é o que pode caracterizar o fenómeno da guerra. A guerra é uma forma de fazer política, ou pelo menos poderá ser entendida como um meio possível para fazer política, já que na verdade, a guerra é luta pelo poder. Segundo Clausewitz, “*a guerra é um acto de violência, cujo objectivo é forçar o adversário a aceitar a nossa vontade*”²².

Influir psicologicamente não será apenas determinante no conflito político, mas também na guerra - que se pode caracterizar igualmente, por uma batalha pela alma e vontade de combater do adversário. A guerra não deve ser apenas equacionada como a simples conquista de terreno e de algumas posições. A posse do terreno constituirá vantagem para que seja possível estruturar os desejos expressos na vontade de uma parte sobre a vontade de outrem, porquanto se esse objectivo não for atingido, então a guerra não estará ganha.

As guerras podem ser classificadas de acordo com vários critérios. Neste trabalho procuramos efectuar um outro tipo de abordagem, para além da classificação adoptada pela cadeira de Estratégia do Instituto de Altos Estudos Militares.²³ Para tal, servimo-nos da classificação apresentada pelo Eng^o Darc Costa²⁴. Segundo este autor, existem quatro tipos

²¹ COUTO, Gen Cabral, *Elementos de Estratégia* – Vol I – IAEM, Lisboa 1988, pg 367.

²² Ibidem, pg 144.

²³ Constante em “Elementos de Estratégia”, do General Cabral Couto.

²⁴ O Eng Darc Costa é o Chefe do Centro de Estudos Estratégicos da Escola Superior de Guerra do Brasil, que em 2002 publicou o artigo, “*Visualizações da Guerra Assimétrica*, www.militar.com.br *As reflexões do autor, mereceram particular atenção, no desenvolvimento do trabalho.*

diferentes de guerra, a saber:

- a Guerra Convencional;
- a Guerra de Destruição em Massa;
- a Guerra Irregular; e
- a Guerra Assimétrica.

No âmbito da estratégia, todos os diferentes tipos de guerra devem ser estudados, tanto mais que hoje em dia, não será possível visualizar a ocorrência de uma única tipologia.

Uma vez que o autor não desenvolve os conceitos associados a cada um dos tipos levantados, tentemos nós, com o auxílio de Cabral Couto, uma plausível interpretação.

Segundo este autor, a Guerra Convencional ou Clássica, comporta essencialmente o emprego de meios militares, com excepção de meios nucleares, combinando com acções de guerra-fria e, eventualmente (caso de potências nucleares), com ameaças de extensão da guerra ao nível nuclear.

A Guerra de Destruição em Massa, caracterizar-se-á pelo emprego de armas de destruição maciça, definição próxima da guerra nuclear, segundo Cabral Couto.

Quanto à Guerra Irregular referida por Darc Costa, essa, na nossa interpretação, tenderá a aproximar-se da guerra subversiva, no quadro das guerras internas e de acordo com a classificação apresentada na obra de referência – Elementos de Estratégia do Gen Cabral Couto.

Este tipo de guerra é, como sabemos,

*“a luta conduzida no interior de um território, por parte da população, ajudada e reforçada ou não do exterior, contra a autoridade de direito de facto, com o fim de lhe retirar o controlo desse território ou, pelo menos, de paralisar a sua acção. É uma luta prolongada, conduzida metodicamente, de forma a obterem-se objectivos intermédios específicos que levam, finalmente, à conquista do poder.”*²⁵

O factor predominante no fenómeno subversivo, consiste na fraqueza militar face ao aparelho estatal, pelo menos numa fase inicial. Este factor condiciona a manobra subversiva e a sua caracterização estratégica. Assim, não estando em condições de afrontar directamente o potencial militar muito superior do adversário, socorre-se de outras formas de coacção não militares, o que é bem traduzido na obra, “*Subsídios para o Estudo da Doutrina Aplicada nas Campanhas de África*”, que refere:

²⁵ COUTO, Gen Cabral, *Elementos de Estratégia* – Vol I – IAEM, Lisboa 1988, pg 158.

“Para além da acção militar que lhe é possível, lança portanto acções psicológicas, diplomáticas, económicas e de política interna. A utilização de todas as formas de coacção possíveis ao seu alcance permite dizer que a subversão é caracteristicamente total.”²⁶

Ao procurar por meios não convencionais, o sucesso da vitória militar, impossível de alcançar num período limitado de tempo, assume essencialmente uma forma de actuação indirecta. Facto, que a mesma obra, consubstancia e desenvolve, permitindo chegar à caracterização estratégica da subversão.

“Esta forma de actuação indirecta engloba uma manobra no interior do Estado, como é evidente, o que lhe dá uma característica interna e outra, exterior a esta, com o fim de reduzir quanto possível a liberdade de acção do adversário, caracterizando-se assim de externa.

Para além destas duas últimas características que se referem ao espaço de actuação, a subversão, sem a capacidade para obter resultados rápidos, tem de considerar um tempo dilatado de actividade, tentando, enquanto se preserva a si e se fortalece moral e materialmente, fatigar o adversário no seu moral, prolongando ao máximo o tempo de luta a que obriga. Diz-se desta actuação, visando a usura moral do adversário, que actua por lassidão.

Pode dizer-se, portanto, que as características estratégicas da subversão são as seguintes:

- Total;*
- Indirecta;*
- Externa;*
- Actuar por Lassidão.”²⁷*

Contrariamente à revolução, a subversão tem um desenvolvimento normalmente lento e não constitui um “acidente”, pois que, em primeiro lugar, surgem os chefes, que preparam e orientam os futuros movimentos das massas.

“Embora a História mostre que algumas guerras subversivas estiveram claramente ligadas a uma situação revolucionária, não é necessário que se verifique uma situação revolucionária para iniciar uma guerra subversiva.”²⁸

²⁶ Comissão para o Estudo das Campanhas de África, *Subsídios para o Estudo da Doutrina Aplicada nas Campanhas de África*, Lisboa 1990, pag 59.

²⁷ Ibidem.

²⁸ COUTO, Gen Cabral, *Elementos de Estratégia – Vol I –IAEM*, Lisboa 1988, pg 158.

Nos tempos mais recentes, o estudo da guerra manteve uma relação directa com os padrões convencionais, facto decorrente da influência que assumiu o período da guerra-fria.

Contudo, hoje, o uso de armas de destruição em massa, e a possibilidade de ocorrer uma guerra nuclear parece pouco provável. Na verdade, a sua possibilidade, demonstrada em Hiroshima e Nagasaki, ao contrário de que muitos poderiam pensar, não acabou com o fenómeno da guerra, enfatizou outros tipos ou proporcionou novos tipos. Em virtude da guerra nuclear se tornar de alguma forma impensável, “*a humanidade transferiu os conflitos armados para as sarjetas, para as cavernas e para as florestas.*”²⁹ A maioria dos conflitos após a Segunda Grande Guerra foram conflitos armados deste tipo, (guerras *irregulares*). Segundo Darc Costa, a *guerra irregular*³⁰ foi progressivamente tomando o lugar das guerras convencionais³¹. Por sua vez, as experiências ligadas à guerra convencional têm pouca aplicabilidade na guerra irregular. Segundo o mesmo autor,

*“...após os atentados do 11 de Setembro, surgiu, um novo tipo de guerra, que figurava, exclusivamente, no plano das hipóteses, a guerra assimétrica, que nada mais é que uma guerra irregular travada no espaço mundial. Guerra assimétrica, talvez pudesse ser definida, como foi dito, por guerra irregular (subversiva, segundo a nossa interpretação) em escala mundial, ou como guerra irregular, que não se cinge a um espaço nacional.”*³²

Com efeito, esta é uma visão, para que a nossa sensibilidade nos alertou desde o início do presente trabalho, e que após algum tempo de investigação foi possível, estabelecer uma ligação estreita com o artigo a que fazemos referência. Entender o fenómeno do terrorismo transnacional nesta perspectiva, talvez nos proporcione algumas conclusões válidas.

Após os acontecimentos do 11 de Setembro, as atenções viram-se para um outro tipo de guerra, a guerra assimétrica, que pode ser entendida (na nossa opinião) como uma guerra subversiva que não se cinge a um espaço nacional, mas que se trava no espaço mundial. Por forma a melhor compreender o que acabámos de afirmar, importa determo-nos um pouco na doutrina da guerra subversiva, que abordaremos no capítulo seguinte. Porém, antes de avançarmos nesta investigação, é tempo de reflectir um pouco acerca do significado de simetria, assimetria e dissimetria, do ponto de vista estratégico.

²⁹ COSTA, Eng Darc, *Visualizações da Guerra Assimétrica – pag 4 – www.militar.com.br.*

³⁰ Guerras Internas, na classificação das guerras apresentadas na obra – *Elementos de Estratégia – Vol I – Gen C. Couto.*

³¹ Anexo G – Fenómeno Terrorista à Escala Mundial – Conflitos e Guerrilhas.

³² COSTA, Eng Darc, *Visualizações da Guerra Assimétrica – pag 5 – www.militar.com.br.*

I.4. Dissimetria – Uma Nova Ameaça?

No âmbito da estratégia, a simetria pode ser entendida como

*“...um combate com armas iguais. A dissimetria é a procura de uma superioridade qualitativa e/ou quantitativa por um dos combatentes; a assimetria é o processo inverso que consiste em explorar todas as fraquezas do adversário para se poder ser mais nocivo.”*³³

A assimetria pode ser caracterizada pela recusa das regras de combate impostas pelo adversário, tornando completamente imprevisíveis a natureza das operações. Tal, pressupõe simultaneamente a utilização de forças não previstas para o efeito e, sobretudo, acima de qualquer suspeita (como os civis), a utilização de armas contra as quais os meios de defesa não são adequados (armas de destruição maciça), a utilização de métodos que recusam a guerra convencional (guerrilha, terrorismo), locais de confrontação imprevisíveis (centro das cidades, locais públicos) e o efeito surpresa, sendo esta última a característica mais importante.

Fazendo o uso de meios tecnicamente simples, a assimetria pode ser entendida como a “arma do pobre”, uma vez que permite a uma diversidade de agentes, dispendo de meios muito limitados, uma capacidade considerável de provocar danos.

A dissimetria foi sempre procurada pelos Estados mais poderosos como um meio de estabelecer a sua superioridade.

De igual modo, a assimetria fez a sua aparição nos teatros de operações desde à longa data. Um dos exemplos mais significativos pode ter sido a guerra do Vietname, em cujo decurso os combatentes Vietcongues tentaram por todos os meios possíveis contornar o poder dissimétrico do seu adversário, em vez de se lançarem de peito aberto numa confrontação directa com as forças americanas. Contudo, convém referir que a dissimetria e a assimetria não são, do ponto de vista estratégico, novas ameaças mas que se revelam de uma forma determinante, na maior parte dos conflitos ou das operações de guerra mais recentes, como sejam os atentados do 11 de Setembro, e porque não referir, durante e fundamentalmente após a ofensiva, levada a cabo pelas Forças da Coligação no Iraque em 2003.

A assimetria dos potenciais adversários, parece-nos constituir hoje, uma ameaça, principalmente em virtude do seu carácter simultaneamente imprevisível e indetectável. No seguimento dos atentados convém analisar algumas das razões do seu sucesso, em que para o efeito nos socorremos do geopolítico, Pascal Boniface. Segundo este autor, as razões do sucesso

³³ BONIFACE, Pascal, *Guerras do Amanhã*, Lisboa 2002, pg 137.

dos atentados derivam das capacidades limitadas dos terroristas e ao mesmo tempo dos meios demasiadamente sofisticados da hiperpotência, que a propósito refere:

“...incapaz de fazer face a ameaças que já nem sequer toma em consideração por tão limitadas parecerem em comparação com todos os cenários encarados. Neste sentido, a dissimetria, mais ainda do que a assimetria, contraria a capacidade de uma potência como os Estados Unidos fazer face aos seus adversários.

A dissimetria só pode ser eficaz se o adversário utiliza meios detectáveis e previsíveis para que se lhes possa fazer face. A I Guerra do Golfo foi um sucesso militar para as tropas coligadas, uma vez que estas conheciam as capacidades iraquianas e podiam contrariar os planos de Saddam Hussein pela sua superioridade técnica a todos os níveis. Contudo, quando o adversário escolhe voluntariamente contornar esta luta desigual, utilizando meios assimétricos, a superioridade técnica já não permite garantir a vantagem decisiva.”³⁴

Nestas condições, parece-nos que a dissimetria, é que representa o principal problema, e a forma possível em evitar que o fosso se alargue e propicie alternativas assimétricas a grupos não estatais, é cobrir de forma mais geral os diferentes níveis de confrontação, de forma a poder ser superior às forças do inimigo, não evidenciando falhas no dispositivo, como aquelas a que parece assistirmos, nos mais recentes desenvolvimentos da actual situação no Iraque.

O atentado de 19Ago03 à sede das Nações Unidas no Iraque, constituiu um dos mais recentes incidentes de elevada impacto, no âmbito dos conflitos assimétricos e que, obrigará certamente à alteração do dispositivo militar presente naquela região.

Na óptica da estratégia, podemos assim, caracterizar três tipos de conflitos, tendo como factor de distinção o diferencial do potencial estratégico:

“- um primeiro, o conflito simétrico, quando o confronto decorre entre contendores semelhantes e recorrendo a processos e meios do mesmo tipo;

- um segundo, o conflito assimétrico, quando o confronto decorre entre contendores desiguais, recorrendo o “fraco” à exploração das vulnerabilidades do “forte” através de processos e meios diferentes;

- um terceiro, o conflito dissimétrico, quando o confronto decorre entre contendores fortemente desiguais utilizando o “forte” a sua superioridade, com iniciativa, rapidez e determinação por forma a incapacitar o “fraco” de utilizar quaisquer outros métodos e

³⁴ BONIFACE, Pascal, *Guerras do Amanhã*, Lisboa 2002, pg 139.

meios.”³⁵

Terminamos assim, esta fase da reflexão, em que tentámos abordar o crescente vector transnacional do terrorismo, entendendo-o como um instrumento ao dispor de uma estratégia de estilo indirecto. Este facto traz, com maior acuidade, para o campo da estratégia, o terrorismo transnacional, como método de actuação no quadro dos conflitos assimétricos, e portanto, como factor a merecer cada vez maior ponderação. Neste âmbito poder-se-á mesmo pôr à consideração, o terrorismo como uma forma de agressão ou de guerra. Julgamos que o fenómeno subversivo nos pode ajudar a chegar a algumas conclusões.

³⁵ PIRES e FERREIRA, TCor Nuno Barrento e TCor Rui Silva – *guerras e Guerras*. Em depósito no Jornal do Exército. Lisboa 2003.

II. A GUERRA E A MANOBRA SUBVERSIVA

O conflito do Ultramar (1961-74) foi, quanto aos objectivos, guerra subversiva para o Estado Português.

Este conflito que durou 13 anos pode ser enquadrado no âmbito dos conflitos assimétricos, tratados no capítulo I.

A acuidade do fenómeno subversivo, leva-nos a reflectir um pouco sobre a doutrina aplicada nestas campanhas.

II.1. Definição de Guerra Subversiva

Como já vimos, guerra subversiva é uma *“luta conduzida no interior de um dado território, por uma parte dos seus habitantes, ajudados e reforçados ou não do exterior, contra as autoridades de direito ou de facto estabelecidas, com a finalidade de lhes retirar o controle desse território, ou, pelo menos, de paralisar a sua acção.”*³⁶

A guerra subversiva é assim a expressão violenta da subversão, podendo ser conduzida por um grupo político, religioso, entre outros, que considerando ilegítimo o poder da autoridade legal, pretende a conquista desse poder por intermédio da população, captando-a para a sua causa e levando-a a insurgir-se contra o poder instituído de forma a retirar-lhe a autoridade e levá-lo a capitular.”³⁷. Em síntese, a guerra subversiva trata-se de uma luta:

- *“conduzida por uma parte da população de um dado território, e não pelas FA (Forças Armadas) de outro país;*
- *ajudada e reforçada, ou não, do exterior;*
- *contra as autoridades de direito ou de facto estabelecidas no referido território, isto é, contra autoridades legais ou contra autoridades de ocupação;*
- *para as depor ou paralisar a sua acção, ou seja, para conseguir uma alteração da situação existente.”*³⁸

A autoridade legal, por sua vez, procurará através da contra-subversão, manter ou resgatar a população para o seu lado.

³⁶ ESTADO MAIOR DO EXERCITO, *O Exército na Guerra Subversiva, Vol I* – cap. 1, pg. 1.

³⁷ Na medida em que o exercício do poder político depende do acordo explícito ou tácito da população ou, no mínimo, da sua submissão.

³⁸ DUARTE, Maj Almeida – TILD – *A doutrina militar portuguesa de contra-subversão. Origens Metodologia do esforço do Exército face ao conflito no Ultramar (1961-74)* - CEM 00/02

II.2. Caracterização da Guerra Subversiva

A primeira e, talvez, a mais importante característica a salientar é a de que uma guerra subversiva é, essencialmente, um problema de conquista da população.

A população é o meio (no sentido de ambiente ou de campo de acção) em que a subversão se processa, é também o objectivo a conquistar e é ainda um dos meios utilizados para atingir esse objectivo.

Esse apoio da população é indispensável para:

- justificar a finalidade da subversão, que tem de ser sempre apresentada como qualquer coisa que essa população deseja;

- permitir a “vida” dos agentes subversivos (informadores, agitadores, terroristas, angariadores de fundos, etc.), com um mínimo de segurança e de apoio logístico, no território a subverter;

- e, principalmente, para que a própria população tome parte na luta e obtenha os resultados que só dificilmente poderiam ser alcançados pela acção exclusiva dos tais agentes, sempre em reduzido número.

Esse apoio é conseguido, em primeiro lugar, pelo lançamento de uma ideia-base ou ideia-força que traduza a finalidade, verdadeira ou aparente, do movimento subversivo, isto é, que se apresente perante a população do território em questão e perante a opinião pública mundial como a finalidade desse movimento.

Essa ideia é o resultado de um estudo cuidado da situação nesse território. Pode ter um carácter nacionalista, racial, político, social, religioso, etc.

Mas, como se disse, a referida finalidade pode ser verdadeira ou aparente; normalmente é aparente. A verdadeira finalidade será, em regra, diferente e manter-se-á secreta sempre que as suas probabilidades de aceitação pela população do território em questão e pela opinião pública mundial forem menores que as da outra.

Uma segunda característica fundamental da guerra subversiva é a de que esta não pode ser circunscrita ao território em que se processa. Pelo contrário, uma guerra subversiva é na maior parte das vezes influenciada, dirigida e alimentada do exterior.

Esta influência externa será tanto mais favorável à subversão quanto mais justas parecerem aos olhos do mundo as ideias com que aquela pretenda justificar a sua acção e quanto menos justa, portanto, parecer a causa defendida pelas autoridades estabelecidas.

A terceira e última característica fundamental da guerra subversiva é a sua grande

complexidade, que resulta não só das duas outras características anteriormente apresentadas mas, ainda:

- do carácter clandestino do inimigo, que muitas vezes não se consegue identificar com precisão;
- da diversidade de meios e processos utilizados;
- de se tratar de uma guerra sem frentes e retaguardas.

II.3. O Ritmo da Manobra Subversiva

A subversão, servindo-se da estrutura, aplica e combina os processos, para atingir os objectivos. Desenvolve, assim, uma manobra no interior e fora do estado.

Relativamente a essa manobra, interessa-nos sobretudo, apresentar a evolução da aplicação dos processos, que vai desde a mera agitação à violência, do segredo e clandestinidade de actuação até à luta declarada. Nesta evolução, segundo a obra “ Subsídios para o Estudo da Doutrina Aplicada nas Campanhas de África”, podem distinguir-se 5 fases, de características individualizadas, mas sem limites entre si bem definidos que permitam afirmar com exactidão quando termina uma e começa outra. Interessante é atender à consideração presente nesta obra, de que “...só após a consolidação de uma fase, se pode passar à seguinte, sem o que se poderá comprometer o êxito que a subversão procura.”³⁹ Isto constitui para ela uma grande fraqueza. Constata-se portanto, que o mecanismo da subversão é tanto mais fácil de bloquear quanto mais cedo for empreendida a luta contra ela.

No evoluir de uma subversão, consideram-se as seguintes fases:

- 1ª fase - Preparatória, é um período de actuação que exige segredo, pelo menos de início; nela se constitui um órgão de direcção e se começa a estruturar uma rede de informações e de enquadramento, elementos de ligação, de obtenção de fundos, de apoio logístico e outros, infiltrados na população; é pois uma fase de estudo e de criação de um embrião de organização político-administrativa e, posteriormente, militar; é a fase indiciosa, movendo-se a subversão num clima de “nada de extraordinário se passa”;

- 2ª fase - De Agitação ou Criação de Ambiente Subversivo, é clandestina, pois os elementos actuantes não surgem como tal, embora as suas acções já sejam visíveis; nela se procura fomentar a agitação (greves, manifestações, alguma violência) a fim de criar adeptos na

³⁹ Comissão para o Estudo das Campanhas de África, *Subsídios para o Estudo da Doutrina Aplicada nas Campanhas de África*, Lisboa 1990, pag 76.

população e conseguir o ambiente de medo; reforça-se e aperfeiçoa-se a organização político-militar, consolidando-se o sistema de agitação; é uma fase clandestina mas não de segredo, de “alerta de opinião”;

- 3ª fase - de Terrorismo e Guerrilha ou de Consolidação da Organização Subversiva, generalizam-se e intensificam-se as acções violentas; através de tumultos provoca-se a reacção repressiva das autoridades, com o seu conseqüente descrédito e afecta-se o funcionamento de alguns serviços essenciais à vida colectiva; surgem actos de terrorismo que criam um clima generalizado de medo e neutralizam os indivíduos que mais possam afectar a subversão; as acções armadas entram algumas actividades ou serviços essenciais, contribuem para a criação de um clima de medo e obrigam a contra-subversão a dispersar as suas forças, a perder a liberdade de acção, a desgastar-se física e moralmente e a desacreditar-se perante a população para o lado da subversão; nesta fase procura-se desequilibrar a população para o lado da subversão e dominar algumas áreas do terrorismo; é a fase “decisiva”;

- 4ª fase - Do Estado Subversivo, corresponde à criação de bases no território em que actua (a que chama áreas libertadas), de governo rebelde e de forças regulares que a subversão denomina “exército de libertação”;

- 5ª fase - Final ou Insurreição Geral, de guerra já convencional, dispõe e acciona um exército que, a partir de bases, procurará dominar todo o território, conseguir o apoio da maioria, se não de toda a população e obrigar a autoridade a capitular; toda a estrutura subversiva se acha completamente montada.

No âmbito do fenómeno subversivo, interessava ainda efectuar uma abordagem acerca do terrorismo, enquadrando-o no conjunto da manobra subversiva. A questão é desenvolvida em anexo, com base na obra - “Elementos de Estratégia” – Vol II, do Gen Cabral Couto. Seguramente, contribuirá para melhor situar o fenómeno do terrorismo transnacional.⁴⁰

Considerando o terrorismo como um método de actuação, ou como um processo de acção violenta e organizada, será possível entendê-lo também, como uma forma de guerra. Neste contexto Lemos Pires, refere o seguinte quanto ao fenómeno em estudo:

“... processo de acção violenta e organizada, é um meio por excelência para aplicação em estratégia indirecta...isto pela larga margem de liberdade de acção que desfruta, pelos relativamente diminutos investimentos que necessita”⁴¹

⁴⁰ Anexo H – O Terrorismo na Manobra Subversiva.

⁴¹ PIRES, Maj Gen Lemos, *O Vector Internacional do Terrorismo* in Nação e Defesa N°30, IDN, Lisboa 1984, pg 12.

Com efeito, a escala sem precedentes do atentado de 11 de Setembro aos EUA (cerca de 5000 mortos e desaparecidos)⁴² quase por si só assegurava uma resposta global por parte das autoridades governamentais.

No caso do terrorismo transnacional, praticado por grupos com motivações sociais que argumentam motivações religiosas enformadoras de um projecto político, utilizado como método de actuação e como elemento de uma estratégia indirecta, neste âmbito, poder-se-á na verdade colocar à consideração o terrorismo como uma forma de agressão ou de guerra. Esta possibilidade, é analisada no próximo capítulo, naquilo que passamos a referir, por “Guerra Assimétrica” – uma guerra subversiva que não se cinge a um espaço nacional, e *em que o confronto decorre entre contentores desiguais, recorrendo o “fraco” à exploração das vulnerabilidades do “forte”, pela aplicação de processos e meios diferentes.*⁴³

⁴² Dado retirado do Artº Opinião do Gen Lemos Pires, no Jornal de Noticias de 27Nov 2001.

⁴³ Definição de conflito assimétrico de autoria dos TCor Silva Ferreira e Lemos Pires, já referenciada na pag 22 deste trabalho.

III. A GUERRA ASSIMETRICA

O General Lemos Pires na altura da guerra-fria, já abordava o terrorismo político, como “*uma forma de guerra clandestina, não declarada e não convencional e levada a cabo sem quaisquer regras ou restrições de carácter humanitário*”⁴⁴. Ainda segundo Lemos Pires, é interessante comparar esta forma de guerra, o terrorismo, com o conceito de guerra tal como actualmente é entendido na definição adoptada no IAEM:

*“Uma violência organizada entre grupos políticos, em que o recurso à luta armada constitui pelo menos, uma possibilidade potencial, visando um determinado fim político, dirigida contra as fontes de poder do adversário e desenrolando-se segundo um jogo contínuo de possibilidades e de azares.”*⁴⁵

Na análise desta comparação, acabaríamos por verificar que o terrorismo, como forma de guerra, apenas não se caracteriza por ser difícil considerar sempre, a organização terrorista como uma entidade política, fonte de poder, e ser discutível a generalização da luta entre o terrorismo e o contra-terrorismo num conceito de luta armada. No entanto, é possível concluir que se o terrorismo não se tem constituído claramente numa forma absoluta de guerra, não repugna aceitá-lo como uma forma inicial de guerra ou, ainda, como uma espoleta da guerra. Aliás estes dois últimos aspectos na opinião de Lemos Pires, são claramente perceptíveis no papel do terrorismo nas primeiras fases da guerra subversiva já apresentadas.

Consideremos então, o fenómeno actual do terrorismo transnacional, como uma forma de inicial de guerra, e adjectivemos esta Guerra por “Guerra Assimétrica” – uma guerra subversiva⁴⁶ que não se cinge a um espaço nacional.

III.1. As Assimetrias e Dissimetrias

A adjectivação assimétrica para a guerra que hoje se trava no quadro do terrorismo transnacional, parece-nos apropriada, aliás esta nossa percepção sai reforçada pelo autor Jacques Baud, na sua obra intitulada por “*A Guerra Assimétrica*”, publicada no ano de 2003.

A assimetria conceitua, na nossa opinião, a guerra que agora se trava, onde se apresentam, entre outras, as seguintes assimetrias e dissimetrias, já visualizadas pelo Eng Darc Costa num artigo de 2001:

Para o lado do ocidente, cujo vértice são os EUA:

⁴⁴ PIRES, Maj Gen Lemos, *O Vector Internacional do Terrorismo* in Nação e Defesa N°30, IDN, Lisboa 1984, pg 9

⁴⁵ COUTO, Gen Cabral, *Elementos de Estratégia* – Vol I –IAEM, Lisboa 1988, pg 209

⁴⁶ Anexo I – Outras Tipologias de Guerra.

Dissimetria de poder económico e financeiro, muitos recursos versus poucos;

Dissimetria da capacidade bélica, relativa e absoluta;

Dissimetria de estruturação organizacional, hierarquia versus rede;

e entre outras, das seguintes assimetrias, para o outro lado:

Assimetria de objectivos, quase número infinito de alvos versus poucos para o adversário;

Assimetria de resultados, indiferença de resultados no curto e médio prazo contra a necessidade de resultados expressivos do adversário no curto prazo; e

Assimetria comportamental, comportamento não sujeito a nenhuma regra, inclusive admitindo o suicídio na acção versus o adversário preso a regras e a convenções.

A guerra assimétrica, assim como a guerra subversiva, é pela sua própria natureza, a guerra dos pobres contra os ricos. Como pretendemos mostrar, ambas as guerras, são fundamentalmente guerras de desgaste que “actuam por lassidão”.

III.2. Os Objectivos

Como já referimos, o objectivo da guerra é impor uma vontade. De forma mais clara, o objectivo da guerra assimétrica é o mesmo da guerra subversiva, ou seja, esgotar o inimigo, desgastá-lo internamente, de tal forma, não só física como psicologicamente, que este se mostrará incapaz de manifestar determinação política. O objectivo central é a imobilização operacional do adversário. A imobilização do adversário significará em qualquer guerra o início da vitória, assim será também na guerra assimétrica.

Com o final da guerra, espera-se muito mais uma vitória política que uma vitória militar. A guerra assimétrica será muito mais a guerra do político, por isso a sua condução deverá evitar confrontos directos do poder militar, procurando um estilo mais discreto e hábil, o *modo menor*, que representa o estilo indirecto da estratégia. O que aliás constitui a ideia do Eng^o Ângelo Correia, ao afirmar que a questão do terrorismo transnacional, não será um problema dos militares mas sim dos políticos!

Interpretamos as suas palavras, como uma forma de fazer alusão, ao estilo de acção estratégica que deve ser adoptada para enfrentar o problema – a Estratégia Indirecta.

A guerra assimétrica deverá procurar retirar a estabilidade ao inimigo, surpreende-lo, exaurir o inimigo para o desequilibrar, sendo o seu maior objectivo o desgaste intelectual e moral do adversário.

III.3. Análise Comparativa com a Guerra Subversiva

A doutrina da guerra subversiva, na nossa opinião ajudará à compreensão deste novo fenómeno sociológico e político que é a guerra assimétrica.

Contudo a guerra subversiva necessitou de bases doutrinárias diferentes das da guerra convencional, questão que se manterá agora para a guerra assimétrica. Para o seu desenvolvimento em paralelismo com a doutrina da guerra subversiva apoiar-nos-emos no artigo a que já fizemos alusão no início deste trabalho de investigação, de Darc Costa, contudo apresentamos com uma interpretação da nossa responsabilidade.

III.3.1. Análise Comparativa de alguns Elementos Caracterizadores

A guerra assimétrica coloca-se como um tipo de guerra que é utilizado pela estratégia de estilo indirecto. Mas a guerra assimétrica da mesma forma que a guerra subversiva, não é o único meio para se conduzir uma estratégia de acção indirecta. Tanto a guerra assimétrica como a guerra subversiva são sempre instrumentos de acção da estratégia indirecta e pretendem conseguir um efeito psicológico. Os seus objectivos passarão por fazer parecer as suas intenções políticas, historicamente necessárias, inevitáveis, e até mesmo, imprescindíveis, aos olhos do adversário. A estratégia da guerra assimétrica, será portanto uma estratégia indirecta.

A guerra assimétrica apresenta um sentido claro, contudo a luta pode surgir em qualquer espaço e a qualquer tempo. A liberdade para operar neste tipo de guerra alicerça a sua própria força. *“Liberdade vista aqui como liberdade sobre o espaço e sobre o tempo.”*⁴⁷ A guerra subversiva será a guerra do espaço amplo. *“A guerra assimétrica é a guerra do espaço ilimitado. Em ambas, não existem frentes de combate. A retaguarda não existe para elas.”*⁴⁸ Em ambas, o poder de fogo é menos relevante que a mobilidade. São guerras de mobilidade. Em ambas, o espaço não é mantido, nem ocupado. O espaço é contaminado. Mas a contaminação exige a presença do adversário. Em quase todas as condições, nestes dois tipos de guerra, a assimétrica e a subversiva, mais do que a força, o que determina a vitória é o espaço e o tempo. Estes dois elementos materializam-se em movimentos. São as guerras do movimento e não do poder do fogo.

Dentro destes movimentos fundamentais, consideramos a infiltração. Segundo Darc Costa, neste tipo de movimentos estão sempre presentes dois momentos:

⁴⁷ COSTA, Eng Darc, *Visualizações da Guerra Assimétrica*, pag 8 – www.militar.com.br.

⁴⁸ Ibidem.

- o de reunir;
- e o de dispersar.

A infiltração, reunião, acção e dispersão, resumem segundo Darc Costa, o movimento preponderante deste tipo de guerra. As formas de infiltração diferem quanto à natureza e ao grau de conhecimento do terreno que se possui. Uma área urbana pode ser um excelente espaço para infiltração. Florestas e zonas montanhosas prestam-se também a movimentos deste tipo. O que importa realçar é que a guerra assimétrica, não condiz tal como a guerra subversiva com o agrupamento de forças, pelo menos nas suas fases iniciais. É uma guerra com um mínimo de emprego da força, na procura permanente do máximo efeito. Na verdade, é a organização do adversário que se pretende destruir.

A descentralização das operações e a formação de pequenos grupos, juntamente com um sistema que permita montar e desmontar pequenas bases operacionais, constituem a base deste tipo de guerra. Assim sendo, a guerra assimétrica é visualizada pela utilização de pequenos grupos operacionais. Os resultados táticos, decorrerão de pequenas confrontações e ataques, excluindo a delimitação exacta dos alvos ou de qualquer linha nítida de terreno.

O conceito de “militante actuante” e “militante simpatizante”, é muito interessante e bem conseguido na visualização que Darc Costa desenvolve no seu trabalho.

O militante é na guerra assimétrica, o mesmo que o guerrilheiro é na guerra subversiva. Assim quer uns quer outros enfrentam soldados. Na verdade, do lado dos militantes, que enfrentam soldados, todos são passíveis de serem classificados como militantes potencias, portanto não é fácil estabelecer uma diferença clara entre os que são e os que não são, contudo poderemos subdividi-los em:

- “*militantes actuantes*;
- *militantes simpatizantes*.”⁴⁹

Os actuantes são aqueles que lutam na guerra assimétrica. Os actuantes inserem-se no meio dos simpatizantes, contudo aqueles são os operacionais da guerra. Já os simpatizantes poderão apenas apoiar as acções de luta, e para estes reserva-se a designação de simpatizante activo. O militante só deverá ser considerado como tal desde que treinado e preparado para actuar. Na guerra subversiva, o efeito de “sal na água”⁵⁰, resultante da dificuldade em diferenciar os guerrilheiros e os grupos operacionais que conduzem a guerrilha, da restante população

⁴⁹COSTA, Eng Darc, *Visualizações da Guerra Assimétrica*, pag 10 – www.militar.com.br.

⁵⁰ Expressão de Darc Costa, in *Visualizações da Guerra Assimétrica*.

apoiente ou não, acaba por se verificar também na guerra assimétrica, fenómeno ainda mais evidente que a globalização e a própria organização em rede⁵¹ (questão que desenvolvemos mais à frente) propicia.

Tal como na subversão, a simpatia das populações é sem dúvida o melhor disfarce que os militantes possuem, mas essa simpatia não substitui o terreno nem as condições populacionais adequadas. Em função desta consideração é possível distinguir dois tipos de áreas extremamente propícias à guerra assimétrica. São as áreas de baixíssima densidade populacional, que impedem a observação ou tornam o reconhecimento no mínimo improvável, e as áreas de altíssima densidade populacional, onde pequenos grupos ou indivíduos são absorvidos ou integrados pela colectividade.

Nesta guerra os militantes constituem-se em redes que se opõem a estruturas hierárquicas. A ligação entre os militantes dá-se muito mais horizontalmente, em redes, pela fórmula política ou no plano das ideias, do que verticalmente, como resultado de estruturas de comando. A primazia que os militantes têm no estabelecimento de sistemas de redes redundante em vantagens estratégicas e táticas. A multiplicação das redes gera do lado dos militantes, sistemas incompatíveis com sistemas usuais da condução da guerra baseadas nas hierarquias. As redes oferecem uma mecânica que facilita as acções motivadas por fórmulas políticas. As hierarquias têm dificuldade em combater as redes, necessitando de criar as suas próprias redes a fim de lhes poderem fazer face.

No domínio dos processos, tal como na guerra subversiva, para atingir os seus objectivos a guerra assimétrica pode utilizar outras formas de guerra incluindo a psicológica, segundo Darc Costa. Na nossa opinião, essa não passará de um

“...conjunto de medidas, devidamente coordenadas, destinadas a influenciar as opiniões, os sentimentos, as crenças e, portanto, as atitudes e o comportamento dos meios amigos, neutros e adversos, com a finalidade de:

- fortificar a determinação e o espírito combativo dos meios amigos;*
- esclarecer a opinião de uns e outros, e contrariar a influência adversa sobre eles;*
- modificar a actividade dos meios adversos num sentido favorável aos objectivos a alcançar.⁵²*

Sugerimos pois o termo “acção” em vez de “guerra”, englobando no seu conceito os

⁵¹ Anexo J – Alterações Estruturais do Terrorismo.

⁵² Comissão para o Estudo das Campanhas de África, *Subsídios para o Estudo da Doutrina Aplicada nas Campanhas de África*, Lisboa 1990, pag 50.

termos e correspondentes conceitos de acção psicológica e guerra psicológica utilizados nos nossos regulamentos da guerra subversiva. Afigura-se correcta esta interpretação, visto não se tratar, na verdade de um tipo de guerra individualizado mas, antes de um conjunto de medidas ou actividades que terão aplicação em qualquer guerra, e que é comum a todos os conflitos. Corresponde, por assim dizer, a arma psicológica. De igual forma, poderemos alargar o mesmo raciocínio para outros tipos de acções que a guerra assimétrica pode utilizar, entre outras, poderemos referir as seguintes:

- económica;
- NBQ;
- electrónica ou informática.

III.3.2. Análise Comparativa com as Fases da Manobra Subversiva

Centremo-nos agora, na análise das várias fases que a guerra assimétrica poderá apresentar.

*“Um dos traços mais salientes da guerra é o seu carácter de fenómeno colectivo, e misto que se distingue dos actos individuais de violência.”*⁵³ Como fenómenos colectivo que é, torna-se necessário considerar a natureza sociológica do mesmo fenómeno e por conseguinte a natureza do grupo, da colectividade que combate. Ninguém se bate se não houver um motivo credível para a luta. É necessária uma razão justificativa, é necessário que a colectividade tome consciência da sua importância e que acreditem nela como único meio de melhorarem as suas condições de vida. Só assim, será possível mobilizar as pessoas, e manter a força moral que permita suportar uma luta demorada e cheia de sacrifícios e privações.

Para a visualização das várias fases da guerra assimétrica, tentaremos fazer uma interpretação do artigo “Visualizações da Guerra Assimétrica” do Eng Darc Costa juntamente com a doutrina da manobra subversiva.

Na condução de qualquer tipo de guerra, segundo Darc Costa, existem três fases obrigatórias:

- a conspiração;
- a preparação;
- e o combate aberto.

Contudo, tentando uma analogia com o ritmo da manobra subversiva, constata-se que

⁵³ COUTO, Gen Cabral, *Elementos de Estratégia* – Vol I –IAEM, Lisboa 1988, pg. 147.

entre a fase de preparação (na doutrina da guerra subversiva corresponderá a 1ª fase: - preparatória) e a fase do combate aberto (a que poderá corresponder na doutrina da guerra subversiva a 5ª fase - Final), a existência de mais duas fases:

- a 3ª fase – de Terrorismo e Guerrilha ou de Consolidação da Organização Subversiva;
- e a 4ª fase – a do Estado Subversivo.

A estas 3ª e 4ª fases da doutrina da guerra subversiva, também corresponderá no caso da guerra assimétrica fases equivalentes, designando-as Darc Costa, por:

- a 3ª fase, por “*combate subterrâneo*”;⁵⁴
- e a 4ª fase, por “*transição do combate subterrâneo para o combate aberto*”⁵⁵.

Tentaremos analisar cada uma delas com o auxílio, mais uma vez, da doutrina da guerra subversiva.

Durante a primeira fase, a fase de conspiração, consideramos que essa existe em qualquer tipo de guerra. No mínimo, existirá sempre uma conspiração contra a paz.

Na reflexão que desenvolvemos, interessa sobretudo constatar, se para a guerra assimétrica, esta fase, fará algum sentido. Já vimos que o fará em qualquer tipo de guerra, porém a conspiração exige sigilo, e a manutenção do sigilo pressupõe um conhecimento restrito, pressupõe a sistematização da informação. Este facto está presente na doutrina da guerra subversiva, como “*um período de actuação que exige segredo, pelo menos no início; nela se constitui um órgão de direcção e se começa uma rede de informações e de enquadramento*”⁵⁶.

No estudo da guerra assimétrica, entendemos que a fase de conspiração assume uma forte importância. A razão prende-se desde logo com o envolvimento dos militantes, estes além de partilharem dos ideais que enformam a conspiração, têm de saber fazer, saber actuar, e a sua captação será bem mais difícil, em virtude do espaço em que se opera neste tipo de guerra que é ilimitado.

Por outro lado a estrutura e organização será diferente no caso da guerra assimétrica, a estrutura a que se já fez referência é em “rede em malha”. Interessa porém constatar que a essência do tipo de actividades se mantêm para ambos os tipos de guerra.

Para a 2ª fase da manobra subversiva - Agitação, corresponderá uma equivalente na

⁵⁴ Designação de autoria do Eng Darc Costa constante em *Visualizações da Guerra Assimétrica* – pag21.

⁵⁵ Ibidem.

⁵⁶ Comissão para o Estudo das Campanhas de África, *Subsídios para o Estudo da Doutrina Aplicada nas Campanhas de África*, Lisboa 1990, pag 77.

guerra assimétrica.

A esta fase na guerra assimétrica, referenciamo-la por “Preparação”. Tal como na subversão as duas primeiras fases são determinantes para o desenrolar da guerra. Será nesta fase que se fixam objectivos, se escolhe a estratégia inicial, se toma em consideração o espaço e os tempos de actuação, elementos fundamentais. Mas tão importante quanto o planeamento da guerra, será antes de mais, conhecer os desejos e as forças anímicas possíveis de se desenvolverem, de acordo com os objectivos a atingir. É necessário dar consistência lógica ao imaginário, ao ideal pelo qual se luta. A doutrinação é fundamental, a fim de que se possa criar a grandeza e o valor da ideia pela qual se vai arriscar ou mesmo dar a vida. Julgamos evidente, que esta doutrinação, implicará um esforço redobrado no caso da guerra assimétrica relativamente à guerra subversiva. A guerra subversiva, na fase correspondente desenvolve as acções de agitação e de alerta, com vista à formação da opinião, contudo os valores partilhados estão mais presentes e a população mais próxima dos órgãos dirigentes. Na guerra assimétrica a dispersão dos potenciais militantes é muito maior, além de que convencer militantes a actuar noutras comunidades, longe das suas terras de origem, não será certamente tarefa fácil.

A 3ª fase na guerra subversiva - Terrorismo e da Guerrilha, corresponde na guerra assimétrica, segundo Darc Costa à “Fase do combate subterrâneo”.

Esta fase terá início com os primeiros actos de violência, que se na guerra subversiva se traduzem na manobra de flagelação concretizada por meio do:

- “- *terrorismo*;
- *da sabotagem*;
- *das acções de guerrilha*;
- *e de acções tácticas de maior duração e envergadura*”⁵⁷,

na guerra assimétrica os meios utilizados podem ser considerados exactamente os mesmos. Contudo deverá ter-se em consideração que o terrorismo desenvolvido na guerra assimétrica difere sobretudo, em virtude de ser planeado e desencadeado ao nível estratégico, por entidades que operam num sistema diferente (rede em malha) e, portanto, não - hierárquico, contra adversários estruturados hierarquicamente. Na nossa opinião, o pensamento estratégico, no caso da guerra assimétrica, só pode estar na “Al Qaeda” e a estratégia operacional nos vários grupos constituintes da rede de redes. Já na guerra subversiva, o terrorismo pode ser utilizado ao nível táctico, como instrumento das acções ou das campanhas conduzidas por organizações

⁵⁷ COUTO, Gen Cabral, *Elementos de Estratégia – Vol II – IAEM*, Lisboa 1988, pg. 243.

hierárquicas, tanto estatais como não-estatais. O acto de terrorismo procura dois efeitos fundamentais:

- o efeito de medo;
- o efeito de propaganda,

portanto o resultado material do acto, desempenha unicamente um efeito secundário, se comparado com o efeito psicológico que produz. Mas, tal como na subversão o objectivo será criar um clima generalizado de medo, afectar o funcionamento de alguns serviços essenciais à vida colectiva, obrigar as forças adversárias a dispersar, a perder a liberdade de acção, a desgastarem-se fisicamente e moralmente e a desacreditarem-se perante a população, arrastando o descrédito pela estrutura e pela autoridade do estado, com efeitos evidentes na coesão e moral das sociedades.

A consequência estratégica destas acções de flagelação será a fixação estratégica do lado adversário, pela necessidade deste ter de empenhar efectivos cada vez maiores. Pela intensificação das acções, será possível criar áreas que tal como na subversão, ficarão na posse dos militantes – as chamadas zonas libertadas na subversão. São áreas importantes e locais com uma importância estratégica tal, que permitirão preparar a passagem para a fase seguinte onde será possível transitar para situações de guerra convencional ou não.

Visualizar a as fases finais deste tipo de guerra (guerra assimétrica), confessamos, que sentimos alguma dificuldade em perspectiva-las, estaremos a sobrestimar a capacidade estratégica e política das actuais redes terroristas ligadas ao fundamentalismo islâmico?

Fica contudo, uma tentativa de visualização da fase final de um conflito, cujo desenvolvimento é incógnita para todos e se espera não vir a ocorrer.

A 4ª fase da guerra assimétrica segundo Darc Costa, é - Transição do Combate Subterrâneo para o Combate Aberto. O combate aberto caracteriza-se pelo empenhamento de forças substanciais de ambos os lados numa guerra. Guerra que poderá ser visualizada no âmbito da guerra convencional ou não.

A transição não deverá ser entendida como o fim da guerra não convencional. Uma das razões prende-se com o facto de que a facção dos militantes, parece-nos, dificilmente seria reforçada, substituída ou apoiada. Contudo o militante transforma-se e a força revela-se. Esta mudança acarretará a mudança de armamento e a forma de actuação.

Contudo, a possibilidade de uma terceira força em apoio dos militantes, deve ser equacionada. Esta terceira força poderá ser entendida como uma mais valia para o lado das

forças convencionais. Explorar a criação de possíveis vulnerabilidades, resultantes da fraca coesão entre a força apoiante e a apoiada, seria uma questão a ponderar, tanto mais se a sua constituição tivesse origem na área “contaminada”, na área ocupada. Nesta situação, as etnias poderiam ser diferentes.

Na última fase, mais uma vez tal como na 5ª fase da guerra subversiva, na guerra assimétrica corresponderia ao accionamento de um exército, ou vários, que a partir de várias bases operacionais, procurariam obrigar as autoridades vigentes a capitular. Contudo, se na guerra subversiva a tendência geral é sair da situação da fase de guerrilha e terrorismo, para a situação de guerra convencional, na guerra assimétrica essa tendência poderá não ser tão clara.

A evolução para as ultimas fases dependerá, em parte, da natureza dos próprios movimentos que conduzirão o nível operacional da guerra. Essa natureza poderá ser perspectivada como movimentos de natureza autónoma. Nesta hipótese, aos movimentos caberá a missão de derrotar militarmente o adversário no espaço onde actuem, prosseguindo finalidades táticas e estratégicas. Provavelmente a um movimento deste tipo poderá corresponder um governo legítimo, ou não, que actue em perfeita sintonia com a liderança transnacional. Esta dominará no plano estratégico e político, a condução da guerra à escala global. Com esta perspectiva, seria evidente que a prossecução dos objectivos estratégicos, dependeria da capacidade de ser possível à “Al Qaeda”, conduzir uma estratégia e política a essa escala.

Na nossa opinião, seria mais fácil de perspectivar, a missão de conduzir a fase da guerra convencional, se esta fosse atribuída a vários exércitos que se acabariam por constituir com base em movimentos, aos quais seriam atribuídas determinadas regiões, ou/e com base em governos legítimos, caso estes tivessem sido subvertidos aos ideais e projecto político anunciado. Desta forma acabaria por cada um, movimento terrorista ou/e governo legítimo, contribuir para a construção da nova ordem mundial, na persecução do maior objectivo, o “Califado”.

O seguinte quadro, pretende sistematizar e concluir as reflexões apresentadas neste capítulo, vejamos como distinguir a guerra subversiva da guerra assimétrica:

Tipo de Guerra	Guerra Assimétrica	Guerra Subversiva
Objectivo	Desgastar internamente o In/	Imobilização operacional do In
Espaço	Espaço Ilimitado	Espaço Amplo
Frentes	Não há frentes nem profundidade	
Poder de Fogo	Menos relevante que o movimento	
Pessoal	Militante	Guerrilheiro
Locais	Áreas de baixa densidade populacional/ Áreas de elevada densidade populacional	
Organização	Rede em Malha	Hierarquizada
Estilo de Acção estratégica	Indirecta	
1ª fase	Conspiração	Preparatória
2ª fase	Preparação	Agitação
3ª fase	Combate subterrâneo	Terrorismo/ Guerrilha
4ª fase	Transição do combate Subterrâneo para a Guerra Aberta	Estado subversivo
5ª fase	Guerra Aberta Guerra Convencional ou não	Final Guerra Convencional

⁵⁸ - Fonte: TILD – Cor Inf Tir Vaz Antunes - CSCD de 2002/2003

Pela análise desenvolvida, constatamos que as diferenças essenciais entre a guerra subversiva e a guerra assimétrica, se situam fundamentalmente ao nível do espaço de actuação (espaço limitado / espaço amplo) e do tipo de organização utilizada pelo adversário (hierárquica / rede em malha). A proximidade entre as duas realidades analisadas permite concluir que a estratégia da contra-subversão ajudará a esboçar uma estratégia que responda à guerra assimétrica. Perspectivar o seu combate, implica pensar no plano estratégico. No próximo capítulo abordaremos a estratégia da contra-subversão, de forma a facilitar a formulação de um quadro de manobra global que permita fazer face à nova ameaça.

⁵⁸ Quadro resumo adaptado e acrescentado, do TILD – Cor Inf Tir Vaz Antunes - CSCD de 2002/2003.

IV. A CONTRA-SUBVERSÃO

IV.1. Características estratégicas

A contra-subversão constitui uma acção eminentemente política, que deve exercer-se em todos os domínios (psicológico, diplomático, político, económico e militar), num esforço concertado e convergente, donde é possível concluir que o seu carácter estratégico é geral.

Quanto ao estilo da acção, dependerá da relação de forças, do grau de liberdade de acção e da fase de subversão. A estratégia da contra-subversão assume um carácter de estratégia directa quando a relação de forças é altamente favorável, a liberdade de acção é grande e a subversão incipiente. Assume um carácter de estratégia indirecta quando as condições referidas não se verificam e, em particular, se o processo subversivo já tem fortes raízes na população. Neste caso, as acções psicológicas, diplomáticas, políticas e económicas assumem mais importância do que a acção militar, enquanto vectores para a obtenção da decisão, situação em que esta é também, normalmente, indirecta, ou seja, em que a decisão militar se pretende obter com um custo mínimo.

Considerando igualmente que as forças subversivas necessitam e contam sempre com apoios externos, a contra-subversão terá que se exercer, não só no interior do território, mas também no campo externo. Daí o seu carácter estratégico interno e externo.

Por fim, recorrendo a subversão a uma manobra de lassidão, com vista à anulação ou minimização da mesma, irá responder a contra-subversão com uma manobra de contra-lassidão (encurtando a duração da guerra ou evitando a deterioração das forças morais e materiais da contra-subversão).

IV.2. Objectivos

O verdadeiro objectivo da contra-subversão deverá ser a preservação da adesão ou aceitação da população do sistema de valores políticos existente, ou seja, evitar a subversão. Para o efeito, a contra-subversão deverá orientar-se para os seguintes “*objectivos intermédios*”:

- *preservação de condições internas e externas que desfavoreçam a eclosão de um surto subversivo;*

- *neutralização das tentativas de organização de qualquer estrutura subversiva junto das populações, organizações oficiais e sectores de actividade.”*⁵⁹

Estes objectivos devem constituir uma preocupação normal e permanente das autoridades

⁵⁹ COUTO, Gen Cabral, *Elementos de Estratégia* – Vol II –IAEM, Lisboa 1988, pg. 305.

civis, e visam a fundamentalmente evitar o aparecimento do fenómeno subversivo ou, no mínimo, reduzir as possibilidades do seu desenvolvimento, em extensão e profundidade. A acção envolverá:

- a pesquisa permanente de notícias e informações;
- o fortalecimento das estruturas políticas, administrativas, económicas, sócias e militares;
- a consciencialização do sistema de valores políticos que enformam a sociedade;
- a neutralização dos agentes subversivos.

Se, se entrar na 3ª fase da guerra subversiva (guerrilha), há que reprimir a subversão e o objectivo final vê o seu âmbito alargado, pela necessidade de reconquistar ou obter a adesão e confiança dos sectores de população afectados; por outro lado, no campo dos objectivos intermédios haverá que destruir toda a estrutura subversiva, numa fase mais desenvolvida e enraizada, e preservar e fortalecer as forças da contra-subversão.

Conjugando as situações referidas no parágrafo anterior, podemos em síntese definir como objectivos fundamentais da contra-subversão, os seguintes:

- *“Neutralização e destruição da estrutura da subversão;*
- *Preservação e fortalecimento das forças da contra-subversão;*
- *Preservação e obtenção da adesão da população.”*⁶⁰

Com vista à consecução destes objectivos, exigirá que se atinjam os *objectivos primários*, que podem englobar:

- *destruir a estrutura da subversão;*
- *obter informações para anular o segredo em que a subversão se apoia;*
- *neutralizar a obtenção de informações por parte da subversão;*
- *conquistar física e moralmente a população;*
- *preparar o terreno;*
- *neutralizar a manobra externa da subversão e os seus efeitos;*
- *neutralizar a lassidão e os seus efeitos.*

No que respeita aos objectivos enunciados é importante destacar:

- *o carácter progressivo da contra-subversão e a exigência de uma progressividade por antecipação, relativamente à subversão.*
- *o carácter não exclusivamente militar dos objectivos da contra-subversão, pois esta*

⁶⁰ COUTO, Gen Cabral, *Elementos de Estratégia – Vol II –IAEM*, Lisboa 1988, pg. 306.

implica a execução de um conjunto de medidas de grande diversidade, tais como:

- *político-administrativas (enquadramento da população e garantia do funcionamento das actividades essenciais);*
 - *policiais e judiciais (destruição das redes subversivas);*
 - *militares;*
 - *psicológicas;*
 - *sociais (assistência, luta contra o desemprego, redistribuição de terras, cultura e religiões);*
 - *financeiras e económicas.*
- a importância decisiva da população, ao contrário do que sucede na guerra clássica.*
- a importância de que se reveste a organização do terreno, tornada um objectivo na contra-subversão.”⁶¹*

IV.3. Processos e Técnicas

As técnicas a adoptar pela contra-subversão podem ser agrupadas em dois tipos:

- As técnicas destrutivas que visam o aniquilamento das forças adversas, a neutralização de determinados elementos, a intimidação de simpatizantes e de potências estrangeiras, a destruição de infraestruturas, a desmoralização e subversão do adversário, etc.

- As técnicas construtivas ligam-se à protecção e moralização da população e meios da contra-subversão, ao fortalecimento das estruturas políticas, administrativas, económicas, sociais e militares, à recuperação e reabilitação de elementos que colaboraram com a subversão, à obtenção de apoio externo para a contra-subversão, etc.

Quanto aos processos, esses podem ser sistematizados da seguinte forma:

- “ *Processos de acção gerais*
 - . *acção psicológica (interna e externa)*
 - . *acção de informações.*
- *Processos Específicos de acção Interna*
 - . *acção militar*
 - . *acção policial*
 - . *acção político administrativa*

⁶¹ DUARTE, Maj Almeida – TILD – *A doutrina militar portuguesa de contra-subversão. Origens Metodologia do esforço do Exército face ao conflito no Ultramar (1961-74)* - CEM 00/02.

- *Processos específicos de acção externa*

. *acção militar*

. *acção económica*

. *acção de política interna*

. *acção de política externa.*

-*Processos especiais*⁶², que embora de repercussão geral para a subversão, dizem respeito a aspectos particulares desta. Envolvem o emprego de acções especiais, como seja a eliminação ou neutralização dos chefes da subversão.

IV.4. A Manobra da Contra-Subversão

A manobra contra-subversiva irá procurar aplicar e integrar nas melhores condições todas as técnicas e formas de acção de contra-subversão que permitam atingir os objectivos primários, intermédios e final. A manobra contra-subversiva é assim o resultado da integração de manobras ou acções parcelares que constituem, por seu turno, a integração de manobras ou acções elementares.

Consideram-se como manobras ou acções parcelares, as acções especiais, as acções gerais, as de contra-subversão interna e as de contra-subversão externa, correspondentes, respectivamente, ao emprego de técnicas de acções especiais, gerais, internas e externas.

As manobras e acções elementares, compreendem:

- para as *acções gerais*, acções de obtenção de informações, acções de contra-informação e acções anti-lassidão;

- para a *manobra contra-subversiva interna*, a manobra psicológica interna sobre a população, acção sobre o terreno e a manobra militar interna;

- para a *manobra contra-subversiva externa*, as manobras psicológicas, políticas, económicas e militares externas.

Relativamente à manobra da contra-subversão, seria possível desenvolver muito mais a sua base doutrinária, contudo esse não constitui o nosso objectivo. Importante, para nós, foi dar o devido relevo à sua estrutura, e que permitirá auxiliar a visualização de um quadro de manobra global contra a guerra assimétrica.

⁶² COUTO, Gen Cabral, *Elementos de Estratégia* – Vol II –IAEM, Lisboa 1988, pg. 310.

V. O COMBATE À GUERRA ASSIMÉTRICA

V.1. A Prevenção

O pressuposto básico para o combate ao terrorismo, é o de que é preferível dissuadir ou prevenir a ocorrência de ataques terroristas, a ter que lidar com as suas consequências.

O primeiro objectivo que deve ser procurado no combate à guerra assimétrica, numa fase inicial, será conhecer o adversário. Quem são eles? O que pretendem e desejam? Onde se reúnem? Como se organizam?

Para responder a estas questões, torna-se evidente o papel imprescindível, de um sistema de informações estratégico, tendo por objectivo a determinação das orientações estratégicas do país. De uma forma geral compreenderão:

- “- a informação biográfica;
- a informação económica;
- a informação tecnológica;
- a informação geográfica;
- a informação militar.

Quando falamos das ameaças assimétricas, nomeadamente do terrorismo internacional não estatal, o esquema referido perde todo o interesse porquanto visa responder às necessidades de informação de um conflito simétrico. É preciso adaptá-lo”⁶³, para que tenha capacidade de responder às questões inicialmente colocadas. Porém desenvolver este assunto foge ao âmbito da presente investigação.

As medidas no âmbito das informações, devem dar resposta o mais cedo possível, quanto aos movimentos com vista à formação das células dos militantes, ou se já existem, quanto aos seus objectivos e às suas intenções. Contudo devem ser complementadas com medidas preventivas para a protecção de objectivos (pontos sensíveis), para a vigilância de pessoas, ou grupos suspeitos bem como outras medidas de segurança.

Determinante será a implementação de medidas que previnam a contaminação do nosso espaço. Neste quadro, as medidas implementadas com vista ao controlo do fenómeno migratório é fulcral. Esta será uma questão de elevada sensibilidade que caracteriza a actualidade. Se por um lado os estados podem lucrar com os movimentos migratórios, reforçando o seu potencial

⁶³ ANTUNES, Cor Inf Tir Vaz, TILD, *As Ameaças Assimétricas e a Importância das Informações – Subsídios para uma reorganização das Informações Militares* - CSCD de 2002/2003 – pg 29.

estratégico, entendemos ser o caso nacional, por outro, o fracasso de um plano de acolhimento pode dar origem a instabilidade social com reflexos evidentes no âmbito das ameaças assimétricas e da guerra assimétrica.

Operações no âmbito da acção psicológica, juntamente com medidas no âmbito das informações, reforçam-se mutuamente. Uma contra-medida bem sucedida contra os militantes, só será exequível se, se obtiver em tempo, isto é ainda na “fase preparatória” da guerra assimétrica, um quadro nítido relativo aos objectivos, planos e potencialidades dos militantes.

Em fases posteriores, as medidas de carácter interventivo serão intensificadas. Na fase do “combate subterrâneo” e posteriores, as medidas no âmbito das informações, das operações de informação e acção psicológica, deverão ser intensificadas.

A implementação de medidas repressivas contra os militantes, exigirá uma enorme sensibilidade e conhecimento da situação, a sua aplicação deverá ser muito bem coordenada com as restantes acções, sob pena de poder provocar efeitos contrários aos pretendidos.

V.2. A Resposta no Âmbito da Estratégia

Esboçar um quadro de manobra global contra a guerra assimétrica, que possa ser adoptado pelos vários governos, no quadro dos valores ocidentais e das sociedades democráticas, não é tarefa fácil. Na verdade, não poderemos no âmbito deste trabalho, possuir essa ambição. Contudo ficam algumas reflexões que possam contribuir para a formulação de um doutrina estratégica contra a guerra assimétrica.

A nossa tentativa, tem fundamentalmente por base, alguns conceitos da manobra contra-subversiva, complementados pelas entrevistas realizadas, pela resposta estratégica contra o terrorismo de autoria de Lemos Pires, e pela doutrina do RU, constante na publicação “*Countering Terrorism, The UK Approach to the Military Contribution*”.

A formulação de uma estratégia, teria de ser equacionada de acordo com a natureza concreta da ameaça, com o ambiente externo e interno dos países atingidos pelo flagelo, bem como com a capacidade de acção de cada governo, do seu sistema político, do estado psicológico da população, em resumo, até onde o governo estaria disposto a empenhar recursos e a sua determinação para combater o terrorismo no quadro de uma guerra assimétrica. Esta questão, talvez responda em parte, a uma das preocupações que o Tenente General Pinto Ramalho manifestou na entrevista que nos concedeu⁶⁴ - o *conceito de dissuasão tradicional, não faz mais*

⁶⁴ Anexo L – Entrevista Concedida pelo Tenente General Pinto Ramalho.

sentido, quando o adversário se auto-destrói. Como é que se reafirma esse conceito?

Seria a partir do quadro referido no parágrafo anterior, e jogando em especial com os meios e os riscos, que se chegaria por opção, a uma estratégia concreta de actuação que englobaria como elementos mais significativos⁶⁵:

- a manobra global contra a guerra assimétrica;
- a definição dos meios a empenhar e a obter;
- a organização estrutural de direcção e controlo;
- a atribuição de tarefas e meios às diversas entidades intervenientes.

Optamos por ficar em alguns aspectos da manobra global contra uma possível guerra assimétrica. E isto num cenário genérico e actual de maior probabilidade, isto é, na fase inicial de uma guerra assimétrica de escala global, conduzida do exterior, com a concretização de acções terroristas num ou vários estados, e cujo projecto político se baseia no fundamentalismo islâmico.

Iremos focalizar a nossa reflexão na manobra global, não trataremos o seu ritmo ao longo das várias fases da guerra assimétrica, o objectivo será chegar à definição de algumas medidas de carácter geral a implementar pelos estados no âmbito da ameaça em questão.

Considera-se a manobra global⁶⁶ como resultado da integração de manobras ou acções parcelares, seguintes:

- as acções especiais;
- as acções gerais;
- as acções de manobra interna;
- as acções de manobra externa.

Entre as possíveis **acções especiais**, uma que pode ser considerada, refere-se à neutralização ou eliminação das entidades directoras dos grupos constituintes das redes terroristas, bem como outras que actuem ao nível interno e na concretização de objectivos tácticos. Estas acções além de colocarem problemas éticos, as suas repercussões serão ao nível estratégico e político, pelo que carecem desse sancionamento.

Nas **acções gerais**, cujas medidas têm aplicação a todas as restantes manobras parcelares, a obtenção de informações é decisiva. Na verdade, neste tipo de guerra, com as características já indicadas, a falta de contacto com o inimigo confere grande dificuldade e complexidade à

⁶⁵ Conceito adaptado a partir de: PIRES, MajGen Lemos, *O Vector Internacional do Terrorismo*, IDN, Lisboa 1984.

⁶⁶ Anexo M - Visualização de uma Possível Aproximação Integrada, da Manobra Global contra a Guerra Assimétrica.

recolha de informações, obrigando o recurso às populações, e à cooperação com outros estados, particularmente na detecção de grupos e movimentos de doutrinação. A pesquisa tem de ser constante e adaptada aos objectivos. A exploração deve ser rápida e segura. A organização do serviço de informações deverá obedecer a três condições fundamentais:

- coordenação, descentralização (constituição de redes de informação) e eficiência.

Importantes no quadro destas acções gerais, serão também as acções de contra-informação que se destinam a negar informações ao inimigo. Deverão abranger todos os sectores de interesse para o adversário, e não apenas os militares. Por fim deve procurar impedir a infiltração de elementos adversos na organização do estado.

A utilização de medidas preparatórias e de resposta a acções terroristas, tendo em vista atenuar os seus efeitos destrutivos e a minimizar as suas consequências, constitui uma preocupação, inserida no âmbito das acções gerais da manobra global. Tais medidas, identificamo-las como componentes da acção de controlo de danos. Este conjunto de medidas, compreende acções tomadas antes, durante e depois da acção terrorista e envolvem a utilização de sistemas de comando e controlo, logísticos, de engenharia, médicos, de descontaminação NBQ, entre outros.

Devem ser distinguidas as medidas preparatórias (elaboração de planos de contingência, execução de treinos, aprontamento de dispositivos de protecção e alarme e organização de equipas de controlo de danos) e as medidas de resposta (emprego das equipas de controlo de danos, avaliação de danos, tratamento e evacuação sanitária, de emergência, fornecimento de água e refeições, combate a incêndios, descontaminação NBQ, fiscalização da circulação, detecção e sinalização de áreas contaminadas).

O último aspecto das acções gerais respeita à necessidade de neutralizar a lassidão e os seus efeitos. Das acções com esta finalidade citam-se como principais, as medidas para encurtar a guerra e as tendentes a apoiar a nossa manobra, nas áreas, do moral, física, económica e financeira.

No âmbito das acções gerais poderíamos ainda enquadrar a informação pública. Sendo essencialmente um serviço de apoio, pode tornar-se num vector actuante da manobra interna e externa, como no caso da mobilização psicológica da opinião, ou estabelecendo uma forma de comunicação entre o governo e os movimentos adversários. A sua utilização visa principalmente a aceitação pública interna e externa dos métodos de combate utilizados. O apoio às acções de dissuasão quer no nível interno quer externo, dependerá muito do impacto criado pela

comunicação social. É pois demasiado importante e sensível a sua actuação, devendo esta, ser orientada em prol dos objectivos nacionais e da comunidade internacional, sempre numa perspectiva de respeito pelos valores democráticos.

A **Manobra Interna**, visa essencialmente, impedir a existência de condições para a actuação dos militantes da guerra assimétrica internamente. Comportará três vectores principais de actuação:

- A acção de política interna, que se exerce através de:
 - . medidas políticas, económicas e sociais para prevenir ou solucionar situações de tensão interna que motivem ou justifiquem as acções terroristas;
 - . da mobilização psicológica das diversas entidades e da população;
 - . da promulgação de legislação adequada, que garanta a acção oportuna, coordenada e eficaz dos diversos sectores.

- A acção de dissuasão no campo interno tem como objecto essencial dissuadir o terrorista de exercer o acto terrorista. A credibilidade assenta na eficiência das forças antiterroristas, no nível da punição legal, na eficiência dos tribunais e no factor psicológico resultante da vontade do governo e da população.

- A acção operacional exerce-se através:
 - . de medidas preventivas de segurança, como o controlo de fronteiras e aeroportos, segurança de altas entidades, instalações, medidas de segurança informática, segurança em áreas de grande concentração de público, etc;
 - . de medidas de intervenção, como desactivação de engenhos explosivos, libertação de reféns, instalações e aeronaves, detecção e captura de elementos adversos, de material e armamento.

A **Manobra Externa**, visa especialmente a dissuasão de iniciativas e/ou de apoios exteriores e a liberdade de acção interna. Comporta três vectores principais de actuação:

- a acção diplomática;
- a acção de dissuasão;
- e a acção operacional.
- A acção diplomática:
 - . promove a promulgação de legislação internacional e de tratados que condenem o terrorismo e preconizem acções ao nível das instancias internacionais, acções efectivas para a sua repressão;

- . obtém e garante a coordenação de outros Estados em acções concretas contra a guerra em causa,
 - . obtém e garante, através de uma acção de informação agressiva, a aceitação política por outros estados, das medidas de repressão internas e externas, a efectuar ou em curso.
- A acção de dissuasão:
- . exerce-se de forma indirecta através da instituição de um sistema de sanções num quadro mundial ou de alianças;
 - . ou de forma directa, graduada, que pode ir desde a ameaça de sanções políticas ou económicas até à ameaça do emprego da força.
- A acção operacional:
- . exerce-se através de medidas contra grupos actuando no estrangeiro, em cooperação ou ligação com forças desse país, de alianças ou de organismos internacionais e;
 - . através de medidas políticas, económicas e militares, num quadro de dissuasão e/ou estabilização.

Como resultado do presente estudo, este, constitui um esboço de um esquema de manobra global contra a guerra assimétrica, que deverá ser devidamente inserida numa estratégia concreta de actuação e de acordo com a situação. Uma estratégia que dissuada aqueles que promovam ou apoiem as actividades terroristas, em vez de optar por uma actuação essencialmente de repressão directa. Esta questão não retira importância à acção coerciva, mas pretende antes, que se formulem prioridades de actuação.

Como vimos no capítulo IV, a manobra contra-subversiva procura aplicar e integrar nas melhores condições, todas as técnicas e formas de acção de contra-subversão. Dessa forma será possível atingir os seus objectivos primários, intermédios e final. A manobra contra-subversiva é assim, o resultado da integração de manobras ou acções parcelares que constituem, por seu turno, a integração de manobras ou acções elementares. Pela análise destas, e com base na manobra agora idealizada, será possível chegar à concretização de um conjunto de medidas a implementar pelos estados, no quadro do combate contra a guerra assimétrica.

As medidas anti e contra-terrorista, constituem o produto final desta investigação, e são apresentadas como propostas, após o desenvolvimento das conclusões relativas ao presente estudo.

VI. CONCLUSÕES

É agora tempo de voltar às questões que nortearam esta investigação, que foram expressas na página 5, tentando assim desenvolver uma sùmula dos resultados obtidos.

Questão Central - "Que aspectos patentes na doutrina nacional da Guerra Subversiva, podem ser relacionáveis com o actual fenómeno do Terrorismo, de modo a encontrar uma racionalidade, que do ponto de vista da estratégia, permita encontrar uma resposta para o combate ao Terrorismo Transnacional?".

- Em primeiro lugar, tentámos situar o fenómeno do Terrorismo Transnacional, como um instrumento ao dispor de uma estratégia indirecta, e nesse quadro, foi possível colocar à consideração o terrorismo como uma forma de agressão ou de guerra. Esta possibilidade foi analisada com algum detalhe, tendo o fenómeno sido enquadrado num tipo de guerra que identificámos como – Guerra Assimétrica.

- A doutrina da guerra subversiva, ajudou à compreensão deste novo fenómeno sociológico e político que é a guerra assimétrica. Há na realidade um conjunto de aspectos patentes na doutrina da guerra subversiva, que se aproximam de uma forma quase que evidente, da guerra assimétrica. Estes aspectos foram resumidos num quadro que os detalhou no final do capítulo III, fazendo referência ao objectivo da guerra, ao espaço de actuação, às frentes utilizadas, ao uso do elemento - fogo, ao estilo da acção estratégica, às várias fases da guerra, entre outros.

Hipótese 1. Da comparação das duas realidades estudadas (Terrorismo Transnacional e Guerra Subversiva), existem aspectos que se relacionam.

- Pelo estudo desenvolvido concluiu-se que, tanto no caso da guerra subversiva como no da guerra assimétrica, o objectivo da guerra é retirar a estabilidade ao adversário, surpreende-lo, exaurir o inimigo para o desequilibrar. O maior objectivo é o desgaste intelectual e moral do adversário.

- Quanto ao estilo da acção estratégica, o estilo indirecto caracteriza ambos os tipos de conflito. Tanto a guerra assimétrica como a guerra subversiva constituem sempre instrumentos de acção da estratégia indirecta e pretendem conseguir um efeito psicológico no adversário.

- A guerra assimétrica apresenta um sentido claro, a luta pode surgir em qualquer espaço e a qualquer tempo. A liberdade vista como liberdade sobre o espaço e sobre o tempo, alicerça a

sua própria força. A guerra subversiva será a guerra do espaço amplo, a guerra assimétrica será a guerra do espaço ilimitado, em ambas, o espaço não é mantido nem ocupado. O espaço é contaminado. Em ambos os tipos de guerra não existem frentes nem retaguardas.

- Ambos os tipos de guerra, mais do que a força, o que determina a vitória é o espaço e o tempo, Estes dois elementos materializam-se em movimentos. São as guerras do movimento e não do poder de fogo.

- A descentralização das operações e a formação de pequenos grupos de actuação, juntamente com um sistema que permita montar e desmontar pequenas bases operacionais, constituem a base operacional em ambos os tipos de guerra, pelo menos no seu início.

- O militante está para a guerra assimétrica assim como o guerrilheiro está para a guerra subversiva.

- Tal como na subversão, a simpatia e conquista das populações é sem dúvida o melhor disfarce que os militantes possuem, contudo essa simpatia não substitui o terreno nem as condições populacionais adequadas.

- Em ambos os tipos de guerra constituem-se estruturas organizativas diferentes das do adversário. As hierarquias apresentam dificuldades, em combater e actuar contra os novos modelos de organização.

- No domínio dos processos, tanto a guerra assimétrica como a subversiva, podem utilizar o mesmo tipo de acções, com especial acuidade para a acção psicológica.

- A proximidade entre as várias fases de evolução da guerra apresentadas, é evidente, com algumas diferenças que resultam fundamentalmente do tipo de organização utilizado e do espaço em que se actua. A estrutura e organização serão diferentes no caso da guerra assimétrica – rede em malha.

Hipótese 2. Pelo recurso à doutrina da manobra subversiva e contra subversiva, é possível encontrar uma resposta que do ponto de vista estratégico, faça face ao actual fenómeno do terrorismo transnacional.

- Pela análise desenvolvida, constatamos que as diferenças essenciais entre a guerra subversiva e a guerra assimétrica, se situam fundamentalmente ao nível do espaço de actuação (espaço limitado / espaço amplo) e do tipo de organização utilizada pelo adversário (hierárquica / em rede). A proximidade entre as duas realidades analisadas permitiu concluir que a manobra da contra-subversão ajudaria a esboçar uma estratégia que respondesse à guerra assimétrica.

- A manobra contra-subversiva é o resultado da integração de manobras ou acções parcelares que constituem, por seu turno, a integração de manobras ou acções elementares.

Consideram-se como manobras ou acções parcelares, as acções especiais, as acções gerais, as de contra-subversão interna e as de contra-subversão externa, correspondentes, respectivamente, ao emprego de técnicas de acções especiais, gerais, internas e externas.

- A formulação de uma doutrina estratégica contra a guerra assimétrica, teria de ser equacionada de acordo com a natureza concreta da ameaça, com o ambiente externo e interno dos países atingidos pelo flagelo, bem como com a capacidade de acção de cada governo, do seu sistema político, do estado psicológico da população, em resumo, até onde o Governo estaria disposto a empenhar recursos e a sua determinação para combater o terrorismo no quadro de uma guerra assimétrica.

Seria a partir desse quadro, e jogando em especial com os meios e os riscos, que se chegaria por opção, a uma estratégia concreta de actuação.

- A nossa reflexão centrou-se na formulação de um esboço de uma manobra global contra o fenómeno do terrorismo transnacional. Não tratamos do seu ritmo ao longo das várias fases da guerra assimétrica, o objectivo foi chegar à definição de algumas medidas de carácter geral a implementar pelos estados no âmbito da ameaça em questão.

- Com base na doutrina da contra-subversão e das entrevistas realizadas, consideramos a manobra global como resultado da integração de manobras ou acções parcelares, seguintes:

- as acções especiais;
- as acções gerais;
- as acções de manobra interna;
- as acções de manobra externa.

É um esboço de um esquema de manobra global contra a guerra assimétrica que deverá ser devidamente inserido numa estratégia concreta de actuação e de acordo com a situação.

Hipótese 3. Encontrada uma estratégia de resposta, é possível deduzir um conjunto de medidas genéricas a implementar pelos estados.

- Pensamos que as medidas a apresentar como propostas ao presente estudo, não constituem o aspecto mais relevante deste trabalho. Consideramos que o desenvolvimento e análise anterior da doutrina que nos permitiu chegar a algumas considerações finais, constitui a resposta à questão central identificada.

- A implementação destas e de outras medidas, com a noção dos elementos - espaço e tempo, tomando em consideração a conjuntura e condicionalismos do momento, é uma tarefa complexa essencialmente política que competirá ao estado desenvolver. Contudo julgamos ser possível realçar alguns aspectos verdadeiramente importantes:

- . a prevenção do Terrorismo é uma questão prioritária;
- . a sua neutralização após o seu desencadeamento é mais complexo;
- . a existência de uma doutrina, para o combate à guerra assimétrica e de um serviço de informações estratégico, com capacidade para actuar de acordo com esta realidade, são aspectos relevantes cuja implementação deve ser prioritária;
- . a manobra externa é essencial neste tipo de guerra;
- . a acção psicológica assume um relevo especial;
- . actuar no quadro de um estado democrático é complexo, daí que é tempo de discutir, educar e informar, conscientes que o combate implica sacrifícios.

Por fim, por muitas medidas que se implementem tanto ao nível nacional como internacional, se não se atacar a questão de fundo, a guerra estará perdida. Para além da existência de sistemas de detecção, dissuasão e combate ao terrorismo, deve focar-se a atenção, nas situações de assimetria no plano global, tentando minimiza-las. Não só é imprescindível essa actuação ao nível nacional como também através das instâncias internacionais no plano global.

VII. PROPOSTAS

Alguns aspectos decorrentes do esboço da manobra apresentada, apresentam-se-nos com bastante acuidade no caso nacional, razão pela qual se propõe:

- . Quanto à liderança do Combate, que esta seja situada no âmbito da Defesa Nacional, integrando-se numa manobra estratégica de defesa.

- . A coordenação e controlo, ao nível estratégico e político, deverão estar situados no governo.

- . A acção preventiva e correctiva, de carácter operacional, deve competir essencialmente às Forças de Segurança (FS). Para o efeito deverão dispor de um Comando Operacional separado do da ordem pública, que garanta:

- . planeamento;
- . coordenação dos meios em permanência.

- . A necessidade de formação generalizada sobre o combate ao terrorismo é uma necessidade premente, fundamentalmente das FS.

- . Será indispensável a existência de unidades operacionais treinadas em técnicas de actuação contra-terroristas e aptas a desenvolver acções de:

- . recuperação de reféns;
- . captura de terroristas;
- . libertação de aeronaves e instalações ocupadas;
- . desmontagem de explosivos, acções de descontaminação BQ. Embora estas capacidades já existam, na sua maioria ao nível nacional, propomos a sua centralização num Comando único, em situações a determinar.

- . O emprego das Forças Armadas (FA) deve verificar-se após esgotadas as capacidades das FS. Nesse quadro e em função da situação, da fase mais ou menos avançada da guerra assimétrica as FA, poderão vir a ser chamadas para:

- . apoio das FS, complementando as suas capacidades;
- . substituição das FS e do Comando Operacional contra-terrorista, que a partir de determinada fase, de acordo com a avaliação da situação, deverá passar para a responsabilidade das FA. Neste caso, (estado de excepção ou de crise mais grave), passarão as FS a actuarem em apoio das FA.

- . Por estas razões, a formação e treino das Unidades das Forças Armadas deverão contemplar as técnicas de actuação no quadro de um conflito deste tipo, considera-se que a

experiência adquirida nas campanhas de África poderá ser devidamente ponderada e desenvolvida.

A dimensão e o carácter global do terrorismo transnacional, bem como a resposta dos EUA que declarou guerra ao novo fenómeno, fomentaram coligações e mobilizou apoios em todo o mundo. A situação suscita e obriga todos os estados a tomarem medidas perante esta ameaça, tanto por razões da sua segurança e de solidariedade internacional, como para evitar uma imagem de sede de insegurança para os outros que não a aceitarão e poderão reagir. Referimo-nos ao efeito dissuasor da política Norte Americana que lidera o processo. Muitos serão os estados que porventura estarão mais preocupados com o julgamento do seu comportamento, do que pela ameaça terrorista.

Claro que neste contexto, as reacções de cada um dos estados não são uniformes, depende da percepção da intensidade e probabilidade da ameaça, do repúdio ou simpatia pelas razões terroristas e do grau de concordância com os objectivos e métodos a utilizar.

Traçar um quadro de medidas de tal forma abrangente, que pudesse abarcar as várias fases visualizadas para a guerra assimétrica, revelaria uma ambição desmesurada e resultaria numa concretização pouco séria. Julgamos que, quer pelas razões já apontadas, quer porque mais importante que traçar um quadro de medidas, é tentar materializar algo que complemente o raciocínio desenvolvido, em anexo, optamos por propor uma concretização da manobra global, de acordo com a perspectiva de uma situação que corresponda à actualidade, na qual se deverá dar maior relevo à implementação de medidas fundamentalmente de carácter preventivo. O quadro, pretende reflectir algumas medidas anti e contra-terroristas⁶⁷ de carácter genérico, decorrentes da visualização da manobra global, como resultado da integração das manobras ou acções parcelares, seguintes:

- as acções especiais;
- as acções gerais;
- as acções de manobra interna;
- as acções de manobra externa.⁶⁸

⁶⁷ Entende-se por anti-terrorismo o conjunto de medidas sociais e políticas, a implementar no quadro da política interna e externa de cada estado, que visam atacar a razão essencial do fenómeno terrorista.

contra-terrorismo acções de combate propriamente ditas, e será alicerçado por uma rede de informações capaz de fazer face ao fenómeno, pelos tratados internacionais, e pela capacidade operacional que os estados desenvolverem, numa perspectiva de actuação interna e externa, integrada com outros estados no âmbito das alianças, organizações internacionais e cooperações bilaterais. (Entrevista a MGen Lemos Pires – 2003).

⁶⁸ Anexo N – Quadro Proposto de Medidas Anti e Contra-Terrorismo.

Terminamos com a seguinte observação de Ângelo Correia, “*a solução para o terrorismo, constitui um problema essencialmente político!*”⁶⁹.

Apesar desta referência, entendemos que o Exército e o IAEM poderão desenvolver doutrina de elevada qualidade, numa área em que a experiência e o saber acumulado existente, poderão contribuir de forma significativa para o sucesso do combate que já se trava, e que pode evoluir para formas mais complexas.

⁶⁹ Primeira Observação do Sr Eng Ângelo Correia, por ocasião da nossa entrevista, realizada no âmbito desta investigação.

BIBLIOGRAFIA

Livros/Jornais/Revistas/Artigos

AJP -3.4 - Non-Article 5 Crisis Response Operations (1st Study Draft), OTAN, Maio de 2001.

BAUD, Jacques (2003) – **La Guerre Asymétrique ou la défit du vainqueur**. Paris: Éditions du Rocher, 2003.

BAUER e RAUFER, Alain e Xavier (2002) – **A Globalização do Terrorismo**. Lisboa: Prefácio Edição de Livros e Revistas, Ld^a, 2003.

BONIFACE, Pascal (2002) – **As Lições do 11 de Setembro**. Lisboa: Livros Horizonte Ld^a, 2002.

BONIFACE, Pascal (2000) – **Atlas das Relações Internacionais**. Lisboa: Plátano Edições Técnicas, 2000.

BONIFACE, Pascal (2002) – **Guerras do Amanhã**. Lisboa: Editor – Francisco Lyon de Castro, 2003.

BROGUIÈRE, jean-Louis – Le Julge Bruguière Parle. **L'Express**. Paris : 12 de Dezembro de 2002.

COUTO, Cabral (1988) – **Elementos de Estratégia, Apontamentos para um curso. Vol I**. Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares, 1988.

COUTO, Cabral (1988) – **Elementos de Estratégia, Apontamentos para um curso. Vol II**. Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares, 1989.

ESTADO MAIOR DO EXERCITO, **O Exército na Guerra Subversiva, Vol I – Generalidades**, Estado Maior do Exército, 1966.

COMISSÃO PARA O ESTUDO DAS CAMPANHAS DE ÁFRICA (1961-1974), **Subsídios para o Estudo da Doutrina Aplicada nas Campanhas de África (1961-1974)**, Estado Maior do Exército, 1990.

ESTADO MAIOR DO EXERCITO, **O Exército na Guerra Subversiva, Vol I – Generalidades**, Estado Maior do Exército, 1966.

FOCOS, – Portugueses em perigo. **Focos**. Lisboa : Nº 202, 27 de Agosto 2003.

GUARDIOLA e MEIRELES, Nicole e Luísa - Em Estado de Alerta, **Jornal Expresso**. Lisboa, (24 Maio 2003).

GAYRAUD e SÉNAT, Jean-François e Sénat (2001) – **Le Terrorisme** Paris: Presses Universitaires de France, 2002.

HISBOURG, François (2001) – **Hiperterrorism: la nouvelle guerra**. Paris: Éditions Odile Jacob, 2001.

JOINT DOCTRINE AND CONCEPTS CENTRE – UK – **Countering Terrorism – The UK Approach to the Military Contribution**.

MENDES, Reynolds – Guerra - Riscos Assimétricos. **Military Review**. Lisboa: (2º Trimestre 2003).

PIRES, Lemos – As cartas estão na mesa. **Jornal de Notícias**. Lisboa: Terça-Feira, 2 de Outubro de 2001.

PIRES, Lemos (2002) – As Forças Militares e o Combate ao Terrorismo. **Encontro da Arrábida**. Documento pessoal gentilmente cedido. (2002).

PIRES, Lemos – As Vinte e cinco medidas. **Jornal de Notícias**. Lisboa: Terça-Feira, 6 de Agosto de 1996.

PIRES, Lemos – Estamos em Guerra?. **Jornal de Notícias**. Lisboa: Terça-Feira, 18 de Setembro de 2001.

PIRES, Lemos – Este Novo Terrorismo. **Jornal de Notícias**. Lisboa: Terça-Feira, 27 de Novembro de 2001.

PIRES, Lemos – Já lá vai um mês. **Jornal de Notícias**. Lisboa: Terça-Feira, 16 de Outubro de 2000.

PIRES, Lemos (1984) – O Vector Internacional do Terrorismo. **Nação e Defesa**. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional, Separata ABR — N°30 –(Jun 1984).

PIRES, Lemos – Terrorismo de Hoje. **Jornal de Notícias**. Lisboa: Quarta-feira, 9 de Agosto de 1995.

PIRES e FERREIRA, Nuno Barrento e Rui Silva – guerras e Guerras. Em depósito no **Jornal do Exército**. Lisboa 2003.

RAMONET, Ignacio (2002) – **Guerras do Século XXI – Novos Medos, novas ameaças**. Lisboa: Campo das Letras – Editores, S.A., 2003.

RAMONET, Ignacio (2003) – **O Império Contra o Iraque**. Lisboa: Campo da Comunicação, 2003.

ROGEIRO, Nuno (2002) – **O Inimigo Público – Carl Schmitt, Bin Laden e o Terrorismo Pós-Moderno**. Lisboa: Gradiva., 2003.

RASHIB, Ahmed (2002) – **JIAHD - Ascensão do Islão Militante na Ásia Central**. Lisboa : Terramar, 2003.

REVEL, Jean François (2002) – **A Obsessão Anti Americana**. Lisboa: Bertrand Editora, 2003.

SANTOS, Loureiro (2003) – **A Idade Imperial – A Nova Era – Reflexões sobre Estratégia III**. Lisboa: Publicações Europa América, 2003.

Manuais Escolares

Fav 04/ SU 70-00-34 – Textos de Apoio - CEM (2002/2004), **As Criminalidades Transnacionais**, IAEM, Lisboa.

Fav 05/ SU 70-00-34 – Textos de Apoio - CEM (2002/2004), **Guerra**, IAEM, Lisboa.

NC 20-77-01 (2000), **Arte Operacional - Operações Conjuntas e Combinadas**, IAEM, Lisboa.

NS 90145 – Departamento de Ensino – Secção de Ensino de Estratégia (1987) – **O Conceito de Subversão**, TR 70-60-01, IAEM, Lisboa.

Entrevistas Realizadas

CORREIA, Ângelo (2003) – **Entrevista realizada em Lisboa a 09 Março 2003.**

PIRES, Lemos (2003) – **Entrevista realizada em Lisboa a 11 Setembro 2003.**

RAMALHO, Pinto (2003) – **Entrevista realizada em Lisboa a 29 Outubro 2003:** Ministério da Defesa Nacional, 2003. É actualmente o Director Geral de Política de Defesa Nacional do Ministério de Defesa Nacional.

Internet

COSTA, Darc – **Vizualizações da Guerra Assimétrica** [Em linha]. [2002], actual. Março. 2002. [Consult. 7 Set.2003, 01H30].

Disponível na WWW:

<URL:www.militar.com.br>

USA, Department - **Patterns of Global Terrorism** [Em linha]. [2001], actual. 2002. [Consult 20 de Maio de 2003 às 22h20m].

Disponível na WWW:

<URL: <http://www.state.gov/s/ct/rls/pgtrpt/2001/>>

UNIÃO EUROPEIA - **Tratado da União Europeia Maastricht** [Em linha]. [1992], actual 2003. [consult 23 de Setembro de 2003 às 18H17].

Disponível na WWW:

<URL: http://europa.eu.int/eur-lex/pt/treaties/dat/C_2002325PT.000501.html>

UNIÃO EUROPEIA - **Política europeia de Segurança e de Defesa** [Em linha]. [1999], actual 2003. [consult 23 de Setembro de 2003 às 18H17].

Disponível na WWW:

<URL: <http://europa.eu.int/scadplus/printversion/pt/cig/g4000p.htm#p17>>

Trabalhos

ANTUNES, CorT Vaz (2003) – **As Ameaças Assimétricas e a Importância das informações – Subsídios Para Uma Reorganização das Informações Militares**, TILD – CSCD 2002/2003. IAEM: (2003)

OLIVEIRA, Cor CEM A. N. Ramires (1974) – **Contra - Subversão, Cursos de Estado Maior** IAEM: (1974)

DUARTE, Maj Almeida (2002) – TILD – **A doutrina militar portuguesa de contra-subversão. Origens Metodologia do esforço do Exército face ao conflito no Ultramar (1961-74)** - CEM 200/2002. IAEM: (2002)

OLIVEIRA, Maj Garcia (2003) – **A Geopolítica do Terrorismo**, TII – Cadeira de Geopolítica - CEM 2002/2003. IAEM: (2003)

INDICE DE ANEXOS

- Anexo A - Entrevista concedida pelo Sr Major General Lemos Pires.
- Anexo B - Organizações Terroristas.
- Anexo C - Fenómeno terrorista à Escala Mundial.
- Anexo D - Fenómeno Terrorista à Escala Mundial – Religião.
- Anexo E - Fenómeno Terrorista à Escala Mundial – Estados Promotores do Terrorismo.
- Anexo F - Fenómeno Terrorista à Escala Mundial – Droga.
- Anexo G - Fenómeno Terrorista à Escala Mundial – Conflitos e Guerrilhas.
- Anexo H - O Terrorismo na Manobra Subversiva.
- Anexo I - Outras Tipologias de Guerra.
- Anexo J - Alterações Estruturais do Terrorismo.
- Anexo L - Entrevista concedida pelo Sr Tenente General Pinto Ramalho.
- Anexo M - Visualização de Uma Possível Aproximação Integrada da Manobra Global Contra a Guerra Assimétrica.
- Anexo N - Quadro Proposto de Medidas Anti e Contra-terrorista.

Anexos

Anexo A

Entrevista concedida pelo
Sr Major General Lemos Pires
em 11SET03

ANEXO A – ENTREVISTA CONCEDIDA PELO SR MAJOR GENERAL LEMOS PIRES EM 11SET03.

A entrevista que realizamos ao Sr Major General Lemos Pires, foi estruturada, tendo tido por objectivo situar o actual fenómeno do terrorismo transnacional e conhecer a opinião do General, acerca da eventual relação e proximidade deste tipo de terrorismo com o fenómeno subversivo.

Confrontado com as duas realidades, terrorismo e subversão, Lemos Pires referiu que muitas vezes se confunde terrorismo com “uma forma de estratégia”. No seu entendimento, o terrorismo constitui um instrumento, que muitas vezes também se confunde com a subversão, uma vez que aquele, aparece nos seus primeiros estádios. Foi o que aconteceu nas nossas campanhas do ultramar, em que a primeira forma de actuação operacional, por parte do adversário, foi exactamente o terrorismo. Este método de actuação, na sua opinião, foi utilizado enquanto ao adversário não era possível passar para outras formas mais evoluídas, e que posteriormente se vieram a confirmar com o aparecimento da guerrilha, acompanhada ou não, de acções terroristas.

Nesta altura da conversa, interrogámos o nosso entrevistado, sobre o que poderia caracterizar, o fenómeno terrorista na actualidade. Lemos Pires referiu que duas realidades no seu entendimento devem ser colocadas em devido destaque:

- a primeira é a de que o caminho do terrorismo é marcado pelo sangue e pela dor;
- a segunda é o facto de os meios tecnológicos sofisticados estarem hoje ao alcance do terrorista com uma apreciável margem de liberdade de acção, e que portanto, o mundo terá de se defender dos seus efeitos.

Hoje em dia, o que o que na sua opinião identifica o terrorismo é a sua natureza política, isso faz com que o possamos visualizar, com facilidade, como um instrumento inserido numa estratégia indirecta. Terrorismo e não criminalidade, sendo a característica política do terrorismo, o que o faz distinguir da criminalidade comum. O mal, é muitas vezes ser confundido. Para tal, contribui o facto de o próprio fenómeno do terrorismo constituir hoje, uma forma de emprego que paga muito bem. Acrescentou também, que se compararmos o terrorismo ocorrido no período da guerra-fria, com o que se verifica actualmente, no que diz respeito às fontes do seu financiamento, se antes ele podia sobreviver pela via política, hoje o seu financiamento resulta na maior parte dos casos da criminalidade transnacional, portanto de fontes de financiamento não

relacionáveis com o estado. Se por outro lado, formos à procura do terrorista operacional, esse pode ser um psicopata, um criminoso, um político, um idealista, e entramos portanto, num ambiente muito ambíguo, que nos pode levar a algumas formas menos claras, de tentar tipificar e entender o fenómeno vincadamente de natureza política.

Relativamente ao terrorismo e à subversão, o General acrescentou, não existir duvida que aquele “casa” muito bem numa estratégia subversiva, e que, será na subversão, onde o terrorismo melhor “navega”.

Ao associar o actual fenómeno do terrorismo à subversão, o General salientou, que parece existir uma forte relação. Esta relação advém da natureza e dimensão do objectivo, relativo ao tipo de terrorismo a que hoje se assiste. Contudo, referiu ainda, que grupos terroristas, actuam actualmente, com objectivos políticos limitados, o que nos pode colocar muita vezes a dúvida, se estamos em presença de um acto terrorista unicamente de protesto, ou perante uma componente de uma manobra mais complexa, que aspira à conquista do poder. Se entendermos estas acções como manobras componentes de uma estratégia, aqui o terrorismo “casa” muito bem com a estratégia da subversão. Nesta perspectiva, o tema da nossa investigação parece pertinente e correcto, segundo a sua opinião.

Quanto à tipologia do terrorismo, o General focou especialmente os tempos mais recentes, e que transcrevemos:

O Terrorismo Internacional, ocorrido no período da Guerra-Fria, em particular nos anos 70/85, os chamados “*anos de ouro do terrorismo*”, especialmente orientado contra os países ocidentais, chegou a constituir-se numa estratégia indirecta do bloco comunista contra os estados democráticos, situação que levou alguns autores a interpretar o fenómeno como uma verdadeira guerra, a 3ª Guerra Mundial.

O desaparecimento ou pelo menos inibição dos estados padrinhos, os tais que promoviam e apoiavam organizações terroristas e das suas acções retiravam dividendos políticos ou outros, fez com que este tipo de terrorismo acabasse. E terminou, em resultado da queda do Muro de Berlim, e por conseguinte de um mundo dividido em dois blocos que retirou àqueles estados (padrinhos), a impunidade politica e o interesse pela função de intermediários.

Por outro lado, as ligações cada vez mais frequentes de organizações terroristas com grupos de criminalidade, o acesso aos meios químicos, biológicos e nucleares, com efeitos de destruição maciça, fez com que novos grupos, indivíduos ou iniciativas, em nome de razões sociais, políticas ou/e ideológicas, levassem a cabo atentados em países dos mais democráticos e desenvolvidos. Os meios colocados à disposição, elevaram o patamar das possíveis

consequências para níveis em que não se queria acreditar. Estamos assim, perante uma nova forma de terrorismo, o Terrorismo Transnacional.

Fenómeno associado ao fundamentalismo islâmico, com um projecto político, sendo o objectivo menor a morte aos infiéis, e o maior a conquista do poder, o Califado.

Relativamente à forma como pode ser visualizada a actuação dos actuais grupos terroristas organizados em rede, o General desenvolveu uma tese interessante. Possivelmente, o grupo terrorista, recebe a missão e o financiamento. É passada uma carta de comando ao seu líder, que atribuirá a operação a uma célula terrorista. No final do cumprimento da acção, tal como na idade média o Sr Feudal ia contar ao Rei como tinha decorrido a acção militar, a célula reporta os resultados ao líder do grupo, que por sua vez se liga à Al Qaida. Esta visualização, não passará de mera suposição, uma vez que ninguém conhece o que realmente existe.

À pergunta por nós realizada:

“Quem executa o trabalho Estratégico, como se debate, como se escolhem os objectivos, onde se situa a estratégia nesta organização transnacional?”

Segundo o entrevistado, essa constitui uma questão pertinente e interessante, que na sua opinião só poderá estar na Al-Qaida, a estratégia, porque a estratégia operacional está dividida entre os grupos operacionais.

Na opinião do General, provavelmente estaremos a sobrestimar a “máquina”. Contudo não sabemos.

Uma coisa é certa! O Presidente dos Estados Unidos, o presidente da maior potência mundial, declarou guerra à Al-Qaida, elevando-a a um patamar de importância na cena internacional, anteriormente inimaginável.

Quanto à resposta a desenvolver, Lemos Pires, referiu que a manobra estratégica de resposta, passará fundamentalmente por atacar a razão essencial do terrorismo, e que o conjunto de medidas a implementar nesse âmbito, constitui o “anti-terrorismo”. Este, será o resultado do conjunto de medidas sociais e políticas, a implementar no quadro da política interna e externa de cada estado.

O “contra-terrorismo”, passará pelas acções de combate propriamente ditas, e será alicerçado por uma rede de informações capaz de fazer face ao fenómeno, pelos tratados internacionais, e pela capacidade operacional que os estados desenvolverem, numa perspectiva de actuação integrada com outros estados, no âmbito das instâncias internacionais. A liderança cabe aos Estados Unidos. A máquina já está a funcionar.

Anexo B

Organizações Terroristas

ANEXO B - ORGANIZAÇÕES TERRORISTAS

ÁREA GEOGRÁFICA	LOCALIZAÇÃO/AOp	ORGANIZAÇÃO	ANO / FUNDADOR	OBJECTIVOS / MODUS OPERANDUM	FORÇA	APOIOS	OBSERVAÇÕES
EUROPA	<u>ESPAÑA</u> , FRANÇA	BASQUE FATHERLAND AND LIBERTY (ETA) EUZKADI TA ASKATASUNA	1959 / ?	Tem por objectivo estabelecer um estado Basco independente, baseado em princípios marxistas no norte de Espanha e no SW de França. MO – Atentados bombistas, assassinatos políticos de FS., militares, políticos e juízes.	Provavelmente algumas centenas mais apoiantes	Treino na Líbia, Líbano e Nicarágua. Refúgio em Cuba.	LeI
EUROPA	<u>TURQUIA</u> , EUROPA, MÉDIO-ORIENTE	KURDISTAN WORKER'S PARTY (PKK)	1974/ABDULLAH OCALAN	O PKK, tem inspiração marxista. Tem por objectivo criar um estado Curdo no sudoeste da Turquia. Neste momento o seu líder máximo está preso na Turquia.	4 a 6000 membros	Síria, Iraque e Irão	L
EUROPA	<u>IRLANDA DO NORTE</u> , REP. IRLANDA, GRÃ-BRETANHA	REAL IRA (RIRA)	1998/ MICHAEL MCKEVITT	Ala clandestina do “Movimento para a soberania dos 32 condados”. Tem por objectivo a remoção das forças britânicas da Irlanda do Norte e a reunificação da Irlanda. MO – Ataques bombistas, assassinatos e roubos. Muitos dos seus membros saíram do IRA após o acordo de cessar fogo.	100-200 activistas	Simpatizantes nos Estados Unidos	L
EUROPA	<u>GRÉCIA</u>	REVOLUTIONARY NUCLEI	1974 / ?	Tinha por objectivos iniciais opôr-se ao golpe militar que governou a Grécia no princípio dos anos 70. Enquadra-se na «esquerda radical» que luta contra o capitalismo e o imperialismo. MO – Anti Estados Unidos, NATO, União Europeia.	Pequeno número de operacionais	Auto-sustentado	R
EUROPA	<u>GRÉCIA</u>	REVOLUTIONARY ORGANIZATION 17 NOVEMBER (17 NOVEMBER)	1975 / ?	Grupo de «esquerda radical». Tinha por objectivos iniciais a luta contra o regime militar do princípio dos anos 70. É contra o governo, Turquia, E. Unidos e NATO. Mantém alguma actividade.	Pequeno número de operacionais	Auto-sustentado	R
EUROPA	<u>TURQUIA</u>	REVOLUTIONARY PEOPLE'S LIBERATION PARTY/FRONT (DHKP/C)	1978 / ?	Grupo Terrorista de ideologia marxista, contra a NATO e os Estados Unidos. MO – Assaltos e extorsão	Desconhecida	Desconhecida	R
EUROPA	<u>ITÁLIA</u>	ANTI-IMPERIALIST TERRITORIAL NUCLEI (NTA)	1993 / ?	Grupo extremista de esquerda. Opõe-se ao chamado imperialismo dos Estados Unidos e da NATO e condena as políticas externa e do trabalho do governo Italiano. MO – Atentados à bomba.	Aproximadamente 80 membros	Nenhum evidente	R
EUROPA	<u>IRLANDA DO NORTE</u> , REP. IRLANDA	CONTINUITY IRISH REPUBLICAN ARMY (CIRA)	1994 / ?	Grupo terrorista radical dissidente do Sinn Fein. Tem por objectivo a retirada da Grã-Bretanha da Irlanda do Norte. MO – Ataques bombistas, assassinatos, raptos, extorsão e roubo.	Menos de 50 activistas	Simpatizantes nos Estados Unidos	L
EUROPA	<u>ESPAÑA</u>	GRUPO DE RESISTÊNCIA ANTI-FASCISTA PRIMEIRO DE OUTUBRO	1975 / ?	Ala armada do Partido Comunista Espanhol durante a era de Franco. Tem por objectivo o derrube do governo espanhol e a sua substituição por um estado marxista-leninista. Anti Estados Unidos. MO – Ataques bombistas e assassinatos.	Não mais do que 12 activistas	Nenhum	R
EUROPA	<u>IRLANDA DO NORTE</u> , REP. IRLANDA, GRÃ-BRETANHA, EUROPA	IRISH REPUBLICAN ARMY (IRA)	1969 / ?	Organização terrorista de orientação Marxista, ala armada clandestina do Sinn Fein, organizada em pequenas células. Tem por objectivos expulsar a Grã-Bretanha da Irlanda do Norte e unificar as duas Irlandas. Aceitou um cessar fogo em 1997.		Grande número de países e Org. como a OLP, ETA.	LeI

ÁREA GEOGRÁFICA	LOCALIZAÇÃO/AOp	ORGANIZAÇÃO	ANO / FUNDADOR	OBJECTIVOS / MODUS OPERANDUM	FORÇA	APOIOS	OBSERVAÇÕES
EUROPA	<u>IRLANDA DO NORTE</u> , REP. IRLANDA	LOYALIST VOLUNTEER FORCE (LUF)	1996 / ?	Facção do Loyalist Ulster Volunteer Force (UVF). Tem por objectivo evitar o acordo político com os Nacionalistas Irlandeses na Irlanda do Norte. MO – Ataques bombistas, raptos.	150 activistas	Nenhum	L
EUROPA	<u>IRLANDA DO NORTE</u>	ORANGE VOLUNTEERS (OV)	1998-99 / ?	Grupo Terrorista composto por Lealistas da linha dura, dissidentes doutros grupos que aceitaram o cessar-fogo. Tem por objectivo evitar o acordo político com os Nacionalistas Irlandeses, atacando os interesses católicos na Irlanda do Norte.	Cerca de 20 membros	Nenhum	L
EUROPA	<u>IRLANDA DO NORTE</u>	RED HAND DEFENDERS (RHD)	1998 / ?	Grupo Terrorista composto por uma linha dura de protestantes, dissidentes doutros grupos que aceitaram o cessar-fogo. Tem por objectivo evitar o acordo político com os Nacionalistas Irlandeses, atacando os interesses católicos na Irlanda do Norte.	Cerca de 20 membros	Nenhum	L
EUROPA	<u>ITÁLIA</u>	REVOLUTIONARY PROLETARIAN INIATIVE NUCLEI (NIPR)	2000 / ?	Grupo extremista de esquerda. Opõe-se à política externa e de trabalho Italiana. MO – Ataques à bomba.	Cerca de 12 membros	Nenhum	R
EUROPA	<u>TURQUIA</u>	TURKISH HIZBALLAH	Finais 80 / ?	Grupo extremista Curdo Islâmico (Sunita). Tem por objectivo estabelecer um estado islâmico independente da Turquia.	Algumas centenas de membros	Irão	L
EUROPA	<u>IRLANDA DO NORTE</u>	ULSTER DEFENSE ASSOCIATION/ULSTER FREEDOM FIGHTERS (UDA/UVF)	1971 / ?	O maior grupo Lealista paramilitar da Irlanda do Norte. Tem por objectivo evitar o acordo político com os Nacionalistas Irlandeses, atacando os interesses católicos na Irlanda do Norte.	2 a 5000 membros	Nenhum	L

ÁREA GEOGRÁFICA	LOCALIZAÇÃO/AOP	ORGANIZAÇÃO	ANO / FUNDADOR	OBJECTIVOS / MODUS OPERANDUM	FORÇA	APOIOS	OBSERVAÇÕES
MÉDIO-ORIENTE	<u>LÍBANO</u> , IRAQUE	ABU NIDAL ORGANIZATION (ANO)	1974 / SABRI AL BANNA	Grupo extremista que dirige os seus ataques contra interesses Americanos, Ingleses, Franceses, Israelitas, Palestínianos moderados, OLP e vários países árabes. Tem por objectivo além dos ataques contra Israel destruir a estrutura de comando da OLP. Não dirige ataques contra interesses ocidentais desde finais de 1980.	Poucas centenas de adeptos.	Estruturas de apoio noutros países como o Iraque, Líbia e Síria (até 1987)	L
MÉDIO-ORIENTE	<u>CISJORDÂNIA</u> , ISRAEL E FAIXA DE GAZA	AL-AQSA MARTYRS BRIGADE	?	Grupo terrorista que dirige os seus ataques contra alvos Israelitas e palestínianos colaboradores. Tem por objectivo fazer retirar o exército e colonos Israelitas da Faixa Ocidental, da Faixa de Gaza e Jerusalém, para aí estabelecerem um Estado Palestíniano.	Desconhecido	Desconhecido	L
MÉDIO-ORIENTE	<u>ARGÉLIA</u>	ARMED ISLAMIC GROUP (GIA)	1992 / ?	Grupo terrorista que dirige ataques frequentes contra alvos civis e trabalhadores governamentais da Argélia, bem como contra estrangeiros no interior da Argélia. Tem por objectivo derrubar o secular regime da Argélia e substituí-lo por um estado islâmico. MO – Atentados bombistas, raptos, assassinatos e desvios de avião.	Provavelmente à volta de 200 membros.	Expatriados Argelinos. Residentes na Europa, apoiam logística e financeiramente. Irão e Sudão.	R
MÉDIO-ORIENTE	<u>LÍBANO</u>	ASBAT AL ANSAR (THE PARTISAN'S LEAGUE)	1990 / ?	Grupo extremista islâmico (Sunita), composto primariamente por palestínianos associados a Usama Bin Ladin. Seguem uma filosofia de interpretação extremista do Islão que justifica a extrema violência afim de derrubar o governo Libanês e afastarem as influências anti-islâmicas do país.	À volta de 300 Combatentes	Redes Sunitas internacionais , incluindo a Al-Quaida	ReT
MÉDIO-ORIENTE	<u>EGIPTO</u> , GRÃ-BRETANHA, AFGANISTÃO, YEMEN, ÁUSTRIA	AL-GAMÁS AL-ISLAMIYYA (ISLAMIC GROUP, IG)	1970 / SHAYK HUMAR ABD AL-RAHMAN	Tem por objectivo principal o derrube do governo do Egipto e a sua substituição por um estado islâmico. O seu chefe está preso nos Estados Unidos e não apoia o cessar fogo acordado com as autoridades. Por outro lado, Taha Musa um membro da linha dura deste movimento apoia guerra santa (Fatha) declarada por Bin Ladem e costuma ser filmado ao lado do milionário saudita, podendo pretender atacar interesses Americanos e Israelitas.	Desconhecido. Provavelmente várias centenas.	Irão, Usama Bin Ladem e várias ONG	ReT
MÉDIO-ORIENTE	<u>CISJORDÂNIA</u> , FAIXA DE GAZA, ISRAEL	HAMAS (ISLAMIC RESISTANCE MOVEMENT)	1987 / ?	Tem por objectivo substituir Israel por um estado islâmico Palestíniano. MO – Ataques suicidas de larga escala contra alvos militares e civis Israelitas, bem como outros Grupos palestínianos rivais.	Desconhecido. Dezenas de milhares de apoiantes e simpatizantes.	Expatriados Palestínianos, Irão e benfeitores da Arábia Saudita e de outros estados Árabes moderados	R

ÁREA GEOGRÁFICA	LOCALIZAÇÃO/AOP	ORGANIZAÇÃO	ANO / FUNDADOR	OBJECTIVOS / MODUS OPERANDUM	FORÇA	APOIOS	OBSERVAÇÕES
MÉDIO-ORIENTE	<u>LÍBANO</u> , EUROPA, AMÉRICA DO SUL E DO NORTE, ÁSIA	HIZBALLAH (PARTY OF GOD) (ISLAMIC JIHAD)	1982 / ?	Tem por objectivo o estabelecimento de leis islâmicas no Líbano e a libertação de todos os territórios Árabes ocupados incluindo Jerusalém, além da eliminação de Israel. MO - Diversos ataques bombistas a interesses Norte – Americanos e Israelitas.	Algumas centenas de operativos e vários milhares de apoiantes.	Irão e Síria	I
MÉDIO-ORIENTE	<u>EGIPTO</u> , YEMEN, AFGANISTÃO, PAQUISTÃO, LÍBANO, GRÃ-BRETANHA	AL-JIHAD (EGYPTIAN ISLAMIC JIHAD)	Finais 70 / ?	Grupo extremista islâmico, aliou-se à Al-Qaida em Junho de 2001, embora retenha capacidade de prosseguir operações independentes. Tem por objectivo substituir o governo Egípcio por um governo islâmico. MO-Ataques a interesses Norte-Americanos e Israelitas no Egipto e no estrangeiro.	Provavelmente várias centenas de operativos.	Irão, Al-Qaida, NGO islâmicas, actos criminosos.	ReT
MÉDIO-ORIENTE	<u>ISRAEL</u> , CISJORDÂNIA	KAHANE CHAI (KACH)	1994 / MEIR KAHANE	Tem por objectivo restaurar o estado bíblico de Israel. MO- Protestos e ameaças contra o governo de Israel, Palestinianos e Árabes.	Desconhecido	Simpatizantes nos Estados Unidos e Europa.	R
MÉDIO-ORIENTE	<u>IRÃO</u>	MUJAHEDIN-E KHALQ ORGANIZATION (MEK ou MKO)	1960 / ?	Tem por objectivo instaurar no Irão o regime Iraniano secular. Utiliza uma filosofia que mistura o islamismo e marxismo, lutando contra o regime clerical.	Vários milhares armados, com todo o tipo de equipamento militar.	Ex Iraque, Comunidades Iranianas no estrangeiro.	R
MÉDIO-ORIENTE	<u>PALESTINA</u> , ISRAEL, CISJORDÂNIA, FAIXA DE GAZA, LÍBANO E SÍRIA	THE PALESTINE ISLAMIC JIHAD (PIJ)	Anos 70 / ?	Tem por objectivo a destruição de Israel e a adopção de um estado islâmico através da guerra santa. MO- Ataques suicidas de larga escala. Só tem atacado alvos Israelitas.	Desconhecido	Irão e apoio logístico limitado da Síria.	L
MÉDIO-ORIENTE	<u>PALESTINA</u> , TUNÍSIA, IRAQUE	PALESTINE LIBERATION FRONT (PLF)	Anos 70 / ?	Tem por objectivo a destruição de Israel e a adopção de um estado islâmico Palestíniano. MO- Ataques aéreos contra Israel.	Desconhecido	Iraque e Líbia, (no passado)	L
MÉDIO-ORIENTE	<u>PALESTINA</u> , SÍRIA, LÍBANO, ISRAEL, CISJORDÂNIA E FAIXA DE GAZA	POPULAR FRONT FOR THE LIBERATION OF PALESTINE (PFLP)	1967 / GEORGE HABASH	Grupo marxista-leninista. É membro desde da sua formação da OLP, embora em 1993, com o processo de paz em curso se tenha retirado desta organização. Tem por objectivo a destruição de Israel e a adopção de um estado islâmico. MO- Numerosos ataques internacionais contra alvos Israelitas e árabes moderados.	Cerca de 800 operativos	Síria	L
MÉDIO-ORIENTE	<u>PALESTINA</u> , LÍBANO	POPULAR FRONT FOR THE LIBERATION OF PALESTINE-GENERAL COMMAND (PFLP-GC)	1968 / AHMAD JABRIL	Organização dissidente das fileiras do PFLP, não quer negociar nenhum tipo de paz com Israel, opondo-se violentamente a ARAFAT. MO- Ataques terroristas em toda a Europa e em Israel.	Algumas centenas de operativos	Síria e Irão	L
MÉDIO-ORIENTE	<u>ARGÉLIA</u>	THE SALAFIST GROUP FOR CALL AND COMBAT (GSPC)	1996 / ?	Grupo terrorista mais efectivo na Argélia. Tem por objectivo implantar um regime islâmico no país. MO- Conduz operações contra colunas militares, polícias e outro pessoal governamental. Ligações com a Al-Qaida.	Algumas centenas ou milhares no interior da Argélia.	Expatriados Argelinos, Irão e Sudão.	R

ÁREA GEOGRÁFICA	LOCALIZAÇÃO/AOp	ORGANIZAÇÃO	ANO / FUNDADOR	OBJECTIVOS / MODUS OPERANDUM	FORÇA	APOIOS	OBSERVAÇÕES
MÉDIO-ORIENTE	<u>YEMEN</u>	ISLAMIC ARMY OF ADEN (IAA)	1998 / ?	Tem por objectivo derrubar o regime do Yemen. Apoia Usama Bin-Ladin. MO- Ataca os interesses ocidentais e Americanos no Yemen.	Desconhecido	Desconhecido	ReT
MÉDIO-ORIENTE	<u>LÍBIA</u> , MÉDIO-ORIENTE, EUROPA	AL-JAMA' A AL ISLA MIYYAH AL-MAGATILAHABI-LIBYA	1995 / ?	Uma das suas alas é contra o governo de Qadhafi que considera anti-islâmico, enquanto outra ala apoiante de Usama Bin-Ladin, pratica actividades de acordo com as instruções da Al-Qaida.	Provavelmente algumas centenas de membros	Desconhecida	T

ÁREA GEOGRÁFICA	LOCALIZAÇÃO/AOP	ORGANIZAÇÃO	ANO / FUNDADOR	OBJECTIVOS / MODUS OPERANDUM	FORÇA	APOIOS	OBSERVAÇÕES
SUDESTE ASIÁTICO	<u>FILIPINAS</u> , MALÁSIA	ABU-SAYYAF GROUP (ASG)	1990 / ABDURAJAK ABUBAKAR JANJALANI	Grupo separatista islâmico mais violento a actuar no sudeste das Filipinas. Tem por objectivo a promoção de um estado islâmico independente nos arquipélagos Sulu e Mindanao. MO- utiliza o terror para propósitos financeiros, como raptos para resgate, atentados bombistas, assassinatos e extorsão.	Algumas centenas de membros mais pelo menos um milhar motivado pelo lucro fácil.	Autofinanciamento. Pode receber ajuda de extremistas islâmicos do médio-Oriente e Sudeste-Asiático.	R
SUDESTE ASIÁTICO	<u>JAPÃO</u> , RÚSSIA, MUNDO	AUM SUPREME TRUTH (AUM)	1987 / SHOKO ASAHARA	Tem por objectivo controlar o Japão e depois o Mundo. Culto religioso, advoga que o fim está próximo e de que os Estados Unidos começarão a IIIWW contra o Japão. Depois de 2000, reclamam ter rejeitado a violência e os ensinamentos apocalípticos do seu fundador. MO- Atentados com armas químicas.	Provavelmente algumas centenas mais apoiantes.	Líbia, Líbano, Nicarágua e Cuba.	T
SUDESTE ASIÁTICO	<u>PAQUISTÃO</u> , CAXEMIRA	HARAKAT UL-MUJAHIDIN (MOVEMENT OF HOLY WARRIORS)	?	Grupo militar islâmico, opera primariamente em Caxemira, alimentado com partidos radicais. Tem por objectivo unir Caxemira ao Paquistão. MO-Cometeram atentados contra alvos Indianos e ocidentais.	Vários milhares de apoiantes armados.	Arábia Saudita e outros estados islâmicos do Golfo, Paquistão e habitantes de Caxemira, Al-Qaida.	L
SUDESTE ASIÁTICO	<u>PAQUISTÃO</u> , CAXEMIRA	JAISH-E-MOHAMMED (JEM) (ARMY OF MOHAMMED)	2000 / MASOOD AZHAR	Grupo extremista islâmico. Pretende unir Caxemira ao Paquistão. MO-Atentados suicidas e raptos.	Várias centenas de operativos armados.	Al-Qaida	L
SUDESTE ASIÁTICO	<u>PAQUISTÃO</u> , CAXEMIRA	LASHKAR-E-TAYYBA (LT) (ARMY OF THE RIGHTEOUS)	1989 / ABDUL WAHID KASHMIRI	Um dos três maiores e mais bem treinados grupos a lutarem contra a Índia em Caxemira. Tem por objectivo unir Caxemira ao Paquistão. MO- Ataques apenas contra alvos Indianos.	Várias centenas de operativos bem armados.	Comunidade Paquistanesa no estrangeiro.	L
SUDESTE ASIÁTICO	<u>SRI LANKA</u>	LIBERATION TIGERS OF TAMIL EELAM (LTTE)	1976 / ?	Tem por objectivo estabelecer um estado Tamil independente do Sri-Lanka. MO- Usa táticas de terrorismo e é integrado por um batalhão de combatentes suicidas.	8-10000 combatentes.	Lobbies no SPI, Comunidades TAMIL no estrangeiro.	R
SUDESTE ASIÁTICO	<u>AFEGANISTÃO</u> , MUNDO	AL-QAIDA	Finais 80 / Usama Bin Ladin	Tinha por objectivo inicial juntar os árabes ao redor da causa afegã contra a invasão soviética. Actualmente pretende criar um califado pan-islâmico à volta do mundo e expulsar os não-muçulmanos dos lugares sagrados. Considera um dever sagrado matar cidadãos Americanos e os seus aliados. Serve de ponto focal a uma rede global composta por imensos grupos extremistas sunitas.	Alguns milhares de membros e associados.	Família de Usama Bin Ladin.	T

ÁREA GEOGRÁFICA	LOCALIZAÇÃO/AOp	ORGANIZAÇÃO	ANO / FUNDADOR	OBJECTIVOS / MODUS OPERANDUM	FORÇA	APOIOS	OBSERVAÇÕES
SUDESTE ASIÁTICO	<u>FILIPINAS</u>	ALEX BONCAYAO BRIGADE (ABB)	Meados 80 / ?	Dissidentes urbanos do Novo Exército do Povo do Partido Comunista das Filipinas. Tem por objectivo instaurar um regime do tipo comunista. MO- Tem por alvos os interesses económicos Filipinos e internacionais no território.	Aproximadamente 500.	Desconhecido.	R
SUDESTE ASIÁTICO	<u>CAMBODJA</u>	CAMBODIAN FREEDOM FIGHTERS (CFF)	1998 / ?	Tem por objectivo derrubar o governo formado após o Exército do Povo ter assumido o governo. Formado por membros Cambodjanos-Americanos anti-comunistas e de outra facções políticas.	Provavelmente cerca de 100 combatentes.	Comunidade Cambodjana nos Estados Unidos.	R
SUDESTE ASIÁTICO	<u>PAQUISTÃO, CAXEMIRA</u>	HARAKAT UL-JIHAD-I-ISLAMI (HUJI) (MOVEMENT OS ISLAMIC HOLLY WAR)	1980 / ?	Grupo extremista Sunni, primeiramente apoiantes da luta contra os soviéticos no Afeganistão, têm por objectivo actual a libertação de Caxemira e a sua anexação ao Paquistão.	Algumas centenas de membros.	Desconhecido.	L
SUDESTE ASIÁTICO	<u>BANGLADESH</u>	HARAKAT UL-JIHAD-I-ISLAMI/BANGLADESH (HUJI) (MOVEMENT OS ISLAMIC HOLLY WAR)	?	Tem por objectivo estabelecer a lei islâmica no Bangladesh.	Alguns milhares de membros.	Paquistão.	R
SUDESTE ASIÁTICO	<u>JAPÃO, MUNDO</u>	JAPANESE RED ARMY (JRA)	?	Tem por objectivo o derrube do governo Japonês e a monarquia, ajudando a fomentar a revolução mundial. Ligações a grupos do Médio-Oriente.	Cerca de 6000 militantes pertencentes ao núcleo.	Desconhecido.	T
SUDESTE ASIÁTICO	<u>SINGAPURA, MALÁSIA, E FILIPINAS</u>	JEMARH ISLAMIYA (JI)	1997 / ?	Grupo extremista islâmico com laços com a Al-Qaida. Tem por objectivo criar um estado islâmico que abranja a Malásia, Singapura, Indonésia e o Sudoeste das Filipinas. MO- Possíveis ataques com armas biológicas e contra interesses dos Estados Unidos.	Algumas centenas de operacionais.	Al-Qaida, Auto financiamento.	T
SUDESTE ASIÁTICO	<u>MALÁSIA</u>	KUMPULAN MUJAHIDIN MALAYSIA (KMM)	1995 / NIK ADLI, NIK ABDUL AZIS	Grupo extremista islâmico. Tem por objectivo criar um estado islâmico que abranja a Malásia, Indonésia e o Sudoeste das Filipinas.	Algumas centenas de operacionais.	Al-Qaida, Auto financiamento.	T
SUDESTE ASIÁTICO	<u>FILIPINAS</u>	NEW PEOPLE'S ARMY (NPA)	1969 / ?	Ala militar do Partido comunista Filipino, é um grupo extremista maoista. Tem por objectivo de derrubar o governo através da guerra de guerrilha. MO- Actua através de esquadrões de assassinato urbano. MO- Opõem-se à presença dos Estados Unidos nas Filipinas.	Estimado em mais de 10000 guerrilheiros	Desconhecida	R

ÁREA GEOGRÁFICA	LOCALIZAÇÃO/AOp	ORGANIZAÇÃO	ANO / FUNDADOR	OBJECTIVOS / MODUS OPERANDUM	FORÇA	APOIOS	OBSERVAÇÕES
EURÁSIA	USBEQUISTÃO, AFEGANISTÃO, IRÃO, KIRGYZSTÃO, PAQUISTÃO, TAJIKISTÃO	ISLAMIC MOVEMENT OS UZBEKISTAN (IMU)	1982 / ?	Tem por objectivo criar um estado islâmico no Uzbequistão. MO- Pode alargar os seus alvos contra objectivos ocidentais e Israelitas.	Provavelmente abaixo dos 2000.	Irão e outros grupos extremistas islâmicos e patronos do Médio Oriente, Ásia Central e do Sul.	T

ÁREA GEOGRÁFICA	LOCALIZAÇÃO/AOp	ORGANIZAÇÃO	ANO / FUNDADOR	OBJECTIVOS / MODUS OPERANDUM	FORÇA	APOIOS	OBSERVAÇÕES
AMÉRICA LATINA	<u>COLÔMBIA</u> , VENEZUELA	NATIONAL LIBERATION ARMY (ELN)	1965 / Intelectuais urbanos	Um dos últimos grupos de guerrilha marxista da América Latina. Tem por objectivo a adopção de um estado marxista na Colômbia. MO- Rapto, desvio de aviões, extorsão e guerra de guerrilha.	3-5000 operativos armados.	Cuba	R
AMÉRICA LATINA	<u>COLÔMBIA</u> , VENEZUELA, PANAMÁ E EQUADOR	REVOLUTINARY ARMED FORCES OF COLUMBIA (FARC)	1964 / ?	Inicialmente era a ala militar do partido comunista columbiano. É o mais antigo e o mais bem equipado grupo terrorista da Colômbia. Tem por objectivo instaurar um estado marxista no governo. MO- Ataques bombistas, assassinatos, raptos, extorsões, desvios de avião, guerrilha e guerra convencional.	9-12000 combatentes armados	Cuba, (apoio médico e diplomático)	R
AMÉRICA LATINA	<u>PERÚ</u>	SENDERO LUMINOSO (SHINING PATH)	Finais 60 / ABIMAEEL GUSMAN	Tem por objectivo instaurar uma sociedade maoísta no Perú, através do derrube das instituições governamentais Peruanas e a sua substituição por um regime comunista dos camponeses. Opõe-se a qualquer influência externa. MO- Campanhas bombistas e assassinatos selectivos.	Cerca de 200 militantes armados.	Nenhum.	R
AMÉRICA LATINA	<u>COLÔMBIA</u>	UNITED SELF-DEFENSE FORCES/GROUP OF COLUMBIA (AUC)	1997 / ?	Organização para-militar criada para combater a guerrilha colombiana. Apoia e protege as elites económicas, traficantes de droga e comunidades com falta de segurança em troca do seu apoio. MO- Assassinatos e operações de guerrilha, evitando o conflito com as forças governamentais e estrangeiras.	6-8000 incluindo militares e guerrilheiros.	Nenhum.	R
AMÉRICA LATINA	<u>PERÚ</u>	TUPAC AMARU REVOLUTIONARY MOVEMENT (MRTA)	1983 / ?	Grupo extremista marxista/leninista. Tem por objectivo estabelecer um governo marxista no Perú e correr com todos os elementos imperialistas do país (em especial os Americanos). MO- Ataques bombistas, raptos, emboscadas e assassinatos.	Cerca de 100 membros.	Nenhum.	R

ÁREA GEOGRÁFICA	LOCALIZAÇÃO/AOP	ORGANIZAÇÃO	ANO / FUNDADOR	OBJECTIVOS / MODUS OPERANDUM	FORÇA	APOIOS	OBSERVAÇÕES
ÁFRICA SUB-SAHARIANA	<u>SOMÁLIA</u> , ETIÓPIA, QUÊNIA	AL-ITTIHAD AL-ISLAMI (AIAI)	Princípios 90 / ?	A maior organização islâmica na Somália. Tem por objectivo estabelecer um regime islâmico na Somália e forçar a separação da região de Ogedeon da Etiópia. MO- Ataques bombistas e raptos. Ligações com a Al-Qaida.	2000 membros e milícias de reserva.	Financiadores do Médio-Oriente, Sudão.	R
ÁFRICA SUB-SAHARIANA	<u>UGANDA</u> , CONGO	ALLIED DEMOCRATIC FORCES (ADF)	1995 / ?	Organização terrorista islâmica. Tem por objectivo a oposição ao regime do presidente do Uganda Yoweri Museveni, para instaurar um regime islâmico no país. MO- Ataques à bomba, rapto e assassinato da população para minar a confiança no governo.	Algumas centenas de combatentes.	Oeste do Uganda e Leste do Congo.	R
ÁFRICA SUB-SAHARIANA	<u>RUANDA</u> , REP DEMOCRÁTICA DO CONGO, BURUNDI	ARMY FOR THE LIBERATION OF RWANDA (ALIR)	1994 / ?	Tem por objectivo derrubar o governo do Ruanda de maioria Tutsi e restituir o controlo Hutu e se possível acabar o seu genocídio. MO- Crítica e ataques a elementos dos Estados Unidos e Grã-Bretanha.	Alguns milhares de forças regulares mais forças de guerrilha.	R. D. Congo.	R
ÁFRICA SUB-SAHARIANA	<u>NORTE DO UGANDA</u> , SUL DO SUDÃO	LORD'S RESISTANCE ARMY (LRA)	1989 / ?	Grupo sucessor do Holly Spirit Movement. Tem por objectivo derrubar o governo do Uganda e substituí-lo por um regime que profere o cristianismo. MO- Assassinato e rapto de civis para desencorajar o investimento estrangeiro.	Estimados cerca de 2000.	Sudão.	R
ÁFRICA SUB-SAHARIANA	<u>ÁFRICA DO SUL</u>	PEOPLE AGAINST GANGSTERISM AND DRUGS (PAGAD)	1996 / ?	Grupo extremista de culto islâmico originariamente formado para combater a droga e violência. Tem por objectivo actual uma atitude anti-governamental e anti-ocidental. MO- Ataques bombistas.	Cerca de várias centenas de membros.	Organizações islâmicas do Médio-Oriente.	ReT
ÁFRICA SUB-SAHARIANA	<u>SERRA LEOA</u> , LIBÉRIA, GUINÉ	REVOLUTIONARY UNITED FRONT (RUF)	?	Guerrilha organizada. Tem por objectivo controlar a lucrativa produção de diamantes no país. MO- Guerrilha, crimes, táticas de terror como assassinato, tortura e mutilação.	Vários milhares de membros e simpatizantes.	Libéria, Líbia, Gâmbia, Burkina Faso.	C
ÁFRICA SUB-SAHARIANA	<u>TUNÍSIA</u> , EUROPA OCIDENTAL, AFGANISTÃO	THE TUNISIAN COMBATANT GROUP (TCG)	2000 / TAREK MAAMOUIFI e SAI FALALLAH BEM HASSINE	Tem por objectivo estabelecer um estado islâmico na Tunísia, atacando objectivos Tunisinos e ocidentais. Associado à Al-Qaida.	Desconhecido.	Desconhecido.	ReT

LEGENDA de acordo com a tipologia do terrorismo adoptada:

E – Terrorismo Repressivo ou de Estado
I – Terrorismo Internacional

R - Terrorismo Revolucionário ou Anti-Estatal **L** – Terrorismo Libertador ou Patriótico
T – Terrorismo Transnacional

¹ Fonte: <http://www.state.gov/s/ct/rls/pgrpt/2001/>, compilação de autoria de Maj Artº Garcia de Oliveira - TII - *A Geopolítica do Terrorismo* – Cadeira de Geopolítica – CEM 2002/2004, adaptado às tipologias do terrorismo adoptadas nesta investigação. Fonte Consultada em 20 Maio 2003.

Anexo C

Fenómeno Terrorista à Escala Mundial

Anexo D

Fenómeno Terrorista à Escala Mundial Religiões

Anexo E

Fenómeno Terrorista à Escala Mundial Estados Promotores do Terrorismo

Anexo F

Fenómeno Terrorista à Escala Mundial Droga

Anexo G

Fenómeno Terrorista à Escala Mundial Conflitos e Guerrilhas

Anexo H

O Terrorismo na Manobra Subversiva

ANEXO H – O TERRORISMO NA MANOBRA SUBVERSIVA

No âmbito do fenómeno subversivo, interessa efectuar uma abordagem acerca do terrorismo, enquadrando-o no conjunto da manobra subversiva. Para tal apoiamo-nos na obra - “Elementos de Estratégia” – Vol II, do General Cabral Couto.

A manobra subversiva segundo o autor, enquadra:

- a manobra de acção psicológica;
- a manobra de acção política externa;
- a manobra de agitação;
- a manobra de flagelação;
- a manobra militar clássica.

“A manobra de flagelação consiste num conjunto de acções violentas, intermitentes, de muito curta duração e distribuídas em superfície, dirigidas contra força militares e militarizadas, pessoas, bens e infra-estruturas. Constitui a forma essencial e original da acção de violência declarada da subversão e é feita por:

- terrorismo;*
- sabotagem;*
- acções de guerrilha, particularmente emboscadas (contra alvos móveis), golpes de mão (contra alvos fixos) e interdição de comunicações;*
- acções tácticas de maior duração e envergadura”¹*

Quanto ao terrorismo, esse pode ser sistémico ou selectivo e visa no âmbito da subversão:

- obter publicidade para o movimento subversivo e sua causa, isto é, creditar a acção subversiva;
- comprometer a população na luta e obter, no mínimo, a sua cumplicidade passiva;
- obter concessões;
- secundariamente, o desgaste da população não subvertida e o descrédito da contra-subversão.

¹ COUTO, Gen Cabral, *Elementos de Estratégia* – Vol II –IAEM, Lisboa 1988, pg. 243.

O terrorismo sistemático consiste na realização de atentados generalizados, sem discriminação aparente, e conduzidos de uma forma tão espectacular quanto possível, de forma a creditarem a acção subversiva e a criarem um clima de medo e de insegurança gerais que leva ao isolamento das massas relativamente às autoridades legais e ao descrédito destas.

O terrorismo selectivo destina-se a eliminar ou desmoralizar opositores potencias; a manter a população completamente coagida, pelo efeito da demonstração; e eventualmente, a obtenção de concessões (por exemplo, extorsões de dinheiro, libertação de prisioneiros, etc.). Em regra é fundamentalmente dirigido contra elementos de baixa hierarquia, afectos à ordem legal, e que trabalham em mais intimo contacto com a população (polícias, funcionários administrativos etc), cuja eliminação constituirá um bom exemplo para todos os que pertencem à mesma classe.

Se o terrorismo for dirigido contra indivíduos ou grupos que gozam de pouca simpatia da generalidade da população, pode facilitar a identificação dos elementos subversivos com os grupos ou classes mais desfavorecidas da população. Assim, através de uma manipulação de ressentimentos e do terrorismo selectivo contra indivíduos ou grupos odiados por certos segmentos da população, os elementos subversivos podem ver aumentado o seu apoio popular.

Embora o terrorismo tivesse vindo a ocorrer geralmente dentro das fronteiras do território alvo da violência subversiva, tem-se vindo a constatar uma tendência crescente para atingir alvos exteriores a tais fronteiras, crê-se que o novo fenómeno deverá ser designado como “terrorismo internacional”. Noutros casos dado que tais actos são levados a cabo por actores sem uma relação directa com o estado, crê-se que deverá ser designado por “terrorismo transnacional”, para o distinguir de acções semelhantes realizadas por indivíduos ou grupos que operam no interior e sob o controlo de estados soberanos. Aliás esta designação já foi adoptada nas reflexões anteriormente desenvolvidas no capítulo I.

Anexo I

Outras Tipologias de Guerra

ANEXO I – OUTRAS TIPOLOGIAS DE GUERRA

É frequente definir guerra subversiva utilizando para tal outras expressões que, não sendo sinónimas de guerra subversiva, com ela são erradamente identificadas.

São de destacar, entre outras, as de guerra de guerrilha, guerra psicológica, guerra não convencional, guerra ideológica, guerra insurreccional e guerra revolucionária. Assim, e para uma melhor compreensão no âmbito da guerra subversiva, convém analisar o significado das designações referidas.

Durante muito tempo confundiu-se guerra subversiva com guerra de guerrilha, isto é, confundiu-se o todo com uma das suas manifestações tácticas.¹ Efectivamente, a guerra de guerrilha é uma guerra levada a efeito por forças muito ligeiras, dispersas e clandestinas, contra forças que controlam um dado território. Caracteriza-se pelos meios e processos utilizados e tem, portanto, um carácter restrito. Tem aplicação em todos os tipos de guerra (convencional, nuclear, subversiva, etc.) pelo que não passa de um dos processos para as levar a efeito.

A guerra psicológica tem por fim influenciar as opiniões, os sentimentos e as crenças dos homens – população, autoridades e FA – e, portanto, as suas atitudes e o seu comportamento. Tal como a guerra de guerrilha, caracteriza-se pelos meios e processos utilizados e tem, igualmente, um carácter restrito. Da mesma forma, aplica-se em todos os tipos de guerra (convencional, nuclear, subversiva, etc.) pelo que não passa de um dos processos para as levar a efeito. Deve salientar-se que a guerra psicológica encontra o seu campo de acção ideal na guerra subversiva, na qual a acção psicológica assume relevo especial.

O conceito de guerra não convencional surge em oposição ao de guerra convencional ou clássica. É também restrito quando comparado com o de guerra subversiva, pois relaciona-se apenas com os meios ou processos de actuação que poderão ser utilizados (sabotagem, guerrilha e terrorismo).

Na guerra ideológica o que está em causa é um confronto de ideologias ou, um dos adversários, pelo menos, luta por uma ideologia. A expressão está assim ligada à causa do conflito e é apenas uma característica que pode vincular qualquer tipo de guerra. Pode-se então afirmar teoricamente que uma guerra subversiva pode ser ou não ideológica.

¹ Abel Cabral Couto, *Elementos de Estratégia. Apontamentos para um Curso, vol. II*, pg. 294.

A expressão guerra insurreccional designa uma luta armada de carácter político, levada a efeito num dado país contra o Estado. Em certos aspectos este conceito é, portanto, mais lato que o de guerra subversiva (uma guerra insurreccional não é obrigatoriamente levada a efeito pela população civil, como a guerra subversiva); noutros, porém, é mais restrito (uma guerra subversiva pode não ter um carácter político, nem ser conduzida contra o Estado mas sim contra autoridades de ocupação). Deste modo, certas guerras insurreccionais serão subversivas, mas outras não; certas guerras subversivas serão insurreccionais, mas outras não.

Finalmente, o conceito de guerra revolucionária, apresentado pela primeira vez por Karl Marx, tem, simultaneamente, dois significados, podendo ser entendida como:

- *guerra total*, levada a efeito pelos países comunistas, com o fim de implantarem o comunismo em todas as nações;
- *doutrina* estabelecida para conduzir essa guerra.

Tal como a guerra subversiva, é conduzida no interior de um território, por uma parte da população, podendo ser apoiada e reforçada do exterior, contra as autoridades estabelecidas, com o objectivo de paralisar a sua acção.

Ou seja, ainda que a guerra revolucionária, entendida exclusivamente na perspectiva de Marx, possa englobar guerras subversivas, nem todas as guerras subversivas poderão ser incluídas no conceito de guerra revolucionária, isto é, ser conduzidas segundo a doutrina marxista-leninista e ter por finalidade a implantação do comunismo. A guerra subversiva é, portanto, um dos processos passíveis de serem empregues na guerra revolucionária.

Anexo J

Alterações Estruturais do Terrorismo

ANEXO J – ALTERAÇÕES ESTRUTURAIS DO TERRORISMO.

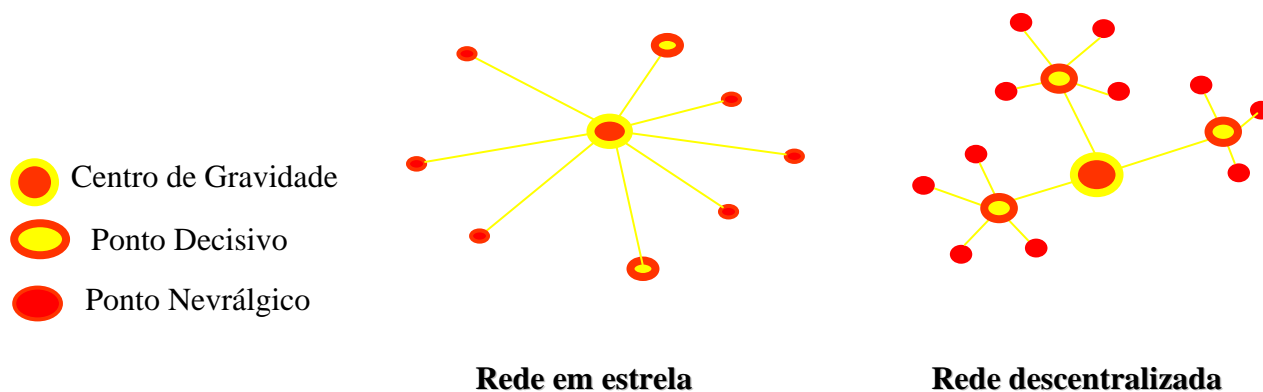
Segundo Jacques Baud, na sua obra “*LA GUERRE ASYMÉTRIQUE*”¹ de 2003, é possível visualizar as alterações estruturais utilizadas pelas redes terroristas, desde o terrorismo do tipo *internacional* ao *transnacional* dos nossos dias. Para tal é importante abordar os seguintes conceitos, da forma como o autor os apresenta:

- Centro de Gravidade - Elemento de onde deriva a liberdade de acção e a vontade de combater;
- Ponto Decisivo - É indispensável à acção do centro de gravidade, que é mais facilmente atingido a partir dele. A sua posse, destruição ou neutralização, permite alcançar resultados decisivos;
- Ponto Nevralgico - A sua posse, destruição ou neutralização, concorre para o enfraquecimento de um ponto decisivo ou do centro de gravidade, mas não são suficientes para alcançar resultados decisivos.

As estruturas das redes dos movimentos terroristas internacionais dos anos 70/85 - “anos de ouro do terrorismo”, correspondiam a modelos em estrela ou descentralizados:

- A neutralização dos primeiros (rede em estrela), conseguia-se através da eliminação dos respectivos centros de gravidade, representados geralmente pelos seus chefes;
- A neutralização dos segundos (rede descentralizada), era mais difícil, uma vez que este tipo de modelo apresentava uma estrutura descentralizada que protegia o centro de gravidade (é exemplo a ETA), facilitando a conduta das operações (maior flexibilidade e segurança).

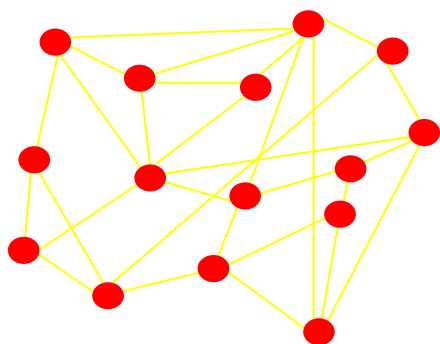
Podemos visualizar estes dois tipos de redes, com as figuras que se apresentam:






¹ BAUD, Jacques – *La Guerre Asymétrique ou la défait du vainqueur*. Paris 2003, pg 54.

As estruturas das redes dos movimentos terroristas transnacionais dos nossos dias, correspondem a modelos em malha (é exemplo a “Al Qaeda”).

São estruturas malhadas e abertas, sem composição fixa, que se constituem em função das ligações entre os seus elementos. O sistema não tem cabeça (centro de gravidade), nem pontos decisivos, não se conseguindo distinguir dos pontos nevrálgicos. O conjunto é que acaba por constituir o centro de gravidade, que dessa forma apresenta uma estrutura redundante. Na seguinte figura é possível visualizar a estrutura:



Rede em malha

-  Centro de Gravidade
-  Ponto Decisivo
-  Ponto Nevralgico

Anexo L

Entrevista concedida pelo
Sr Tenente General Pinto Ramalho
em 29OUT03

ANEXO L – ENTREVISTA CONCEDIDA PELO SR TENENTE GENERAL PINTO RAMALHO EM 29OUT03.

A entrevista que realizamos ao Sr Tenente General Pinto Ramalho, não foi estruturada, tendo tido por objectivo colher as suas maiores preocupações, relativas ao actual fenómeno do terrorismo.

Logo de início, o Tenente General Pinto Ramalho, manifestou alguma preocupação, relativa aos actuais conceitos de “defesa”, “segurança interna”, “ameaça interna” e “ameaça externa”. Na sua opinião, não visualizar a ameaça de uma outra forma, cria dificuldades em perspectivar a actuação integrada das FA e FS. O facto é prejudicial, mesmo tendo em vista a formulação do necessário “Conceito Estratégico Militar”. A propósito o nosso entrevistado colocou a questão:

“Existirão barreiras à elaboração do conceito estratégico militar, decorrentes daquilo que está vertido no último conceito estratégico de defesa nacional?”

O que é uma realidade, é que o conceito estratégico militar ainda não existe, e o da defesa nacional já existe há mais de um ano!”

Outra questão que o Tenente General Pinto Ramalho levantou, foi:

“Qual a razão, porque o terrorismo hoje, merece tanta preocupação?”

Na sua opinião, provavelmente porque os meios colocados à disposição dos movimentos terroristas, hoje, ultrapassam as capacidades das forças de Segurança e até das Forças Armadas.

Por outro lado, referiu ainda, que o conceito de dissuasão tradicional, não faz mais sentido, quando o adversário se auto-destrói. No seguimento desta ideia, o Tenente General levantou outra questão:

- “Então como é que se reafirma o conceito de dissuasão?”

Provavelmente não há possibilidade de evitar determinados tipos de acções terroristas, contudo, segundo o General, as informações estratégicas ocuparão um lugar preponderante, na formulação de uma manobra dissuasora, verdadeiramente eficaz. Depois, o efeito dissuasor passará por um conceito tão velho como o terrorismo. “O terrorismo só tem êxito quando atinge o alvo.” Portanto, teremos de nos preocupar com a protecção dos alvos, protecção que podemos classificar em:

- protecção activa, e;
- protecção passiva.

Os pontos referidos, constituem algumas das preocupações do entrevistado no plano militar, contudo a manobra global será mais abrangente e terá de envolver todas as áreas do estado, aqui a informação estratégica, mais uma vez, à cabeça, terá um papel muito importante, segundo a sua opinião.

Pinto Ramalho, abordou aspectos gerais relativos à grande preocupação que constitui o terrorismo transnacional, contudo das suas palavras, ficámos com a noção clara de que:

- a ameaça que hoje representa o terrorismo, constitui preocupação acrescida, uma vez que coloca em causa conceitos anteriormente interiorizados, e que hoje já não nos auxiliam a perspectivar a melhor forma de lhe fazer face;

- conceitos como ameaça interna e externa, não farão mais sentido, e deverão ser alvo de estudo e actualização, de acordo com as novas realidades;

- o conceito de dissuasão, terá de sofrer uma reflexão profunda, no sentido de que nos possa auxiliar, a desenhar uma manobra global capaz de criar o efeito desejado;

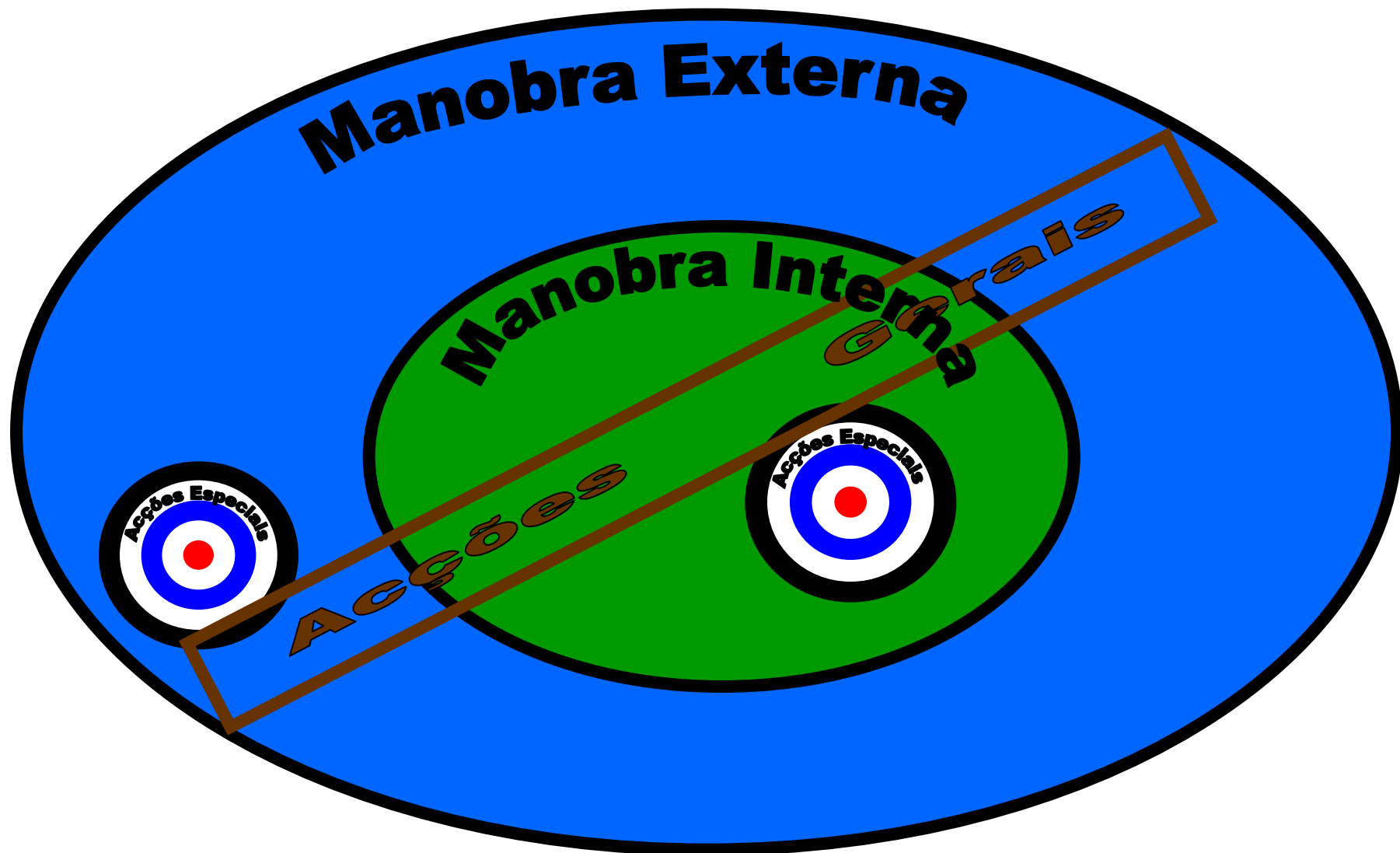
- as informações estratégicas ocuparão lugar de destaque na manobra global contra o terrorismo;

- por ultimo, a manobra global será transversal a todos os sectores do estado.

Anexo M

Visualização de uma possível Aproximação Integrada da Manobra Global contra a Guerra Assimétrica

ANEXO M – VISUALIZAÇÃO DE UMA POSSÍVEL APROXIMAÇÃO INTEGRADA DA MANOBRA GLOBAL CONTRA A GUERRA ASSIMÉTRICA.



Anexo N

Quadro proposto de Medidas Anti e Contra-Terrorista

ANEXO N – QUADRO PROPOSTO DE MEDIDAS ANTI E CONTRA-TERRORISTA

Manobra Global	
TIPOLOGIA DAS ACÇÕES	Medidas
Acções Especiais	Não se perspectivam.
Acções Gerais	<u>Medidas no âmbito das Informações</u>

- . Implementação de um Sistema de Informações Estratégico que responda às necessidades de informação de um conflito assimétrico. Entre outras podemos visualizar as seguintes capacidades, de:
 - . definição da ameaça e possibilidades do adversário;
 - . conhecimento pormenorizado da população, no âmbito interno e em áreas de maior risco, no campo externo;
 - . conhecimento global, acerca de todos os aspectos da actividade do adversário;
 - . conhecimento da ideologia e do meio físico e humano relativos ao adversário;
 - . conhecimento das intenções dos dirigentes e das organizações suspeitas;
 - . identificação da estrutura relativa às organizações do adversário, e de localizar os seus elementos;
 - . escolher os elementos mais apropriados para a pesquisa das notícias. Poderão pertencer a vários órgãos de pesquisa, que entre outros, referimos os de âmbito ministerial, os pertencentes aos serviços de polícia, às FA e outros de carácter particular;
 - . coordenar o trabalho de informações com o da contra-informação;
 - . reunir e integrar a informação baseada na cooperação entre todos os órgãos pertencentes a sectores diferentes do estado;
 - . processamento centralizado com grande capacidade de reacção;
 - . planeamento adequado e oportuno;
 - . montar e operar redes de pesquisa e de difusão, capazes de abranger todos os sectores interessados;

- . desenvolvimento das seguintes actividades de informações:
 - . informações militares (conhecimento do adversário e área de operações);
 - . informações para a acção psicológica (identificação de potenciais alvos);
 - . informações respeitantes à região considerada (situação económica e política, factores sociológicos);
 - . contra-informação.
- . Intensificar o recurso aos meios humanos para a recolha de notícias (HUMINT), é mais económico e potencia uma capacidade nacional, no caso de Portugal.
- . Garantir que todas as entidades envolvidas no sistema de Informações, possuam os equipamentos seguros e interoperáveis, tendo em conta a capacidade de intrusão do adversário.
- . Intensificar a actuação das FA/FS, e outros serviços civis no contacto e apoio às populações.
- . Acções de ligação e cooperação entre os diversos serviços nacionais e congéneres estrangeiros.

Manobra Global	
TIPOLOGIA DAS ACÇÕES	Medidas
Acções Especiais	Não se perspectivam.
Acções Gerais	Informação
	<u>Medidas no âmbito da Contra-Informação</u>

- . Implementação de uma mentalidade de segurança, com prioridade para o pessoal pertencente aos serviços do estado.
- . Acções que garantam a segurança física dos meios e instalações de comando, controlo e comunicações.
- . Intensificação de acções com vista ao controlo da informação disponível – principio da necessidade de conhecer.
- . Disseminação de notícias contrárias às divulgadas pelo adversário, anulando assim os seus efeitos.
- . Intercepção de notícias e divulgação de desmentidos, relativos à acção do adversário.

Manobra Global	
TIPOLOGIA DAS ACÇÕES	Medidas
Acções Especiais	Não se perspectivam.
Acções Gerais	Informação
	Contra Informação
	<u>Medidas no âmbito da Contra - Infiltração</u>

- . Acções com vista a impedir a infiltração de elementos adversos na nossa organização.
- . Intensificar e melhorar as acções de vigilância em áreas críticas e em especial as mais sensíveis, podendo-se recorrer complementarmente a sistemas electrónicos.
- . Implementação de medidas para controlo de acessos em instalações e fronteiras.

Manobra Global	
TIPOLOGIA DAS ACÇÕES	Medidas
Acções Especiais	Não se perspectivam.
Acções Gerais	Informação
	Contra Informação
	Contra Infiltração
	<u>Medidas no âmbito da Contra - Lassidão</u>

- . Dosear os esforços do Estado e manter estruturas que permitam manter continuamente o esforço na implementação das medidas, contrariando a rotina de procedimentos.
- . Distribuir com justiça o esforço na implementação das medidas, pelos vários sectores do estado.
- . Manter, ou acelerar, a acção de desenvolvimento nacional, a acção psicológica, e a acção externa com vista ao cumprimento da manobra global.
- . Criar, difundir, e alimentar continuamente o ideal que está na base de toda a acção anti e contra-terrorista, cuja responsabilidade de definição é política, e de execução é obrigação de todos.
- . Acção psicológica para moralização das FM, FS, serviços civis e população, tendo em vista a adesão aos valores nacionais e processos de combate utilizados. Da mesma forma através do lançamento de ideias força que anulem as lançadas pelo adversário.
- . Prioridade de actuação política nas áreas:
 - . da manutenção e elevação do moral das populações;
 - . do apoio sanitário e psicológico às FM, FS, Serviços Civis e às populações.

Manobra Global	
TIPOLOGIA DAS ACÇÕES	Medidas
Acções Especiais	Não se perspectivam.
Acções Gerais	Informação
	Contra Informação
	Contra Infiltração
	Contra Lassidão
	<u>Medidas no âmbito da Informação Pública</u>

- . Optar por uma política de informação pública activa, nas situações em que tal for possível, com a finalidade de captar a consciência da população para a luta contra o terrorismo, fomentando a coesão nacional e informando com credibilidade.
- . Acções de informação credíveis, que visem a mobilização psicológica interna e externa, bem como a aceitação dos métodos a utilizar no combate ao terrorismo.
- . Desenvolvimento de acções coordenadas, que pela utilização dos meios de comunicação social, seja possível estabelecer a ligação necessária entre o governo e organizações terroristas.

Manobra Global	
TIPOLOGIA DAS ACCÇÕES	Medidas
Acções Especiais	Não se perspectivam.
Acções Gerais	Informação
	Contra Informação
	Contra Infiltração
	Contra Lassidão
	Informação Pública
	Controlo de Danos

. Medidas Preparatórias:

- . Elaboração de Planos de Contingência;
- . Execução de treinos;
- . Aprontamento de dispositivos de protecção e alarme;
- . Organização de Equipas de Controlo de danos.

. Medidas de Resposta:

- . Implementação das medidas previstas em plano, para a reabilitação e normalização das estruturas estatais, vitais para o seu funcionamento;
- . Medidas de reabilitação de sistemas de comunicações;
- . Emprego eficaz das equipas de avaliação de danos e de controlo de danos;
- . Tratamento e evacuação sanitária de emergência;
- . Fornecimento de água e refeições;
- . Combate a incêndios;
- . Descontaminação NBQ;
- . Fiscalização da circulação;
- . Detecção e sinalização de áreas contaminadas.

Manobra Global		
TIPOLOGIA DAS ACÇÕES	Medidas	
Acções Especiais	Não se perspectivam.	
Acções Gerais	Informação	
	Contra Informação	
	Contra Infiltração	
	Contra Lassidão	
	Informação Pública	
	Controlo de Danos	
Manobra Interna	Política Interna	<u>Medidas Políticas</u>

- . Medidas de Natureza Político - Administrativas, tendo em vista prevenir ou solucionar situações de tensão interna:
 - . acolhimento de imigrantes;
 - . medidas para apoio social.
- . Uma acção administrativa que procure a satisfação da melhoria do bem-estar da população.
- . Uma acção administrativa dirigida de forma autentica e sem objectivos de propaganda.
- . Medidas que impliquem acções de acompanhamento e aproximação à população, destinadas a permitirem um natural enquadramento da mesma, através de uma correcta actuação das FS, que poderá ser estendida às FM.
- . Medidas tendentes a assegurar o funcionamento de todas as actividades essenciais à sobrevivência das populações. Criar as reservas estratégicas adequadas.
- . Medidas com vista ao desenvolvimento ou participação em projectos de investigação e desenvolvimento, e que permitam fazer face às possibilidades do adversário, tendo em conta as capacidades nacionais.
- . Medidas educativas e políticas, que levem à defesa dos valores das instituições ou à sua alteração se os interesses da nação em conjunto com as aspirações da população o exigirem.
- . Recorrer a referendos e processos eleitorais, fomenta preocupação e obrigam à discussão e implementação de acções de informação.

- . Medidas que reforcem a capacidade de vigilância e manutenção da segurança do espaço estratégico nacional (espaço euro-atlântico, caso de Portugal), prevendo possibilidade de acordos de cooperação.

Manobra Global				
TIPOLOGIA DAS ACÇÕES	MEDIDAS			
Acções Especiais	Não se perspectivam.			
Acções Gerais	Informação			
	Contra Informação			
	Contra Infiltração			
	Contra Lassidão			
	Informação Pública			
	Controlo de Danos			
Manobra Interna	Política Interna			
	<table border="1" style="width: 100%;"> <tr> <td style="width: 50%; text-align: center;">Políticas</td> <td></td> </tr> <tr> <td colspan="2" style="text-align: center;"><u>Medidas Económicas</u></td> </tr> </table>	Políticas		<u>Medidas Económicas</u>
Políticas				
<u>Medidas Económicas</u>				

- . Medidas financeiras e económicas, destinadas a fortificar a sociedade estabelecida, e a aumentar os seus recursos e actividade.
- . Medidas de apoio e de incentivo ao investimento, à produção e à manutenção da circulação de bens e capital.
- . Medidas que possam ter por objectivo, o isolamento das fontes de financiamento de natureza criminosa, e de alguma forma associadas ao fenómeno do terrorismo.

Manobra Global			
TIPOLOGIA DAS ACÇÕES	Medidas		
Acções Especiais	Não se perspectivam.		
Acções Gerais	Informação		
	Contra Informação		
	Contra Infiltração		
	Contra Lassidão		
	Informação Pública		
	Controlo de Danos		
Manobra Interna	Política Interna	Políticas	
		Económicas	
		<u>Medidas Sociais</u>	

- . Conjunto de medidas de âmbito social, direccionadas, que contribuam para retirar poder de argumentação de natureza social, a organizações terroristas, que busquem nessa área parte da legitimação para o uso da violência.
- . Política Social que elimine e evite contradições, reivindicações e situações de injustiça social.
- . Medidas com vista ao acolhimento de imigrantes.

Manobra Global		
TIPOLOGIA DAS ACÇÕES	Medidas	
Acções Especiais	Não se perspectivam.	
Acções Gerais	Informação	
	Contra Informação	
	Contra Infiltração	
	Contra Lassidão	
	Informação Pública	
	Controlo de Danos	
Manobra Interna	Política Interna	Políticas
		Económicas
		Sociais
	<u>Medidas de Acção Psicológica</u>	

- . Acção determinada do Governo.
- . Acção psicológica interna integrada com a acção social, dirigida à população em geral, com o objectivo de ganhar, preservar e fortalecer o seu apoio ao governo e à prossecução dos seus objectivos de segurança interna.
- . Elaboração de um “*Programa Nacional de Acção Psicológica (PNAP)*”¹, onde deverão constar objectivos nacionais, uma directiva de acção e os procedimentos desejáveis.
- . Capacidade de coordenação permanente e integrada na implementação de um Programa de Acção Psicológica Nacional ao nível do MDN.
- . Execução de um PNAP a cada nível hierárquico da Administração do Estado, devidamente integrados naquele estabelecido pelo escalão superior e de acordo com as especificidades regionais ou locais.
- . Acção psicológica interna dirigida a sectores da população com menor grau de integração social, atraindo-a para o lado das autoridades, apostando na sua reabilitação social, e ganhando o seu apoio para a política e programas governamentais.
- . Acção psicológica interna, dirigida aos elementos das FS, com o objectivo de ganhar, preservar e fortalecer o seu apoio ao governo e à prossecução dos seus objectivos de

¹ RAMIRES, Cor A.N. Ramires – CEM/IAEM – *Contra-Subversão*. - CEM 1974, pag 186

segurança interna, aumentando a sua eficiência operacional.

- . Desenvolvimento de acções que resultem na responsabilização da população, em actuação coordenada com as FS, FM e outros serviços do estado.
- . Apresentação de ideias concretas baseadas nas aspirações reais da população, com verdade e elevado grau de credibilidade.
- . Desenvolvimento de acções que aproximem a população das FM e FS, e que possam resultar no enquadramento da própria população, com o objectivo de garantir a sua segurança, a recolha de informação, bem como contribuir para a credibilidade das FM, FS e outros serviços civis.

Manobra Global		
TIPOLOGIA DAS ACÇÕES	Medidas	
Acções Especiais	Não se perspectivam.	
Acções Gerais	Informação	
	Contra Informação	
	Contra Infiltração	
	Contra Lassidão	
	Informação Pública	
	Controlo de Danos	
Manobra Interna	Política Interna	Políticas
		Económicas
		Sociais
		Acção Psicológica
		<u>Medidas Legislativas</u>

- . Promulgação de legislação que garanta a acção integrada e coordenada dos diversos sectores do estado.
- . Actuação das FM de forma independente e/ou em cooperação, apoio, e integrando as FS em estados de excepção.
- . Previsão legal, que possibilite em caso de necessidade, a implementação pelas FA, de medidas de segurança não-militares. Situações a prever no quadro dos estados de excepção ou crise grave.
- . Medidas legislativas que façam face à necessidade de reservistas.
- . Medidas legislativas que possibilitem uma política de actuação eficaz, no quadro da acção psicológica, informação pública e utilização coordenada dos meios de comunicação social.
- . Medidas legislativas com vista à definição de um conceito integrado de Segurança e Defesa onde se inscreva o combate e prevenção do terrorismo.
- . Medidas legislativas com vista à definição de “estado de crise”.
- . Medidas legislativas com vista à definição do fenómeno do terrorismo.

Manobra Global			
TIPOLOGIA DAS ACÇÕES	Medidas		
Acções Especiais	Não se perspectivam.		
Acções Gerais	Informação		
	Contra Informação		
	Contra Infiltração		
	Contra Lassidão		
	Informação Pública		
	Controlo de Danos		
Manobra Interna	Política Interna	Políticas	
		Económicas	
		Sociais	
		Acção Psicológica	
		Legislativas	
	Dissuasão	<u>Medidas no Âmbito da Formação e Treino</u>	

- . Desenvolvimento e implementação de treino operacional, com vista ao cumprimento dos seguintes objectivos gerais:
 - . protecção da população;
 - . defesa de pontos sensíveis;
 - . controle de áreas importantes ;
 - . acções ofensivas **em caso de necessidade**.
- . Medidas com vista ao treino e prontidão de Forças Especiais e de Operações Especiais, cujas capacidades de actuação em situações de maior risco, lhes possam ser solicitadas.
- . Exercícios conjuntos entre FM/FS/ outras.
- . Desenvolver formação específica às FM em geral, para actuação de forma isolada, ou em cooperação com as FS, no cumprimento de medidas operacionais preventivas de segurança.

Manobra Global			
TIPOLOGIA DAS ACÇÕES	Medidas		
Acções Especiais	Não se perspectivam.		
Acções Gerais	Informação		
	Contra Informação		
	Contra Infiltração		
	Contra Lassidão		
	Informação Pública		
	Controlo de Danos		
Manobra Interna	Política Interna	Políticas	
		Económicas	
		Sociais	
		Acção Psicológica	
		Legislativas	
	Dissuasão	Formação e Treino	
		<u>Credibilidade / Punição Legal / Eficiência Tribunais</u>	

- . Garantia da celeridade processual, e de mecanismos que garantam a punição legal de elementos integrantes ou apoiantes de movimentos terroristas.
- . Melhoria da eficiência dos serviços judiciais, de forma a contribuir para a credibilidade das FM, FS e outros serviços do estado que actuem no quadro operacional.

Manobra Global				
TIPOLOGIA DAS ACÇÕES	Medidas			
Acções Especiais	Não se perspectivam.			
Acções Gerais	Informação			
	Contra Informação			
	Contra Infiltração			
	Contra Lassidão			
	Informação Pública			
	Controlo de Danos			
Manobra Interna	Política Interna	Políticas		
		Económicas		
		Sociais		
		Acção Psicológica		
		Legislativas		
	Dissuasão	Formação e Treino		
		Credibilidade / Punição Legal / Eficiência Tribunais		
		<u>Fortalecimento Psicológico da População</u>		

- . Moralização da população através da acção Psicológica também com recurso aos meios de comunicação social.
- . Moralização das FM, FS e outros serviços do estado, com um grau de empenhamento elevado, na implementação das medidas contra o fenómeno do terrorismo.

Manobra Global				
TIPOLOGIA DAS ACCÇÕES	Medidas			
Manobra Interna	Política Interna	Políticas		
		Económicas		
		Sociais		
		Acção Psicológica		
		Legislativas		
	Dissuasão	Formação e Treino		
		Credibilidade / Punição Legal / Eficiência Tribunais		
		Fortalecimento Psicológico da População		
	Operacionais	<u>Preventivas de Segurança</u>		

- . Exercitar e rever planos de segurança de todos os organismos estatais, integrando-os devidamente nos planos do escalão superior.
- . Exercitar e elaborar planos de contingência de acordo com a definição da ameaça e possibilidades do adversário – prever resposta a ataques terroristas de que resultem desastres ambientais, afectação do sistema de comando e controlo do espaço aéreo, destruição de infra-estruturas, no quadro da ameaça biológica, química e nuclear.
- . Medidas de vigilância generalizada fixa e móvel em área e zonas consideradas sensíveis.
- . Medidas de segurança de altas entidades, instalações, medidas de segurança informática, segurança em áreas de grande concentração de público, entre outras.
- . Acções de defesa de pontos ou áreas sensíveis, itinerários e fronteiras.
- . Desempenho militar independente ou em cooperação, apoio ou integrando as FS, empenhando entre outros os seguintes meios:
 - . Radares
 - . Aeronaves
 - . Navios
 - . Meios de Def Anti-aérea
 - . Meios de Def NBQ.

- . Aperfeiçoamento de um Sistema de Protecção Civil, com capacidade de Comando e Controlo eficaz, e que integre todos os agentes de protecção civil, em situações de emergência.
- . Acção Policial determinada em especial nos centros urbanos com vista a detectar elementos afectos ao adversário, analisar as actividades e avaliar efeitos que levem à tomada de medidas e acções operacionais.
- . Desenvolvimento coordenação e integração das diferentes medidas no quadro de um “*plano geral de operações de segurança interna*”² que considere os seguintes aspectos:
 - . protecção da população;
 - . defesa de pontos sensíveis;
 - . controle de áreas importantes ;
 - . previsão de acções ofensivas **em caso de necessidade**.
- . Controlo da população e dos recursos, **em caso de necessidade**, com o objectivo da protecção e bem-estar da população civil, para a manutenção da lei e ordem e combate ao terrorismo, com a eventual adopção das seguintes medidas:³
 - . recenseamento da população;
 - . enquadramento da população;
 - . controle da informação publica;
 - . controle de armas e de meios de comunicações e de transporte;
 - . controle de abastecimentos;
 - . controle de movimentos, com a intenção de:
 - . desfazer as relações de apoio entre população e organizações terroristas;
 - . detectar e neutralizar a organização terrorista bem como as suas actividades na comunidade local;
 - . estabelecer um ambiente de segurança física e psicológica para a população. (Acções ligadas às acções gerais – informações e psicológicas).

² RAMIRES, Cor A.N. Ramires – CEM/IAEM – *Contra-Subversão*. - CEM 1974, pag 273

³ A sensibilidade da população às medidas de controlo, é importante considerar, devendo ser suspensas logo que não sejam mais necessárias.

Manobra Global			
TIPOLOGIA DAS ACÇÕES	Medidas		
Manobra Interna	Política Interna	Políticas	
		Económicas	
		Sociais	
		Acção Psicológica	
		Legislativas	
	Dissuasão	Formação e Treino	
		Credibilidade / Punição Legal / Eficiência Tribunais	
		Fortalecimento Psicológico da População	
	Operacionais	Preventivas de Segurança	
		<u>Medidas Op de Intervenção</u>	

- . Criação de um comando de FOE que garanta a prontidão necessária, em situações que exijam capacidade de intervenção imediata.
- . Medidas de intervenção, como:
 - . desactivação de engenhos explosivos;
 - . libertação de reféns, instalações e aeronaves;
 - . detecção e captura de elementos terroristas, de depósitos de armamento e de material, etc.
- . **Quando necessário**, desenvolvimento de acções militares de ocupação, protecção, isolamento, flagelação, aniquilamento e conquista, que permitam:
 - . a ocupação militar objectivos remuneradores;
 - . a neutralização de estruturas e actividade do adversário;
 - . a neutralização de acções de flagelação do Inimigo;
 - . a interdição de comunicações ao adversário;
 - . a destruição de recursos e bases/refúgios;
 - . a recuperação de áreas territoriais.

Manobra Global			
TIPOLOGIA DAS ACÇÕES	Medidas		
Manobra Interna	Política Interna	Políticas	
		Económicas	
		Sociais	
		Acção Psicológica	
		Legislativas	
	Dissuasão	Formação e Treino	
		Credibilidade / Punição Legal / Eficiência Tribunais	
		Fortalecimento Psicológico da População	
	Operacionais	Preventivas de Segurança	
		Intervenção	
Manobra Externa	Acção Diplomática	<u>Promoção de legislação internacional</u>	

- . Promoção e ratificação de tratados, no quadro do combate ao terrorismo.
- . Legislação no quadro da ONU, que possibilite a acção coordenada com os órgão de Comunicação Social.
- . No âmbito da PESD, lançar e conduzir operações militares no âmbito do combate ao terrorismo sob direcção da UE.
- . Definição Universal de Terrorismo.

Manobra Global			
TIPOLOGIA DAS ACÇÕES	Medidas		
Manobra Interna	Política Interna	Políticas	
		Económicas	
		Sociais	
		Acção Psicológica	
		Legislativas	
	Dissuasão	Formação e Treino	
		Credibilidade / Punição Legal / Eficiência Tribunais	
		Fortalecimento Psicológico da População	
	Operacionais	Preventivas de Segurança	
		Intervenção	
Manobra Externa	Acção Diplomática	Promoção de legislação internacional	
		<u>Coordenação com outros Estados e Instâncias Internacionais</u>	

- . Medidas de cooperação com outros estados e OI, com vista à detecção de movimentos e eliminação de células terroristas.
- . Cooperação com outros Estados OI e ONG no âmbito das Informações Estratégicas/ Estratégicas Militares/ Táticas.
- . Medidas diplomáticas tendo por objectivo encorajar outros governos a cessar o apoio a actividades terroristas.
- . Medidas de apoio a países com dificuldade em agirem contra o terrorismo no seu próprio território, através do treino de pessoal militar e civil ou da reorganização de serviços de segurança.
- . Medidas de Vigilância e controlo do espaço de Soberania, recorrendo também a meios de outros países, sob o controlo nacional, no quadro de possíveis protocolos, relações bilaterais ou alianças.

Manobra Global			
TIPOLOGIA DAS ACÇÕES	Medidas		
Manobra Interna	Política Interna	Políticas	
		Económicas	
		Sociais	
		Acção Psicológica	
		Legislativas	
	Dissuasão	Formação e Treino	
		Credibilidade / Punição Legal / Eficiência Tribunais	
		Fortalecimento Psicológico da População	
	Operacionais	Preventivas de Segurança	
Intervenção			
Manobra Externa	Acção Diplomática	Promoção de legislação internacional	
		Coordenação com outros Estados e Instancias Internacionais	
	<u>Acção Psicológica Externa</u>		

- . Actuação no quadro das instâncias internacionais, com a finalidade de neutralizar a acção psicológica do adversário, tentando criar um clima favorável de acordo com os nossos interesses, em regiões mais críticas, tanto ao nível dos governos como das populações, como da comunidade internacional.
- . Elaboração de um programa de acção psicológica ao nível das instâncias internacionais, que contenha objectivos, elaborado por um organismo permanente e multinacional.
- . Garantir uma direcção centralizada e a coordenação de esforços exigidos pela acção psicológica ao nível da ONU, UE, OTAN e outras OI.
- . No âmbito da condução de operações militares multinacionais em países cuja situação seja considerada crítica, lançar ideias força, credíveis e verdadeiras, em que seja patente a preocupação da comunidade internacional em satisfazer alguns dos anseios e motivações

locais e regionais.

- . Utilização legal, coordenada e integrada dos órgãos de comunicação social, ao nível internacional, na consecução de objectivos ligados à captação da consciência internacional, e à adesão aos métodos de combate utilizados.
- . Criar sentimentos e atitudes favoráveis, à manobra de combate ao terrorismo.
- . Actuar de forma coordenada com as informações, de modo a dirigir a acção para alvos populacionais, potencialmente fornecedores de informação precisa e oportuna.

Manobra Global			
TIPOLOGIA DAS ACÇÕES	Medidas		
Manobra Externa	Acção Diplomática	Promoção de legislação internacional	
		Coordenação com outros Estados e Instancias Internacionais	
		Acção Psicológica Externa	
	Acção de Dissuasão	<u>Medidas de Dissuasão Directas e Indirectas</u>	

. Acções de dissuasão directas:

- . acções de pressão e de intervenção políticas, económicas e militares, negando possíveis apoios a outros estados, influenciando outros governos a cessar o apoio a actividades terroristas, que podem ir desde a concretização das sanções políticas e económicas até à ameaça do emprego da força. Em fases avançadas do fenómeno terrorista, poderá ser equacionada a substituição de um governo, por princípio, no respeito das resoluções da ONU.

. Acções de dissuasão indirectas:

- . a instituição de um sistema de sanções no quadro das alianças e no âmbito das OI tais como, a ONU, UE, entre outras.
- . realização de treinos conjuntos e combinados em determinadas regiões, onde se pretenda mostrar capacidade dissuasória que espelhe a determinação da comunidade internacional.
- . outras medidas que demonstrem as nossas capacidades e que nos permitam reduzir as probabilidades de sucesso de actos terroristas, bem como, imediatamente após a sua ocorrência.
- . desenvolver capacidades para actuar em acções de combate sobre os meios dos terroristas, destinadas a destruir, capturar ou neutralizar bases, santuários, forças e redes de combate e logísticas.

Manobra Global			
TIPOLOGIA DAS ACÇÕES	Medidas		
Manobra Externa	Acção Diplomática	Promoção de legislação internacional	
		Coordenação com outros Estados e Instancias Internacionais	
		Acção Psicológica Externa	
	Acção de Dissuasão	Promoção de Sistema de Sanções Políticas/ Ameaça do Emprego da Força/ Acção Psicológica Externa	
Acção Operacional	<u>Acções de Intervenção Além Fronteiras</u>		

- . No âmbito das alianças, desenvolver a capacidade de intervenção militar, conjunta e combinada, noutros estados, que apoiem o terrorismo. Podem ser acções de punição, neutralização, dissuasão e de bloqueio sobre estados ou organizações que apoiem o terrorismo.
- . No quadro da ONU, OSCE, UE, NATO, CPLP e cooperação bilateral, prever a cooperação técnico militar, CRO⁴, bem como uma participação intencional, permanente e planeada das FA, ou de outras organizações, em determinadas regiões criticas. Poderão ser equacionados objectivos relacionados com a prevenção de situações de vazio de poder exploráveis por grupos terroristas e acções de recuperação em situações de pós conflito.
- . Desenvolver acções de combate sobre os meios dos terroristas, destinadas a destruir,

⁴ As **CRO** incluem uma vasta tipologia de operações de acordo com o AJP 3.4 (1º Draft de Maio01) da OTAN, desde as Peace Support Operations (Peacekeeping, Peace Enforcement, Conflict Prevention, Peacemaking, Peace Building e Humanitarian Operations), Humanitarian Operations no PSO (Disaster Relief, NEO e Support to Civil Authorities) e Search and Rescue Operations.

capturar ou neutralizar bases, santuários, forças e redes de combate e logísticas. Esta actuação pode ser equacionada em cooperação com outros estados.

- . Coordenação/ adaptação de estruturas e meios que aumentem capacidades de actuação militar conjunta e combinada.
- . **Quando necessário, no quadro da aliança (artº 5º), e em situações que os interesses nacionais o justifiquem, e por princípio, no respeito das resoluções da ONU,** desenvolvimento de acções militares de ocupação, protecção, isolamento, flagelação, aniquilamento e conquista, que permitam:
 - . a ocupação militar objectivos remuneradores;
 - . a neutralização de estruturas e actividade do adversário;
 - . a neutralização de acções de flagelação do Inimigo;
 - . a interdição de comunicações ao adversário;
 - . a destruição de recursos e bases/refúgios.
- . Lançamento de operações multinacionais com vista a negar a liberdade de movimentos aos elementos militantes e simpatizantes actuantes terroristas.

Manobra Global			
TIPOLOGIA DAS ACÇÕES	Medidas		
Manobra Externa	Acção Diplomática	Promoção de legislação internacional	
		Coordenação com outros Estados e Instancias Internacionais	
		Acção Psicológica Externa	
	Acção de Dissuasão	Promoção de Sistema de Sanções Políticas/ Ameaça do Emprego da Força/ Acção Psicológica Externa	
	Acção Operacional	Acções de Intervenção além Fronteiras	
		<u>Medidas Políticas/ Económicas e Militares</u>	

- . Desenvolvimento de uma politica social que elimine e evite contradições, reivindicações e situações de pobreza.
- . “*Planos de Desenvolvimento Comunitários*”⁵ com vista a melhorar as condições económicas, culturais, sociais, políticas e psicológicas numa dada região ou de um agrupamento humano que tenha sido identificado. As características gerais destas actividades deverão ser:
 - . participação bilateral dos governos e grupos humanos interessados;
 - . iniciativa local e direcção local sempre que possível;
 - . participação voluntária da população;

- . corresponder à satisfação das necessidades básicas e imediatas da comunidade;
- . devem ser integrados nas intenções ou nos objectivos do plano de desenvolvimento nacional.
- . A UE poderá acrescentar formalmente a sua capacidade de “luta anti-terrorista” à capacidade em curso de conduzir “Missões de Petersberg”⁶.
- . Controlo da população e dos recursos, em regiões que seja conveniente intervir, através das instancias internacionais, com o objectivo da protecção e bem-estar da população civil, para a manutenção da lei e ordem e combate ao terrorismo, com a eventual adopção das seguintes medidas:⁷
 - . recenseamento da população;
 - . enquadramento da população;
 - . controle da informação publica;
 - . controle de armas e de meios de comunicações e de transporte;
 - . controle de abastecimentos;
 - . controle de movimentos, com a intenção de:
 - . desfazer as relações de apoio entre população e organizações terroristas;
 - . detectar e neutralizar a organização terrorista bem como as suas actividades na comunidade local;
 - . estabelecer um ambiente de segurança física e psicológica para a população. (Acções ligadas às acções gerais – informações e psicológicas).
- . Medidas tendo em vista a neutralização de fontes ilegais de financiamento a grupos terroristas.

⁵ RAMIRES, Cor A.N. Ramires – CEM/IAEM – *Contra-Subversão*. - CEM 1974, pag 246

⁶ De acordo com o Tratado da União Europeia de 1992, Título V, artº 17, alínea 2, as Missões de Petersberg incluem o seguinte: missões humanitárias e de evacuação, missões de manutenção da paz e missões de forças de combate para a gestão de crises, incluindo missões de restabelecimento da paz, (http://europa.eu.int/eur-lex/pt/treaties/dat/C_2002325PT.000501.html). A essas missões de gestão das crises civis e militares, há que juntar a componente prevenção dos conflitos da Política Europeia de Segurança e de Defesa (PESD), de 1999, (<http://europa.eu.int/scadplus/printversion/pt/cig/g4000p.htm#p17>).

⁷ A sensibilidade da população às medidas de controlo, é importante considerar, devendo ser suspensas logo que não sejam mais necessárias.

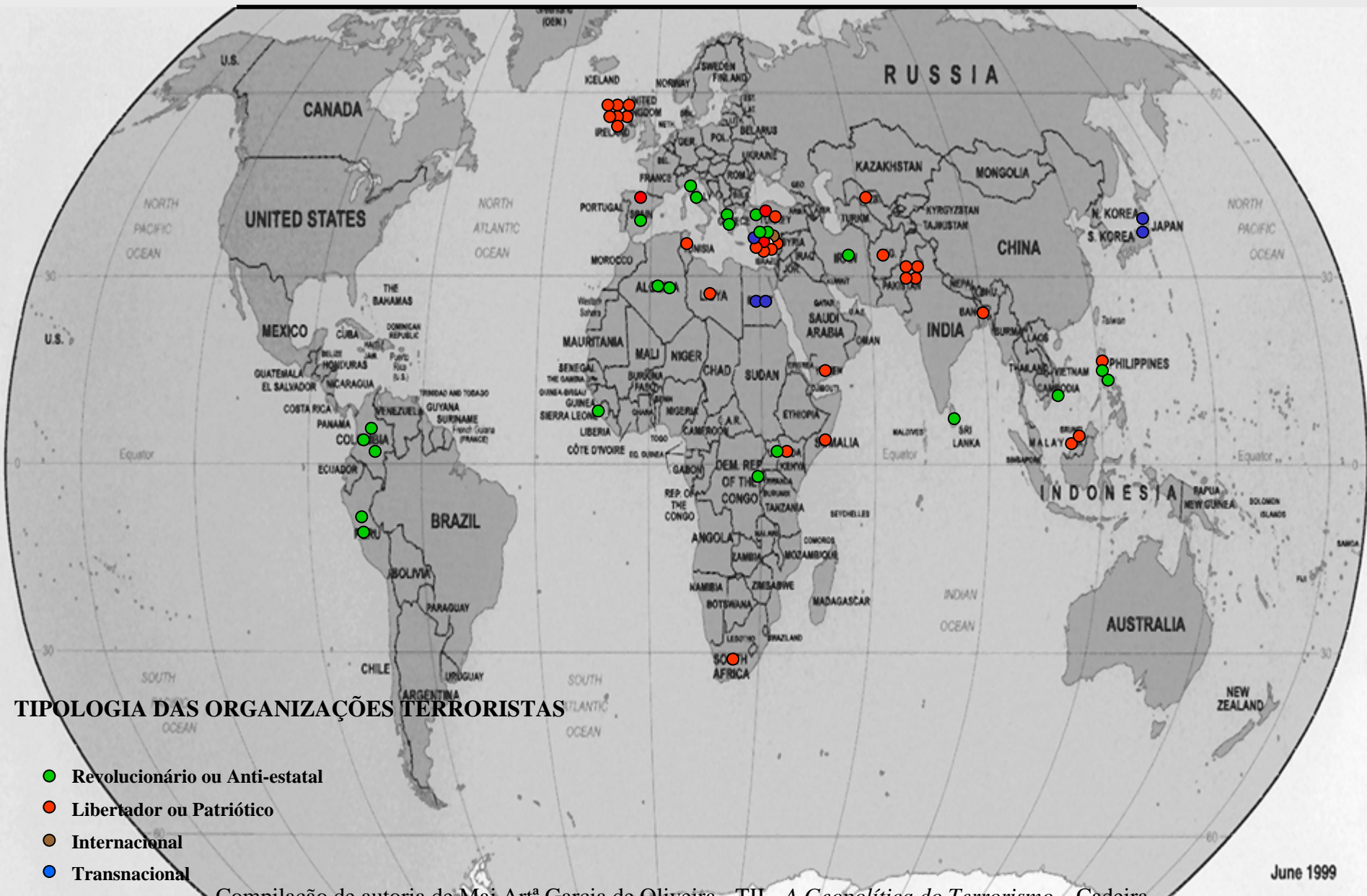
Este quadro pretende reflectir algumas medidas anti e contra-terroristas de carácter genérico, resultantes da visualização da manobra global.

É evidente que compete ao governo o conceito de actuação e a intensidade da acção, em função do tipo da ameaça e dos meios disponíveis e limitações da conjuntura interna e externa. Contudo, fundamental no nosso entendimento é que essa acção seja controlada, firme, mas dentro do quadro da lei e localizada para cada caso, aqui, o tempo e o espaço constituem elementos fundamentais.

Não podemos deixar de fazer referência a aspectos que podem colocar em causa os valores democráticos e a liberdade individual dos cidadãos. Este seria um aspecto que justificaria um outro trabalho, contudo pensamos que actuar dentro da legalidade não é contrário a actuar com eficácia e com firmeza. O importante é conseguir que a população e o seu governo estejam dispostos a não aceitar o terrorismo e a eliminá-lo, mas aqui o papel da informação e da educação é fundamental.

Desde que esta consciência exista, é possível legislar e actuar de forma adequada a cada caso. Não esquecemos que dificuldades, privações, e até restrições às liberdades e garantias individuais poderão surgir, e estes aspectos terão de ser considerados pelos órgãos competentes. O poder político deverá actuar com firmeza, contudo só uma discussão prévia, o mais alargada possível, permitirá manter e fomentar a coesão da sociedade. Neste aspecto parece-nos que no caso nacional, já estamos atrasados. Quanto mais cedo se discutir, explicar e informar, mais eficaz será o papel preventivo e interveniente da estratégia de resposta.

ANEXO C – FENÓMENO TERRORISTA À ESCALA MUNDIAL



June 1999

Compilação de autoria de Maj Art^a Garcia de Oliveira - TII - *A Geopolítica do Terrorismo* – Cadeira de Geopolítica – CEM 2002/2004, adaptado às tipologias do terrorismo adoptadas nesta investigação.

Fonte - <http://www.state.gov/s/ct/rls/pgtrpt/2001/> Consultada em 20 Mai 2003.

Boundary representation is not necessarily authoritative.

inter 802651AI (R00352) 6-99

TIPOLOGIA DAS ORGANIZAÇÕES TERRORISTAS

- Revolucionário ou Anti-estatal
- Libertador ou Patriótico
- Internacional
- Transnacional

Scale 1:134,000,000
Robinson Projection
standard parallels 36°N and 36°S

ANEXO D – FENÓMENO TERRORISTA À ESCALA MUNDIAL - RELIGIÕES



Compilação de autoria de Maj Art^a Garcia de Oliveira - TII - *A Geopolítica do Terrorismo* – Cadeira de Geopolítica – CEM 2002/2004, adaptado às tipologias do terrorismo adoptadas nesta investigação.

Fonte - <http://www.state.gov/s/ct/rls/pgtrpt/2001/> Consultada em 20 Mai 2003.

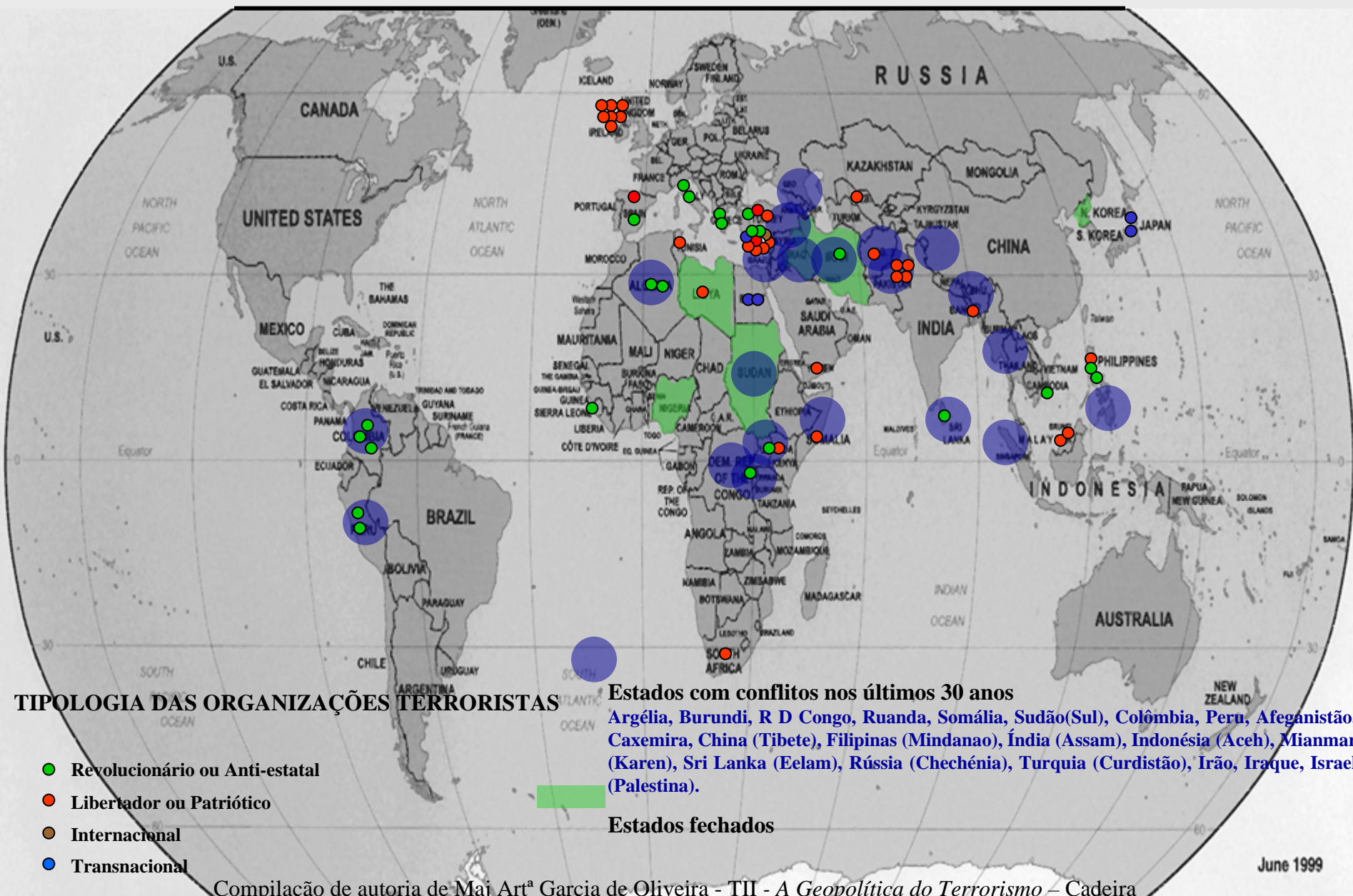
Boundary representation is not necessarily authoritative.

inter 802651AI (R00352) 6-99

Scale 1:134,000,000

Robinson Projection
standard parallels 36°N and 36°S

ANEXO G – FENÓMENO TERRORISTA À ESCALA MUNDIAL – CONFLITOS E GUERRILHAS



TIPOLOGIA DAS ORGANIZAÇÕES TERRORISTAS

- Revolucionário ou Anti-estatal
- Libertador ou Patriótico
- Internacional
- Transnacional

Estados com conflitos nos últimos 30 anos

Argélia, Burundi, R D Congo, Ruanda, Somália, Sudão(Sul), Colômbia, Peru, Afeganistão, Caxemira, China (Tibete), Filipinas (Mindanao), Índia (Assam), Indonésia (Aceh), Mianmar (Karen), Sri Lanka (Eelam), Rússia (Chechénia), Turquia (Curdistão), Irão, Iraque, Israel (Palestina).

Estados fechados

Compilação de autoria de Maj Art^a Garcia de Oliveira - TII - *A Geopolítica do Terrorismo* – Cadeira de Geopolítica – CEM 2002/2004, adaptado às tipologias do terrorismo adoptadas nesta investigação.

Fonte - <http://www.state.gov/s/ct/rls/pgtrpt/2001/> Consultada em 20 Mai 2003.

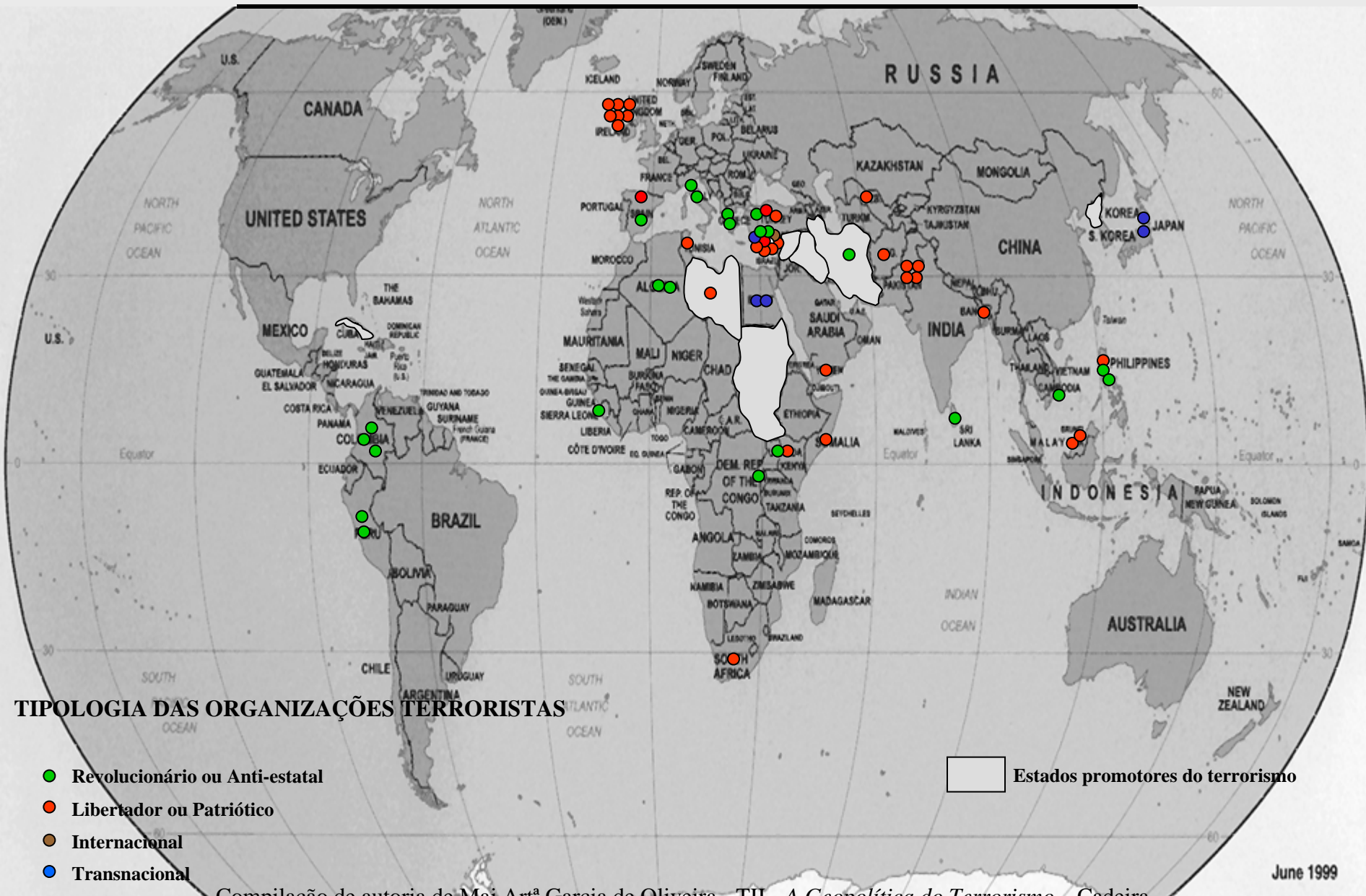
June 1999

Boundary representation is not necessarily authoritative.

inter 802651AI (R00352) 6-99

Scale 1:134,000,000
Robinson Projection
standard parallels 36°N and 38°S

ANEXO E — FENÓMENO TERRORISTA À ESCALA MUNDIAL – ESTADOS PROMOTORES DO TERRORISMO



June 1999

Compilação de autoria de Maj Art^a Garcia de Oliveira - TII - *A Geopolítica do Terrorismo* – Cadeira de Geopolítica – CEM 2002/2004, adaptado às tipologias do terrorismo adoptadas nesta investigação.

Fonte - <http://www.state.gov/s/ct/rls/pgtrpt/2001/> Consultada em 20 Mai 2003.

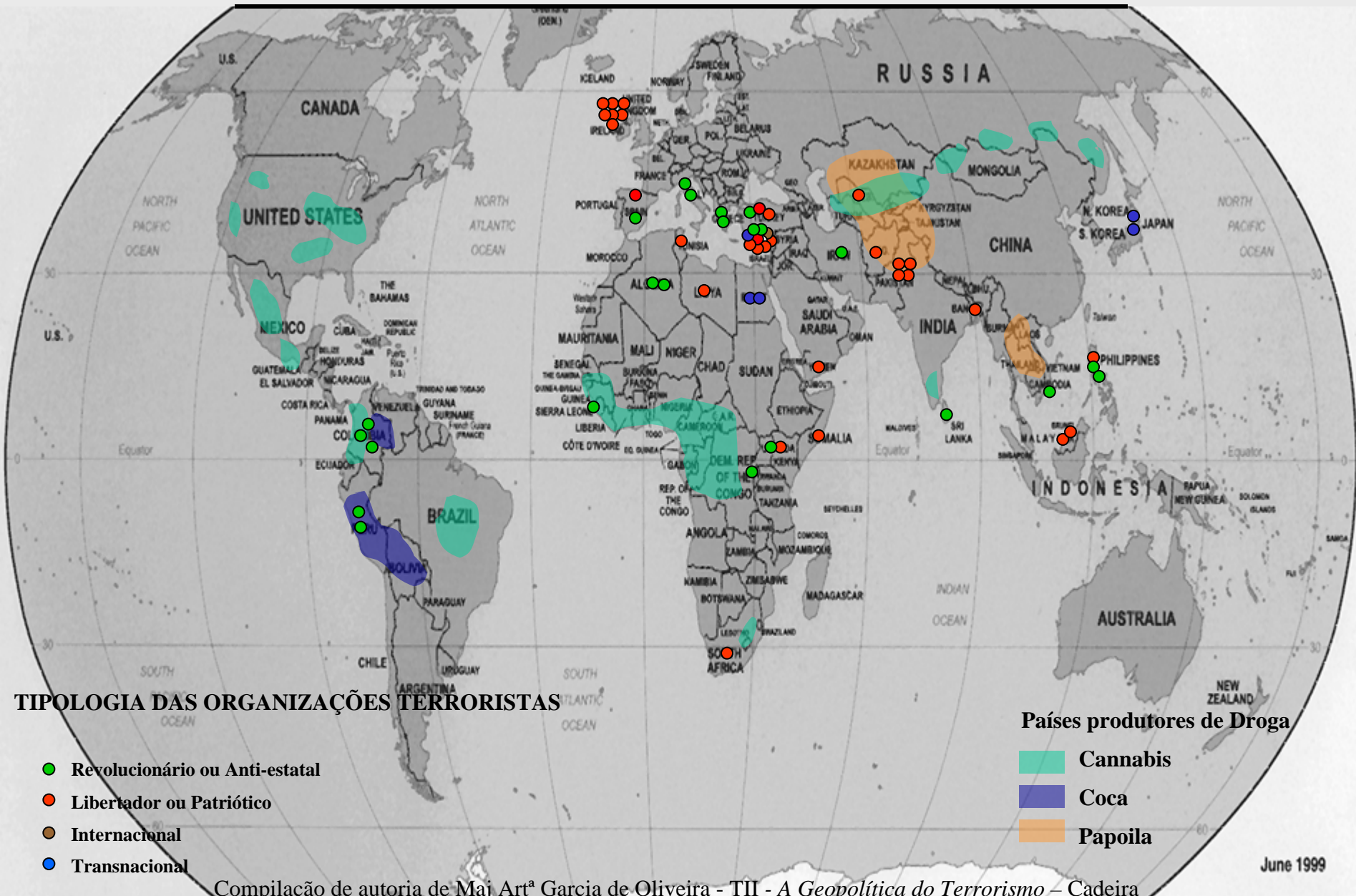
Boundary representation is not necessarily authoritative.

inter 802651AI (R00352) 6-99

Scale 1:134,000,000

Robinson Projection
standard parallels 36°N and 36°S

ANEXO F – FENÓMENO TERRORISTA À ESCALA MUNDIAL – DROGA



Compilação de autoria de Maj Art^a Garcia de Oliveira - TII - *A Geopolítica do Terrorismo* – Cadeira de Geopolítica – CEM 2002/2004, adaptado às tipologias do terrorismo adoptadas nesta investigação.

Fonte - <http://www.state.gov/s/ct/rls/pgtrpt/2001/> Consultada em 20 Mai 2003.

Boundary representation is not necessarily authoritative.

inter 802651AI (R00352) 6-99